



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0043/16	DATA: 24/02/2016	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 10h08min	TÉRMINO: 15h14min	PÁGINAS: 106

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Discussão do relatório final da CPI.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção.
Há palavra ou expressão ininteligível.
A reunião foi suspensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Bom dia a todos. Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 32ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 23 de fevereiro. Indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Peço dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Betinho Gomes.

Dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição de um resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas à Secretaria desta CPI.

A reunião de hoje foi convocada para a discussão e votação do relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu solicito a inscrição das Sras. e Srs. Parlamentares. Ratifico que membros efetivos da Comissão terão 15 minutos para fazer a sua explanação, inclusive para apresentar o seu voto em separado. A apresentação do voto em separado será incluída, nesses 15 minutos de que disporão os Parlamentares, não havendo nenhum tipo de distinção outra para o Parlamentar que desejar fazer a sua manifestação, através do voto em separado.

Comunico às Sras. e aos Srs. Parlamentares que membros não titulares da Comissão também poderão fazer o seu pronunciamento, e nós destinaremos 10 minutos a cada Parlamentar. Já há sobre a mesa a lista com a ordem de inscrição.



Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Goulart, pelo tempo de 15 minutos. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães, também pelo tempo de 15 minutos. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Alexandre Baldy. *(Pausa.)*

Perdoe-me, Deputado Davidson Magalhães. V.Exa. tem a palavra pelo tempo de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu li uma matéria publicada no editorial do jornal *O Estado de S.Paulo*, sob o título: *A CPI do nada*. Nós passamos esse período todo aqui discutindo requerimentos, fazendo oitivas, e a argumentação apresentada nesse editorial do jornal *O Estado de S.Paulo* contém o seguinte absurdo:

“Depois de 32 sessões e a oitiva de 20 testemunhas e convidados, a CPI não obteve respostas para os principais questionamentos que lhe foram encaminhados, em especial a respeito dos critérios para a concessão de crédito barato para empresas que teriam condições de obtê-lo em bancos comerciais e para países com nenhuma credibilidade, como Cuba e Venezuela.”

Primeiro, foi exaustivamente discutido nesta CPI, aliás, é até um dos objetos desta CPI, os empréstimos para a venda de bens e serviços nacionais. Portanto, mais uma vez aqui se fala que foram emprestados recursos aos países sem explicar que esses recursos, como é feito em todos os bancos de desenvolvimento do mundo, são vinculados aos bens e serviços nacionais, para facilitar a disputa no mercado internacional pelas empresas nacionais. É como se o Brasil tivesse, através do BNDES, dado recursos a esses países sem nenhuma vinculação com a responsabilidade e atividade produtiva do Brasil, para gerar emprego no Brasil.

Ficou muito bem evidenciado aqui que não foi exportado emprego para esses países. Foram exportados bens e serviços nacionais e gerados empregos no Brasil. Portanto, isso é uma falácia, uma mentira repetida sem qualquer responsabilidade com a verdade, com a apuração dos fatos documentais que foram apresentados



aqui. Isso é um absurdo! E se tenta descaracterizar o relatório da CPI. Para isso aqui, houve respostas. Para esse critério de avaliação, houve respostas.

Eu fiquei até assustado com algumas declarações sobre proposta de indiciamento, a partir do empréstimo do metrô da Venezuela. Infelizmente, nós não podemos investigar isso a fundo, porque não começou no Governo do Lula. Começou no Governo do Fernando Henrique Cardoso esse empréstimo na Venezuela. Os primeiros empréstimos não aconteceram exatamente nesse Governo.

Nesse sentido, é importante identificar, primeiro, que há esta CPI, e o requerimento que a criou tem natureza diferente do requerimento que criou a CPI da PETROBRAS. Na CPI da PETROBRAS nós já tínhamos fatos determinados, claros. Aqui, foram indícios. Nós passamos aqui, nesse período de 32 sessões, investigando as possíveis irregularidades.

Eu quero me solidarizar com o Relator, o Deputado José Rocha, porque esse editorial passa a ideia de que o BNDES estivesse neste momento com um nível de inadimplência acima da média dos bancos de desenvolvimento no mundo e no Brasil.

Os instrumentos criteriosos de empréstimo que foram estabelecidos pelo BNDES têm como resultado um nível de inadimplência baixo, como bem ficou comprovado aqui, pela farta documentação apresentada e à disposição através dos portais, das informações que se têm do próprio banco.

Portanto, eu quero dizer que a questão relativa ao trabalho que foi feito, ao relatório, quanto à impossibilidade de se identificar irregularidades do banco não tem a ver com a precariedade das investigações, tem a ver com a inconsistência das denúncias feitas.

Uma delas, cujo objeto foi muito alardeado por essa grande mídia — facciosa, tipo *O Estadão*, cuja relação com a ditadura todos conhecem, com os grandes grupos econômicos que representa —, dá uma demonstração clara do debate que foi estabelecido aqui, dos critérios que foram estabelecidos aqui, da apresentação farta dessa questão inclusive no que diz à Sete, porque o financiamento do BNDES não foi feito diretamente às empresas, ficou claro aqui.



O nível de garantias estabelecidas por outras instituições financeiras davam, do ponto de vista técnico, toda uma cobertura ao BNDES no que diz respeito à política desenvolvida e políticas prioritárias de investimento na infraestrutura brasileira.

Não se pode fazer investimento em infraestrutura, com as taxas de juros que existem no Brasil. Uma coisa é capital de giro para desenvolver, para a produção de bens de consumo duráveis; outra coisa é capital de giro, para fazer investimento em obras de infraestrutura. Todos os países do mundo lançam mão de investimento de longo prazo, a baixas taxas de juros.

Se não existisse o nosso BNDES, se a política que foi executada pelo BNDES não tivesse sido executada, o Brasil não teria passado nessa fase. Aliás, de 2008 a 2015, foi o País que menos vagas de emprego perdeu por conta da política anticíclica. E um dos elementos desta política foi exatamente a ação firme do BNDES no investimento de infraestrutura.

Portanto, este debate que se travou aqui nesta CPI, aliás, foi um debate rico no que diz respeito a qual é a concepção que se tem sobre um banco de desenvolvimento no Brasil. Um banco que foi utilizado no passado para fazer os processos de privatização, que, aliás, são os responsáveis por grande parte dos preços administrados que hoje geram o processo inflacionário brasileiro, e que não geraram serviços de alta qualidade. Fala-se aqui que o serviço público é deficitário, que as ações do serviço público nacional são de péssima qualidade.

E faço uma comparação da telefonia móvel no Brasil com o resto do mundo: preços altíssimos e qualidade baixa, instrumentos de privatização que amarraram o setor. E foi utilizado o BNDES. Até em escuta telefônica se pegou Ministro do Governo Fernando Henrique pactuando articulações. Infelizmente, não se pôde fazer a investigação clara, para nós identificarmos realmente qual foi o período que esse banco foi utilizado para interesses privados.

E, ao longo desta CPI, pareceu que nós fizemos um confronto importante entre duas concepções: uma concepção que entende que o Brasil deve ter um projeto nacional de desenvolvimento, cujo alicerce importante deste projeto é o BNDES; e outro que entende que o BNDES, que o Brasil não deve ter instrumentos



de financiamento de longo prazo, e que não deve ter esses instrumentos servindo ao projeto de desenvolvimento nacional.

Portanto, esta CPI, às vezes, não dá o resultado que os grandes jornais gostariam que tivesse. A imprensa ávida por ter criminosos, ávida por ter responsáveis e que, com a mesma esperteza e agilidade, esconde fatos importantes de outros períodos, acha que agora nós não estamos engavetando, como aconteceu no passado.

Eu acho que esta CPI, portanto, tem feito um trabalho importante, em relação à identificação do papel do BNDES. O BNDES entrou aqui como um banco sob suspeição e está saindo deste debate, a meu ver, como um banco que presta um relevante serviço ao desenvolvimento nacional, um banco indispensável que tem que ser fortalecido nas suas ações. E as práticas desenvolvidas pelo banco deram uma demonstração clara da blindagem que ele tem em relação às interferências menores.

Não ficou evidenciado, em nenhum momento aqui, o tráfico de influência, a articulação mesquinha ou pequena que não levasse em consideração a defesa e o desenvolvimento dos interesses nacionais.

E o objeto da CPI fala em *“concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público”*.

Reconstruir a indústria naval brasileira é um prejuízo aos interesses públicos? Nós tínhamos 7 mil empregos. Mesmo com o processo de recessão e de queda do preço do petróleo, agora, ainda temos cerca de 67 mil empregos gerados. Isso é contra os interesses nacionais? É contra os interesses nacionais financiar sondas? É contra os interesses nacionais fortalecer a indústria do petróleo e gás no Brasil?

Então, realmente, parece que nós estamos desenvolvendo, estamos chegando a um final da CPI. Claro que respeito as opiniões divergentes, travou-se aqui um bom debate, um debate em certos momentos acalorados, mas um debate respeitoso, porque nós temos opiniões diferentes a respeito do BNDES, a respeito do resultado e da lógica que fez com que o BNDES se transformasse em um dos mais importantes bancos de desenvolvimento do mundo e, com certeza, o mais importante da América Latina.



Portanto, é claro, como em todo banco, que não existe capitalismo sem risco. Quando se faz um empréstimo bancário, quando se busca um financiamento, o investimento pode dar certo ou pode não dar certo. Se não der certo e as garantias do banco estiverem firmadas, o seu papel enquanto financiador, o seu papel enquanto agente de fomento e desenvolvimento foi garantindo.

Acho que isso é que ficou comprovado aqui. Alguns financiamentos que foram feitos pelo BNDES não deram certo. Não deram certo, porque a produção e a indústria do álcool, no Brasil, sofreram dificuldades, porque outros segmentos não se desenvolveram como deveriam. Mas quero saber se há garantias, se o processo interno do BNDES de avaliação, de definição de créditos e, fundamentalmente, de garantias para que não ocorra o prejuízo público, prejuízo dos cofres públicos, foi garantido ou não.

E, ao longo desta CPI, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu acho que efetivamente os dados ficaram evidenciados.

Portanto, longe de *O Estadão* dizer que o fiasco de tal CPI foi completo, pois ela não cumpriu nem o mínimo previsto pelo requerimento de instalação, qual seja o de investigar irregularidades, ao longo do Governo petista, relacionadas à concessão de empréstimos e prejudiciais ao interesse público e, especialmente, voltar atacar o relatório final do Deputado José Rocha, valendo-se, inclusive, de informações falsas sobre esses empréstimos, o jornal sequer teve a coerência, a responsabilidade de demonstrar, como fizemos ao longo dos debates aqui, a natureza dos empréstimos, a quem serviram esses empréstimos, principalmente os internacionais que geraram abertura de mercado para os bens e serviços nacionais. E essa me parece ser a função precípua de um banco de desenvolvimento.

Portanto, parabenizo o Deputado José Rocha pelo relatório. Solidarizo-me com os ataques sofridos por meio dessa imprensa que não tem mais um critério investigativo e coerente de análise dos fatos.

Sou a favor e votarei pela aprovação do relatório, em função da sua coerência e como resultado do debate travado aqui na Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. também pelo cumprimento do tempo.



Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Alexandre Baldy, Sub-Relator, a quem concedo a palavra pelo tempo de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, Sr. Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad, Sr. Relator, Deputado José Rocha, demais colegas. Eu gostaria aqui de apresentar um breve trecho de um voto em separado aos nobres colegas para apreciação, em razão de inconformidade com o Sr. Relator, Deputado José Rocha.

Digo, inicialmente, Sr. Relator, que o vosso relatório tem nível de qualidade elevadíssimo, com informações fundamentadas — um conteúdo sólido e com uma reflexão, em grande medida, com a postura de criticar a posição adotada pelo BNDES, a postura adotada nos recursos que foram aplicados na BNDESPAR, aplicados nos contratos de financiamento por parte do BNDES — e que foram formuladas, no curso dessas oitivas, para que se pudesse chegar a esse relatório.

O texto, pela relevância de informações que traz, corrobora com as conclusões alcançadas pelos Sub-Relatores.

Agradeço a V.Exa. por acatar grande parte dos relatórios dos Sub-Relatores assim como o relatório que fiz na parte dos contratos nacionais, no sentido de que a atuação do banco é de fomento e eivada de distorções, com inconformidades e omissões de grande monta, a ponto de comprometerem decisivamente o seu papel na indução do desenvolvimento econômico e social do País. Algumas delas podem, inclusive, configurar a prática de infrações penais.

Eu vou passar, Sr. Presidente, à conclusão desse voto, para que possamos compreendê-lo de modo bem sucinto. A despeito das grandes dificuldades enfrentadas pela Comissão, todos sabemos que não tivemos o prazo necessário e não conseguimos, apesar do esforço eivado por V.Exa. na Presidência, assim como o dos colegas da Oposição, ter aqui relatórios, ouvir testemunhas, dar a oportunidade para que aqueles que julgam que não puderam se defender se defendessem, para que eles pudessem esclarecer os fatos e para que os brasileiros tomassem conhecimento de que realmente foi aplicado este meio trilhão de reais em recursos públicos, em impostos pagos pelos brasileiros, em recursos do FAT, enfim. Não há como nós escondermos do povo aquilo que é direito do próprio povo.



Então, neste voto em separado foi possível, no nosso entender, chegar a algumas constatações que apontam para uma série de distorções na atuação do BNDES, ocorridas no período coberto pela CPI, ou seja, entre 2003 e 2015, e mais aprofundado entre 2008 e 2015.

“Neste ponto, reiteramos as conclusões alcançadas em meu relatório, como Sub-Relator de Contratos Nacionais, para quem, aludidas distorções puderam ser mais nitidamente observadas após o ano de 2007, quando se intensificaram os aportes do Tesouro Nacional para o banco oficial de fomento. Podem ser mencionadas, a esse respeito:

a) a utilização indevida e temerária do BNDES, aparentemente com concordância da Diretoria do Banco, para práticas de contabilidade criativa” — algo que foi muito utilizado durante o Governo Lula, entre 2006 e 2010 —, “parte delas citadas no processo que pede o impedimento da Presidente Dilma Rousseff, que já tramita na Câmara dos Deputados;

b) a geração de resultados econômicos insignificantes vis-à-vis os grandes aportes do Tesouro Nacional, ou seja, de recursos públicos para o Banco, que a despeito de terem permitido mais do que dobrar os desembolsos do BNDES em poucos anos, produziram resultados pífios na economia e agravaram a situação macroeconômica do Brasil — pelo forte aumento do endividamento público, provocado por estes empréstimos e pelos custos fiscais gerados, que contribuíram para agravar as dificuldades hoje enfrentadas pelo País;

c) a intervenção indevida, havendo fortes indícios de que motivada por interesses escusos, em alguns segmentos produtivos, por intermédio da chamada “política de escolha de campeões” — ora, quem poderia ser chamado de campeão? —, “que gerou concentração econômica, algumas empresas vencedoras e muitas perdedoras” — ou a maioria delas —, “com o fechamento de unidades produtivas e perda de milhões de postos de trabalho” — ao contrário do que se dizia — “e significou alocação de recursos públicos escassos para segmentos e empresas que não precisariam de apoio do banco oficial, prejudicando as que efetivamente dele necessitavam;

d) a existência de deficiências na gestão corporativa da entidade, entre as quais o papel aparentemente inócuo do Conselho de Administração do Banco e a



falta de sistema que permita uma avaliação adequada do custo e da efetividade dos projetos financiados — no Brasil e no Exterior — de modo a evitar desvios na utilização dos recursos públicos escassos colocados à disposição do Banco;

e) a ligação intrínseca, conforme demonstrado neste voto em separado, do apoio financeiro do BNDES com as práticas delituosas reveladas pela Operação Lava-Jato, com a intensificação dos aportes do Banco, a partir de 2009, para obras da PETROBRAS, como o de implantação da Refinaria Abreu e Lima. Ou seja, o BNDES, geriu um verdadeiro “orçamento paralelo”, fora dos controles do Congresso Nacional e demais órgãos de controle, para transferir indevidamente recursos públicos para entidades, pessoas físicas e privadas, tudo em benefício do projeto de poder do Partido dos Trabalhadores. Isso foi muito facilitado pelo fato confirmado no depoimento do Ministro Armando Monteiro, de que o Banco não se preocupa em avaliar e aferir o custo dos projetos no caso de grandes programas de investimento (como foi o caso da PETROBRAS).” Ora, Sr. Presidente, dito pelo Ministro do próprio Governo, o Ministro de Desenvolvimento.

“f) a existência de suspeitas da prática de tráfico de influência e de outros crimes nos negócios do BNDES, com o provável conhecimento da instituição financeira, em operações no País e no exterior, o que foi demonstrado pelas investigações em curso no âmbito do TCU, MPU, Polícia Federal e Justiça Federal, a exemplo da Operação Lava-Jato e Operação Acrônimo;

g) a existência de fortes indícios de gestão fraudulenta e prevaricação por parte de altos administradores do Banco, conforme demonstrado em item específico do sub-relatório do Deputado Alexandre Baldy que trata das operações do BNDES com o grupo empresarial de José Carlos Bumlai, homem de confiança do ex-Presidente Lula, com atuação nos esquemas de corrupção do mensalão e petrolão.”

Seguem os encaminhamentos e propostas, Sr. Presidente, que fazemos neste voto em separado:

“Indiciamentos

Na presença de prova de ocorrência dos crimes de advocacia administrativa e de corrupção passiva, tipificados, respectivamente, nos arts. 321 e 317 do Código Penal brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940), quando do exercício do cargo de Presidente da República, assim como dos crimes de tráfico de influência, tráfico de



influência em transação comercial internacional e de lavagem de dinheiro (neste caso, consistente na conduta de se dissimular a propriedade de bens provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal), previstos, respectivamente, nos arts. 332 e 337-C do Código Penal brasileiro e no art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, na condição de ex-Presidente da República, e diante da existência de indícios suficientes de autoria...”

Chegou ao conhecimento do nosso colegiado, Sr. Presidente, inquérito promovido pelo Ministério Público, chegaram aqui documentos fartos, não de revistas, não de veículos de comunicação, mas sim de uma entidade, de uma instituição séria e responsável que, ao lado da Polícia Federal, chegou a indícios, chegou a conteúdos robustos de que houve sim tráfico de influência no BNDES. Houve sim a interveniência, houve sim a dedicação do ex-Presidente Lula, após deixar o posto de Presidente da República, em atuar para que empréstimos fossem realizados, para que pagamentos a empréstimos já realizados fossem deliberados e para que essas operações fossem asseguradas.

Então, aqui não há supostos indícios atrelados a veículos de comunicação, ou a quem quer que seja, que estejam distorcidos. Assim, como o inquérito criminal em curso — e é de conhecimento de todos os colegas — é um inquérito sigiloso, não o coloco aqui de modo claro e aberto, pois está em sigilo de Justiça. Mas se chega à robusta conclusão de que, realmente, o ex-Presidente Lula praticou o tráfico de influência em favor da empresa Odebrecht e exerceu influência. Posicionava-se frente ao BNDES para que o Banco liberasse recursos em favor de outros países, em favor de operações que beneficiassem os seus interesses. O Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho ia despachar, após viagens do ex-Presidente Lula a esses países, no seu instituto, onde sequer era recebido. Mas ele ia sim ao encontro do ex-Presidente para que ele pudesse deliberar. E esses recursos, em uma coincidência, provam nos inquéritos que realmente havia fatos que estavam evidentemente ligados. Por isso, sugerimos o indiciamento do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

“Vale registrar que a rejeição do requerimento de convocação do ex-Presidente Lula por Parlamentares da base do Governo teve o condão de impedir



que o ex-mandatário se manifestasse a respeito das suspeitas que pesam contra ele, o que seria extremamente proveitoso.” E ainda poderia se defender.

“Na mesma linha, existem elementos probatórios que apontam para a prática do crime de lavagem de dinheiro (consistente, na hipótese, no recebimento de valores a título de remuneração por serviços não prestados, como forma de dissimulação da origem de valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal), tipificado no art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, bem como de indícios suficientes de autoria, de modo que sugerimos o indiciamento de Taiguara Rodrigues dos Santos, filho do irmão da primeira mulher do ex-Presidente Lula.

Outrossim, na presença de prova de ocorrência dos crimes de corrupção ativa e de lavagem de dinheiro, tipificados, respectivamente, no art. 333 do Código Penal brasileiro e no art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 e diante da existência de indícios suficientes de autoria, conforme fartamente demonstrado no item 6 do sub-relatório do Deputado Alexandre Baldy (páginas 66 a 142 do aludido documento), sugerimos o indiciamento de José Carlos Bumlai.”

Está claro, Sr. Presidente, que o Sr. Bumlai obteve empréstimos do BNDES, quando qualquer empreendedor brasileiro necessita de garantias de 130%. O Sr. Bumlai, em determinado momento, conseguiu empréstimo com garantia de menos de 1%, e a média de 62%, quando obteve o seu segundo empréstimo. Então, essa operação eivada de delitos e de distorções está aqui comprovando que o Sr. José Carlos Bumlai exerceu influência, obtida por ser amigo do ex-Presidente Lula, e obteve empréstimos do BNDES para uma empresa com dificuldades financeiras e com garantias insuficientes à operação, o que todo cidadão empreendedor brasileiro precisa ter para requerer recursos do BNDES.

“Tem-se como presente, no caso, conforme demonstrado no item 7 do sub-relatório do Deputado Alexandre Baldy (páginas 147 a 178 do aludido documento), prova de ocorrência dos crimes de pertinência a organização criminosa, tipificado pelo art. 2º da Lei nº 12.850, de 2013, lavagem de dinheiro, tipificado pelo art. 1º da Lei nº 9.613, de 1998, por diversas vezes, falsidade ideológica, tipificado pelo art. 299 do Código Penal brasileiro, bem como de indícios suficientes de autoria, sugerimos o indiciamento de Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, o Bené.



Por derradeiro, na presença de prova de ocorrência dos crimes de gestão fraudulenta, de prevaricação e de advocacia administrativa, tipificados respectivamente no art. 4º da Lei de Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492, de 1986), no art. 319 e no art. 321 do Código Penal pátrio (Decreto-lei nº 2.848, de 1940), e de indícios suficientes de autoria, sugerimos o indiciamento do Presidente do BNDES, Luciano Galvão Coutinho.

Quanto ao Presidente do BNDES, é digno de menção o fato de que as investigações em curso têm revelado ser ele o grande responsável pela interlocução e pela execução dos desígnios do ex-Presidente Lula, no âmbito do banco de fomento, que só corroboram as conclusões que alcançamos.

Este, portanto, Sr. Presidente, é o voto em separado que submetemos à apreciação dos nobres pares.”

Para concluir, Sr. Presidente, no tempo que me resta, faço um apelo para que este colegiado da CPI do BNDES apoie o voto em separado que nós do PSDB apresentamos aqui, para que possamos chegar ao fim desta CPI, aos olhos da população brasileira, sem a configuração, como se diz nas ruas, de que terminou em pizza. Eu não admito isso! Não quero levar isso aos meus eleitores goianos e brasileiros!

O nosso País precisa de resposta! E esse relatório, juntamente com o do Deputado José Rocha, é realmente para que cheguemos à conclusão — o povo precisa dela e a merece — de que a CPI teve um final à altura dos trabalhos que, infelizmente, em razão da falta de tempo, conseguimos chegar.

Eu agradeço, Sr. Presidente, e faço o apelo para que não terminemos com a imagem de que não conseguimos concluir da forma que o povo nos pede e passando a imagem de que esta Casa está desacreditada e, principalmente, de que esta CPI possa terminar em pizza.

Esperamos chegar à conclusão com fartos documentos, com inquéritos, com situações ligadas à Polícia Federal, a órgãos e instituições que são fortíssimos e elevados em termos de qualidade, no curso de todas as suas investigações. Que nós tomemos essas posições!

Então, eu agradeço, Sr. Presidente, e parablenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos. Faço, mais uma vez, esse apelo para que nós possamos terminar a CPI



do BNDES, não como nós oposição e cidadão brasileiro gostaríamos, com a investigação de um banco público que aplica recurso do brasileiro, recurso público, mas que cheguemos, pelo menos, com o conteúdo robusto que temos em mãos, à aplicação de pena àqueles que cometeram atos delituosos em frente a toda a Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Aproveito, inclusive, para informar às Sras. e aos Srs. Deputados que os votos em separado representam uma manifestação pessoal de cada integrante desta Comissão, não necessariamente configuram o pensamento da CPI ou da maioria da CPI, mas se limitam ao pensamento e à posição individual de cada Parlamentar. Todos esses votos em separado estão sendo recepcionados pela Secretaria da Mesa, aos quais estamos dando publicidade imediata no *site* desta CPI.

O próximo orador inscrito é o Deputado Sérgio Vidigal, a quem concedo a palavra pelo tempo de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Só quero registrar, Sr. Presidente, que esse voto está sendo registrado na Comissão e chegará ao conhecimento de todos, em alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não tenha dúvida disso, Deputado.

Com a palavra o Deputado Sérgio Vidigal.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Quero saudar V.Exa., Sr. Presidente Marcos Rotta, o Sr. Relator José Rocha, o Sr. Vice-Presidente Miguel Haddad e os demais colegas Deputados.

Faço, Sr. Presidente, um voto em separado, inclusive respaldado pelo relatório do eminente Relator José Rocha, no qual ele coloca que existe necessidade de prorrogação para que possamos apurar mais profundamente algumas denúncias que não ficaram muito bem estabelecidas e examinar alguns documentos que sequer se teve tempo de analisar nesta Comissão.

Sr. Presidente, meu voto em separado rediz o seguinte:



“Criada por meio do Requerimento nº 14, de 2015, do Sr. Rubens Bueno e outros, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem por objeto investigar, no prazo de 120 dias, supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015 (...).

Ressalte-se que grupo de trabalho criado no âmbito desta Comissão Parlamentar solicitou documentos ao BNDES, ao TCU e a outros órgãos competentes, os quais foram recebidos com demasiado atraso, comprometendo os trabalhos de apuração e investigação pretendidos por esta CPI no prazo que lhe fora destinado.

Apresentado requerimento deste Parlamentar e de outros membros para prorrogação do prazo da Comissão por 60 dias, lamentavelmente deixaram eles de ser liberados.”

Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. solicitasse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Peço a gentileza das senhoras e dos senhores. Nós estamos com um orador na tribuna. Peço silêncio, por gentileza, para que o Deputado Sérgio Vidigal possa fazer a sua explanação.

Garanto a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - “Vale frisar que as prorrogações feitas pelo Presidente da Câmara do Deputados, *ad referendum* do Plenário, por 15 e, posteriormente, 20 dias, são insuficientes para a conclusão dos trabalhos da Comissão, sendo necessário, pois, conceder-lhe maior prazo.

Dentre as atividades pendentes da Comissão, cabe destacar a necessidade de investigar recentes fatos divulgados pelo Ministério Público Federal sobre dívidas de R\$ 400 milhões contraídas pelo empresário e pecuarista José Carlos Bumlai, junto ao BNDES, decorrentes de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

Força-tarefa da Operação Lava-Jato, que culminou na prisão de Bumlai, identificou financiamentos concedidos pelo BNDES à São Fernando Açúcar e Alcool e à São Fernando Energia 1, empresas do pecuarista que integram o grupo empresarial em situação pré-falimentar, o que contraria norma interna do Banco para a concessão de crédito.



Além disso, diversas incoerências foram constatadas nos documentos recebidos pela CPI, como um terreno dado em garantia por Bumlai nos contratos com o BNDES, que gira em torno de 1% do valor do empréstimo, não obstante o Banco exigir garantias de 100% a 130% do valor financiado. Cabe arguir como foi possível realizar contratos de empréstimo de valores tão significativos com garantia tão baixa. Some-se a isso o fato de que, por meio de aditivo ao primeiro contrato, o terreno foi posteriormente reavaliado em mais de 200 vezes em relação a seu valor inicial. Essa valorização espetacular também merece ser investigada por esta CPI.

Presente à reunião da CPI realizada em 1º de dezembro de 2015, na condição de investigado, por força de liminar concedida em sede de *habeas corpus*, o Sr. Bumlai manteve-se em silêncio a todos os questionamentos que lhe foram feitos pelos membros da Comissão.

Outra questão a ser investigada diz respeito aos instrumentos para medir a efetividade dos financiamentos concedidos pelo BNDES, considerando que mais de 40% dos recursos da instituição são originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, impondo-se maior transparência à sociedade. (...)

No sub-relatório da Deputada Cristiane Brasil ela afirma que é importante destacar a Representação nº 017.751, de 2015, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, pois nela são apontadas diversas irregularidades praticadas pelo BNDES na área internacional, o que provavelmente poderia também sugerir a investigação desta CPI se houvesse tempo hábil.

“Segundo a representação, todas as exportações de serviços de engenharia apoiadas pelo Banco foram realizadas no âmbito do programa ‘BNDES’ Exim Pós-Embarque”, que tem como fonte de recursos o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT. Consoante o art. 239, § 1º, da Carta da República, pelo menos 40% desses recursos devem ser ‘destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor’, sendo esta parcela de recursos conhecida por FAT Constitucional.

Não obstante o constituinte originário tenha determinado que é indispensável a adoção de critérios de remuneração que preservem os numerários do fundo, alega-se na representação que o BNDES está remunerando os recursos do FAT



Constitucional com valores bem abaixo da inflação, descumprindo, portanto, o mandamento constitucional e causando prejuízos ao próprio fundo e à União.

Consta também na representação que, em contratos celebrados pelo BNDES com a República Dominicana para o financiamento de serviços de engenharia” — como os que cito —, “- Contrato nº 14.2.1236.1, firmado em 9 de março de 2015, tendo como interveniente a Construtora Norberto Odebrecht S.A., e Contrato nº 12.2.0630.1, firmado em 25 de junho de 2013, com a interveniência da Construtora Andrade Gutierrez S.A. - as taxas de juros fixadas são insuficientes para manter o valor dos recursos do FAT Constitucional, estando abaixo da inflação.

Segundo afirmado, tendo em vista a diferença entre os juros fixados no contrato e a inflação do período, apenas no primeiro ano do Contrato nº 12.2.0630.1, as perdas estimadas para o FAT correspondiam a US\$ 10.357.526,62 (resultado obtido aplicando-se a diferença entre o IPCA e a Libor sobre o saldo total do contrato).

Aplicando a mesma metodologia, o MP junto ao TCU estimou em US\$ 31.488.387,74 as perdas no primeiro ano do Contrato nº 14.2.1236.1. A perda estimada para o FAT em 4 anos, apenas tendo em vista estes dois contratos, segundo o órgão de controle, seria de US\$ 167.383.657,45 (R\$ 629.362.552,01 à taxa de câmbio de R\$ 3,76). No ponto, vale transcrever parte do teor da representação.

Importante lembrar que as estimativas aqui realizadas referem-se a apenas dois contratos de um total de 539 listados pelo BNDES. Mantida a média da proporção de perdas estimadas nos dois contratos (4,4749% a.a.) e considerando, para efeito de simulação, que seriam semelhantes às condições para o início de amortização, podemos estimar em US\$ 2,15 bilhões os prejuízos ao FAT Constitucional nos 4 primeiros anos dos 539 contratos. A estimativa se fez necessária porque as perdas exatas só poderiam ser calculadas com os documentos cujo acesso vem sendo sistematicamente negado pelo BNDES.

A tese da representação é a de que, ao oferecer aos importadores (países contratantes) taxas de juros menores do que aquelas fixadas pelo constituinte originário, o BNDES impõe ao FAT e à União perdas financeiras elevadas, representadas pela atualização a valores menores do que a inflação e pelo custo de



oportunidade em deixar de aplicar os recursos em outras operações no País.

Considerando que a maioria dos valores foi para países com baixos níveis de transparência e elevados níveis de corrupção, há dúvidas de que o BNDES esteja subsidiando países sem nenhum grau de investimento e com alta probabilidade de desvio de recursos públicos em benefício dos governantes daqueles países, e não da população, com a imposição de prejuízos diretos à população brasileira. A defesa do BNDES é no sentido de que a taxa de remuneração usada está prevista na Lei nº 9.365, de 1996, não tendo havido qualquer irregularidade. Neste caso, entendemos a posição do procurador, no entanto nos parece que não há contradição na medida em que a aquisição de moeda estrangeira forte indexada a taxa Libor é uma forma de preservar valor.

Outro fato que ficou claro diante dos documentos apresentados ao longo dos trabalhos é a falta de transparência no repasse de valores e a inexistência de estudos e mecanismos capazes de mensurar a efetividade dos recursos alocados, o que pode na prática impedir o sistema BNDES de cumprir a missão institucional que justificou sua criação. (...)

No relatório sub-setorial do Deputado André Moura, do PSC de Sergipe, é ponderada a falta de mecanismos para medir a efetividade dos financiamentos concedidos pelo Banco.

Desde 2007, os repasses do Tesouro ao BNDES ultrapassaram a soma de 450 bilhões de reais. No entanto, esse aumento de repasses não teve como contrapartida qualquer elevação na taxa de investimento do País que refletisse, desde então, que essa seria uma política sustentável e cujos frutos estariam sendo apropriados pela sociedade brasileira.

De fato, se em 2008 — quando começaram os repasses do Tesouro para o banco — a taxa de investimento do País para a formação de capital bruto era de 19% do PIB, ela permaneceu inalterada nos anos seguintes, tendo fechado 2014 com o valor de 19,7%.

Uma das explicações para esse fenômeno apenas reitera um argumento sustentado ao longo desse sub-relatório: o BNDES não possui qualquer estrutura voltada a mensurar o grau de efetividade de sua atuação ou verificar, ao menos, o correto emprego dos recursos emprestados. De acordo com o economista Eduardo



Gianetti da Fonseca, uma das possíveis explicações para a falta de reflexo do dispêndio público no fomento da atividade econômica na taxa de investimento do País estaria em que empresas tomaram crédito subsidiado do Banco para fazer investimentos que já haviam programado, enquanto aplicavam os recursos próprios no mercado financeiro, a taxas muito maiores. Em outras palavras, o investimento que elas fariam, com o dinheiro que tinham em caixa, passou simplesmente a ser feito com financiamento do Banco. (...)

Grupo X

Recursos públicos fluíram em profusão para seus empreendimentos, sem que o poder público tivesse, em contrapartida, a estrutura de fiscalização e controle compatível com o montante investido. Reporta-se que bancos públicos têm capital emprestado (a juros subsidiados e com *funding* provido pelos contribuintes) ao grupo EBX, com o BNDES exposto em R\$ 4,9 bilhões (de um total de empréstimos de R\$ 10,4 bilhões) e a Caixa Econômica Federal em R\$ 1,4 bilhão. No que toca a esse sub-relatório, esclarecemos que apenas a BNDESPAR aplicou, adicionalmente, outros R\$ 500 milhões no grupo EBX. Apesar de submetidos à fiscalização da CVM — Comissão de Valores Mobiliários e da ANP — Agência Nacional do Petróleo, essas estruturas se mostram falhas em monitorar, prever ou conter a queda do Império X, e, com esta queda, a devassa no mercado acionário brasileiro e a possibilidade de que os recursos públicos investidos junto ao grupo EBX não venham a ser recuperados pelo Banco. (...)

Política de Criação de Campeões Nacionais

Da mesma forma, há indícios claros de que a atuação do Banco promoveu a concentração de mercado (dentro da política de criação de campeões nacionais) e, indiretamente, o enriquecimento de indivíduos escolhidos por critérios pouco claros em outros setores da economia nacional. Há, ainda, outro grave desvirtuamento de mercado, promovido especificamente pela atuação da BNDESPAR: ao empregar recursos públicos investindo em empresas com fácil acesso a linhas de financiamento junto a instituições financeiras privadas (ou seja, empresas grandes e bem consolidadas), o BNDES contribui para promover o travamento ao setor de financiamentos de longo prazo, uma vez que deixa para as instituições privadas o dever de assumir o risco de financiamento de empresas de menor porte e menos



maduras. Trata-se, portanto, de uma interferência estatal que freia o mercado de capitais e inibe o avanço de fontes de financiamento privado, como debêntures e títulos corporativos de dívida.

Se, em 2003, a participação do BNDES no financiamento aos investimentos de empresas e famílias no Brasil era da ordem de 7,4% do total; em 2013 essa participação já havia sido catapultada para a faixa dos 20%. Há, por outro lado, diversos indícios de que o direcionamento de recursos para grandes empresas têm também a potencialidade de brechar a inovação no País, isso porque, quando consideramos que tais recursos são escassos, a escolha por investir em empresas já consolidadas implica minguar recursos que poderiam ser destinados para empresas novas, com potencial de inovação tecnológica a ser desbravado.

Assim, a política industrial brasileira recente, ao proteger o setor industrial estabelecido e a escolha de campeões nacionais pelo BNDES, tem se mostrado extremamente equivocada, isso porque, beneficiando grandes firmas já estabelecidas no mercado, o Governo diminui a realocação da produção para as firmas novas e mais eficientes, que são, de fato, o grande motor do crescimento da produtividade e do bem-estar econômico e social. (...)"

Por essas razões, Sr. Presidente, quero aqui deixar minhas conclusões finais.

"Ressaltamos ainda que ao longo dos trabalhos foram apresentados pelos membros da Comissão 421 requerimentos, entre pedidos de informação e solicitações de oitivas, dos quais mais da metade — ou seja, 216 requerimentos — não foram sequer deliberados na Comissão. Apesar do encerramento da Comissão, dos 205 requerimentos aprovados, 30 não foram ainda atendidos. Cerca de 175 requerimentos foram considerados concluídos pela Secretaria da Comissão, apesar de que, no caso da requisição de informações, há muitos requerimentos ainda com informações incompletas.

Percebemos que o prazo de duração da CPI foi claramente insuficiente levando em consideração a magnitude das atividades investigatórias que teriam que ser realizadas e a escassez de recursos humanos da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados devido ao volume de trabalho atribuído a esta Consultoria.

É também inconcebível que uma CPI que objetivou investigar a atuação de um dos maiores bancos de fomento do mundo tenha conseguido ouvir pouco mais



que cinco testemunhas ligadas ao setor privado da economia. Pela ação da bancada situacionista, foi também impedida a convocação de representantes da JBS/Friboi, uma das empresas mais apoiadas pelo BNDES, e na qual o banco oficial detém uma participação acionária relevante, isto apesar dos indícios de irregularidades nas operações do Banco com a empresa, já levantados nas análises em curso no Tribunal de Contas da União.

A CPI não realizou nenhuma visita técnica a empreendimentos polêmicos financiados pelo Banco, ou reuniões técnicas na sede do BNDES, para conhecer e avaliar os sistemas de credenciamento, avaliação, acompanhamento e fiscalização de projetos da entidade.

Diante da gravidade dos fatos divulgados após a participação do Presidente da instituição, Luciano Coutinho, em audiência pública promovida por esta Comissão, que envolvem enorme quantia de recursos do Banco, e considerando ainda a prisão de Bumlai, urge que esta Comissão aprofunde as investigações e que o Presidente do BNDES retorne à CPI, agora na condição de testemunha, para maiores esclarecimentos aos membros da CPI sobre esses contratos de empréstimo.”

Esse é o meu voto em separado, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Sérgio Vidigal. Cumprimento V.Exa. pelo brilhante voto em separado que produz. Já estamos providenciando, inclusive, publicidade. Estamos publicando no *site* da CPI o seu voto. Agradeço a V.Exa.

Há sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Pauderney Avelino, Líder do Democratas, designando o Deputado Carlos Melles, Vice-Líder, para utilizar o tempo de Liderança do Democratas.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Melles por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Deputados e Deputadas, serei breve, não usarei os 5 minutos.

Vou fazer uma consideração aqui. Talvez fosse interessante, no caminhar da análise dos votos apresentados, que fizéssemos uma pausa para discutir aquilo em



que o Relator se sente confortável, melhor dizendo, mais do que confortável, o que pode ser agregado, para melhorar o relatório.

O Deputado José Rocha fez um bom relatório, um relatório correto, mas cabem observações. Mesmo na transcrição do Relator José Rocha do relatório do TCU, cabem algumas observações que, talvez, com o volume de assuntos, o Relator possa — e a assessoria — não ter, vamos dizer assim, percebido, para que se pudesse fazer os indiciamentos ou mesmo o aprofundamento das investigações.

Eu digo isso especificamente no caso do TCU dos empréstimos da JBS, em que estão mais do que claras as irregularidades ou as brechas deixadas pelo relatório do TCU, e não apontadas, para que aprofundássemos, em termos de indiciamento. Da mesma forma, o metrô da Venezuela. Acho que cabe, sim, um aprofundamento nesse sentido.

Vão ser três ou quatro relatórios individuais dos partidos de oposição. Eu acredito e os colegas pensam — ou nós todos pensávamos — que, se tivéssemos mais 60 dias, faríamos uma coisa melhor do que a que estamos apresentando hoje. Certamente não faríamos, não. A CPI veio blindada para não fazermos o que deveríamos fazer.

Ela teve, obviamente, da Oposição, uma blindagem. Eu nunca vi tantos requerimentos em cima de uma empresa — notadamente a empresa que todos queriam ter a transparência sobre as suas ações no BNDES —, que foi a JBS. Nós fomos barrados aqui de investigá-la, assim como todos os outros. Os que vieram ficaram calados. Foram mais de 300 requerimentos, e nós não conseguimos caminhar.

Eu acho que o papel da CPI, Sr. Relator, Sr. Presidente e demais colegas, era, pelo menos agora, nós fazermos indiciamentos, para que o Ministério Público e o TCU... e aprofundamento nessas investigações.

Eu quero dizer aos senhores que as três CPIs... A da PETROBRAS, até pela ação da Lava-Jato, deu mais conhecimento à sociedade. Não foi um grande relatório, conclusivo, mas foi um relatório melhor. A CPI dos Fundos de Pensão está caminhando para fazer um relatório um pouco mais profundo. Mas eu diria que, na CPI que coordena esse processo todo, a do BNDES, que era a grande CPI esperada pelo povo brasileiro e pelo Congresso Nacional — nós sabemos que ali no



BNDES foi o grande celeiro, vamos dizer assim, de fomento para tudo isso que aconteceu na CPI da PETROBRAS e dos Fundos de Pensão —, nós poderíamos fazer um documento melhor, mais consensual, e não para transferir responsabilidades, porque aqui na CPI, do jeito que ela veio, nós não poderíamos caminhar mesmo, não. A Oposição estava muito bem organizada, blindada, e o Relator não pôde ir mais do que foi no relatório.

(Não identificado) - O Governo estava...

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - O Governo, é óbvio, não é? Mais do que blindada...

Então, a minha sugestão era a de que, depois de analisados os votos e dada publicidade a eles, pudéssemos nos sentar com o Relator e ver que nível de aceitação de indiciamentos e aprofundamento de investigação poderíamos fazer aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator e demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O eminente Ministro Carlos Melles fez uma proposta, que eu vou deixar inclusive para que representantes do Governo possam se manifestar com relação a ela.

O próximo orador inscrito é o Deputado Caio Narcio, a quem concedo a palavra pelo tempo de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, nobres Deputados, caro Relator, chegamos ao final prematuro de uma CPI que não atende à expectativa da sociedade.

É uma CPI que deixa sem avaliação um volume enorme de requerimentos e um volume enorme de documentos que vieram para cá sem termos propriamente uma equipe que pudesse avaliar o conteúdo desses documentos. Diversas pessoas que estavam na lista de convocação não vieram aqui para esclarecer os fatos.

É uma CPI que trouxe aqui membros envolvidos em suspeitas de relação com o Banco que passaram todo o inquérito calados. É uma CPI que passou o último semestre tentando esclarecer as dúvidas que pairavam sobre o BNDES, órgão que dá ao Brasil orgulho, por ser um dos maiores bancos de investimento social do mundo.



É uma CPI que deixa dúvidas na maneira como o Banco age, seja por dificuldade de nortear o caminho de como deve ser a atuação do Banco, seja por equívoco regimental, modificações que aconteceram, em parte por este Governo, e deram ao Banco conotações diferentes do que ele tem no seu nome, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — de social nós vimos muito pouco nele.

Vimos esse banco, em sua atuação, criando monopólios desproporcionais. Quando dizem nesta CPI criar vários empregos, que o Banco foi criado através dos investimentos nas grandes empresas, nós não analisamos quantas empresas quebraram pelo monopólio desproporcional desenvolvido por um Governo que prestigiou algumas empresas em detrimento de outras, levando muitas delas à falência. Não foi conotado isso aqui dentro.

É uma CPI que trouxe o Sr. Bumlai, e nós vimos a força do Governo colocada aqui dentro. Quando ele foi convocado, os Deputados se esconderam no fundo do plenário para que não houvesse quórum, para que não pudéssemos ouvir o Sr. Bumlai. Primeiro, o Governo dizia que não havia motivos para convocá-lo. Os Parlamentares até se esconderam ali no fundo para que ele não fosse convocado.

Depois ele foi convocado por esta CPI, em um momento raro em que conseguimos burlar a defesa que o Governo implementou dentro desta CPI. No dia em que viria aqui para responder, ele foi preso. E está lá, preso, mostrando que havia irregularidades por parte dele. Depois veio aqui, e ficou calado 4 horas.

No final da CPI, disseram que, algum dia, ele provaria a todos que ele era honesto, que ele era um desenvolvedor do País. Mas, durante as 4 horas, ele permaneceu calado. Para esconder o que e quem? Nós não sabemos, ou sabemos, mas não podemos ainda comprovar. O que existe de fato são dúvidas. Várias dúvidas pairam sobre a organização desse banco, tendo em vista o dever que ele tem para com o nosso País.

Tenho o maior respeito pelo Deputado Davidson. Ele fez um trabalho aqui ponderando as possibilidades, equalizando às vezes até os ânimos dos opositoristas e governistas. Mas, ao pensar o País, escuto o Deputado Davidson dizer: *“Vieram aqui para provar que o Banco tinha corrupção, como fizeram, e estão acabando a CPI sem conseguir provar isso”*. Eu lembro a todos a primeira CPI da



PETROBRAS, que acabou sem nenhum indiciamento — depois, na segunda, nós descobrimos o segundo maior escândalo de corrupção da história do mundo! —, dizendo que a primeira CPI não descobriu nada e que não confirmava que não havia irregularidades no Banco, apenas que talvez não tivesse tido o tempo necessário para comprovar.

Eu não quero aqui dizer hoje, no encerramento de 6 meses de trabalho investigando, ouvindo e analisando documentos... O que não analisamos se deu por nós não termos tido uma competência técnica que pudesse nos dar suporte para analisar dados técnicos de banco, o que não é simples, com um volume de documentação que ultrapassa milhões de páginas para essa investigação.

Eu não venho aqui acusar o Banco. Nós viemos aqui para falar sobre o relatório do nobre Relator José Rocha. Existem inúmeros indícios de irregularidades, em alguns casos comprovações de coisas fatídicas que nos levam a dizer que existem problemas lá. Mas o que eu posso dizer? Esta CPI não nos deu tempo suficiente para dizer nem que o Banco é inocente, nem que é culpado. E o Brasil tem dúvidas, tem dúvidas.

O nobre Deputado Carlos Zarattini me permitiu sempre o bom e grande debate dentro desta Comissão — ele sempre defendendo o Governo, de ofício. Digo que, ao encerrarmos esta CPI, deveremos dar a ele a estrela dourada do PT, porque ele fez o grande exercício da defesa do Governo, intransigente. Mesmo nos momentos de erro, ele sempre esteve do lado do Governo. É necessário reconhecer isso. É necessário dizer isso.

Mas isso não ajuda o Brasil, não ajuda o Banco. Defender o Banco, independentemente dos seus erros, não o ajuda a evoluir. A nossa função aqui é alertar, mostrar onde o Banco errou e onde ele acertou. Como Parlamentares, nós precisamos, de maneira investigativa, dizer: *“Aqui está errado, aqui é preciso mudar. Essas pessoas aqui estão envolvidas nos problemas. Existem indícios fortes, que merecem uma investigação mais apurada, e talvez não caiba a nós”*.

Portanto, aí vem o nosso voto em separado, para dizer ao Relator: nobre Relator, parabéns! O seu relatório tem indícios, coloca claramente as nossas dúvidas sobre o Banco, e, em nossa opinião, ele falha nas providências. E daí, sim, o motivo de fazermos o voto em separado, que diz o seguinte: concordamos com o



conteúdo do seu relatório, do ponto de vista de apontar as irregularidades, as dúvidas, todas elas, mas gostaríamos que ele contivesse essas providências.

Aqui falamos do Sr. Bumlai, que está preso! Nós, no relatório, estamos indicando que ele seja indiciado e investigado. A situação dele não está bem explicada, porque um cidadão que vem a uma CPI e precisa ficar 4 horas calado está escondendo alguma coisa. Isso não é dúvida, isso é certo! Ninguém que não tem nada para esconder fica calado 4 horas.

E estamos aqui pedindo o indiciamento do ex-Presidente Lula por tráfico de influência dentro do Banco, sim, porque está mais do que evidente, dentro de todas as entrevistas, dos inquéritos que nós fizemos, a presença inerente e fortemente colocada do Governo do ex-Presidente sobre o tráfico de influência ocorrido dentro do Banco. É algo que merece ser investigado, não só para inocentar o Presidente, se for necessário, mas também para condená-lo, se houver evidências para poder fazer isso. Nós não podemos é dizer que não há nenhuma evidência que leve para o lado dele a condição de merecer mais estudos sobre o caso da sua participação.

O ex-Presidente Lula tem uma ação integrada com o BNDES. Tem uma ação diretamente ligada. As palestras, as empresas, a sua atuação internacional, de preferência na promoção de empresas brasileiras, estão diretamente casadas aos empréstimos que aconteceram dentro do BNDES.

Na semana retrasada, quando o PT comemorava o adiamento do indiciamento, do inquérito do Presidente Lula, eu disse que não havia nada a se comemorar. O que nós e a sociedade esperávamos é que ele, de própria vontade, dissesse: *“Eu vou esclarecer o que está acontecendo comigo”*. É isso que a sociedade espera de alguém que é inocente. A pessoa não espera ser chamada para esclarecer, coloca-se à disposição da Justiça, coloca-se à disposição da verdade. E o silêncio não ajuda a esclarecer a verdade. É isso que nós temos ouvido inclusive do Presidente, que sempre falou muito, inclusive que nunca sabia de nada, e às vezes sabia de tudo.

Temos aqui também o indiciamento do Sr. Taiguara, pertencente à família do Sr. Lula, com relação direta com a empresa Odebrecht, com relação direta com o empréstimo do BNDES. Está colocada aqui a necessidade.



Temos o Dalton Avancini, que veio aqui preso. E, muitas vezes, riu da cara dos Parlamentares aqui. Eu perguntei: *“O senhor acha que é engraçado isso que está acontecendo aqui dentro? Eu não vejo graça em o Brasil ser tratado dessa maneira demagógica”*. Ele disse: *“Não, eu paguei uma propina, mas foi pequena”*. E eu perguntei: *“O senhor acha propina de 150 milhões pequena?”*

O Brasil perdeu o pudor. O que aconteceu e está em curso no Brasil é que acabou, infelizmente — eu vou usar uma palavra forte —, a vergonha na cara. As pessoas estão falando em milhões como se fosse troco. O Brasil foi assaltado, assaltado! Isso está comprovado no que aconteceu na PETROBRAS.

Eu gostaria muito que esta CPI nos desse a oportunidade de dizer: *“BNDES, vocês erraram aqui, aqui está certo, essas irregularidades precisam mudar, mas vocês são inocentes, ou vocês são culpados”*. A CPI não nos permite fazer essa avaliação. Isso não é bom nem para o Brasil, nem para a Oposição, nem para o Governo. Mas, acima de tudo, não é bom ter uma instituição como o BNDES cheia de dúvidas. Não se pode abrir uma CPI e deixá-la sem respostas. A CPI precisa encerrar quando as perguntas estão respondidas. Não é o caso.

Está aqui o Sr. Vagner Freitas. Para mim, é o maior absurdo que aconteceu aqui dentro. O Sr. Vagner Freitas, Presidente da CUT, veio aqui. Em determinado momento, nós colocamos um requerimento, e ele não foi pautado. Colocamos um extrapauta. Ele perdeu por um voto a possibilidade de vir aqui se explicar por que um dia foi à televisão, dentro do Palácio da Liberdade, ou melhor, do Palácio do Planalto, com a Presidente Dilma e com o Presidente Lula — com o Presidente Lula junto —, dizendo: *“É necessário que a gente vá para as ruas e defenda este Governo com armas”*. Estava ameaçando o povo brasileiro. E aquilo, se já era um absurdo, por ter acontecido dentro do Palácio, ficou mais ainda com a presença da Presidente Dilma e do ex-Presidente Lula naquele evento. Mas ficou mais grave ainda quando nós descobrimos as motivações que o levaram a dizer que iria pegar em armas. Nós, alguns dias depois, descobrimos que ele é funcionário do BNDES. Na verdade, ele não estava defendendo o Governo, ele estava defendendo o emprego dele. Por isso, era necessário pegar em armas.

Aí nós chamamos os Parlamentares aqui: *“Vamos convocar esse cidadão, para saber qual é a motivação dele para pegar em armas contra a população do*



País dele". Aí o Governo, fortemente, veio proteger o seu Presidente da CUT, aquele que coloca um exército de armas para defender um Governo que não tem mais popularidade, com o dinheiro do BNDES, porque ele é funcionário do Conselho do BNDES. E eu pergunto: qual o problema de ouvir o Vagner Freitas aqui? Quem não deve não teme. E ele não veio, porque o Governo não deixou.

O Sr. Guido Mantega veio aqui, em determinado momento. E perguntamos a ele: "*Presidente, o senhor indicou o Presidente da sua sucessão, Demian Fiocca, sim ou não?*" "*Ah, eu não sei! Pode ser que eu tenha indicado. Eu indicaria. Quer dizer, eu indiquei, mas não indiquei. Em momento nenhum ele conseguiu dizer se houve uma reunião entre ele, o Presidente Demian Fiocca e o Presidente Lula. Eu não entendo. O próprio Demian também não lembra isso. A memória dos dois, nesse caso, parece ser muito seletiva, para os dois, coincidentemente, não lembrarem se aconteceu isso ou não.*

Depois, ele disse que o Sr. Sandri não era amigo dele. E, porque ele sabe que, se mentir sob júízo, ele vai preso na hora, quando eu perguntei "*o senhor tem certeza de que o senhor não é amigo dele?*", ele, de súbito, lembrou que, eventualmente, eles foram jantar juntos na casa, acompanhados de suas esposas. E eu perguntei: "*Sr. Guido Mantega, V.Exa. costuma muito ir à casa de pessoas que V.Exa. não considera amigos?*" Até agora ele não conseguiu explicar isso.

Peço ao Presidente, porque sei que o meu tempo está acabado, um instante só para fazer a conclusão do meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quero dizer que a falência desta CPI, com o seu fechamento prematuro aqui hoje, é uma falência para os brasileiros, que estão em casa assistindo a mais uma *pizza* ser colocada aqui dentro. É um momento de descrédito com a classe política. Os brasileiros estão em casa nos olhando e dizendo o seguinte: "*Não é possível que mais uma vez vai acontecer isso!*" E isso leva aos patamares em que a população desacredita muito neste Governo, mas cada dia desacredita mais neste Parlamento.

Nós não podemos nos sujeitar a essa condição. Repito: é importante não só que não condenemos nenhum inocente, mas também que não liberemos nenhum culpado. Entendo a preocupação do Relator, que, em algum momento, falou: "*Eu*



não posso ser irresponsável de indiciar pessoas sem ter as evidências”. E aí digo: quando, nobre Relator, nós falamos aqui contra a CPI, nós não estamos querendo culpar inocentes, nós só não queremos deixar dúvidas em aberto.

Portanto, Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade que me foi dada, durante esses 6 meses, de tentar esclarecer os fatos e fazer isso na companhia de V.Exa., que, o tempo inteiro, de maneira imparcial, soube conduzir esta CPI, o que não é fácil. E quero deixar os meus manifestos, dizer que esta CPI faria muito bem ao Brasil se ela continuasse e tivesse a oportunidade de inocentar o Banco ou culpá-lo e apontar, na verdade, as eventuais irregularidades e dirimir as dúvidas. Como não se fez isso, ficam no Brasil, no encerramento desta CPI, as dúvidas, infelizmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. E agradeço a gentileza das suas palavras.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Só uma questão de ordem, rapidamente. Primeiro, quero agradecer as palavras do Deputado Caio Narcio em relação à minha pessoa. Muito obrigado. Da mesma forma eu o considero. O Deputado falou 15 minutos, mas me parece que, pelo Regimento, os suplentes falam 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, todos falam 15. Não membros falam 10 minutos, mas titulares e suplentes têm o mesmo tempo, 15 minutos. Não membros é que falam 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Ele foi tão brilhante que justifica o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É verdade, Deputado Paulo.

O próximo orador inscrito é o Deputado Betinho Gomes, a quem concedo a palavra pelo tempo de 15 minutos.



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, primeiro, eu queria saudar V.Exa., à frente da CPI, pela condução dos trabalhos. Muito do que aconteceu ou deixou de acontecer nem sempre foi da sua responsabilidade, porque é o colegiado que toma decisões. Mas, de toda forma, eu queria fazer esse registro importante sobre a sua atuação.

Quero cumprimentar também os colegas Deputados que participaram desse esforço para debater a situação e a utilização de um banco tão relevante para o País, para o nosso desenvolvimento. Mas, evidentemente, aqui nós travamos — e aí eu tenho que concordar com o Deputado Davidson — um debate político, um debate de posições políticas. E ficou muito nítido que as atuações tiveram objetivos muito claros; de um lado o Governo, de outro lado a Oposição. A Oposição tentou o tempo todo esclarecer, apurar, investigar. Do outro lado, o Governo tentou e conseguiu, na maioria das vezes, abafar, impedir, não permitir que as apurações fossem realizadas efetivamente.

Essa distinção precisa ser posta, porque a população que nos assiste, a população que tinha expectativas sobre a CPI precisa saber que uma parte dos membros desta Comissão veio aqui, de maneira sistemática, buscando o esclarecimento, buscando a transparência, buscando os fatos; e a outra parte, cumprindo missão política, tentou, a todo custo, impedir que pudéssemos ter sucesso nessa empreitada. Esse registro eu faço, porque não se pode culpar a todos por um eventual fracasso desta CPI.

Entro agora, propriamente, na minha opinião sobre o que nós aqui fizemos. Presidente, nós também já vimos aqui alguns Deputados da base do Governo vender um mundo da fantasia, que, eu acho, desmoronou ontem definitivamente com a prisão do marqueteiro João Santana. Eu queria muito viver nesse mundo que foi aqui descrito pelo Deputado Davidson, que é descrito por outros Deputados da bancada do Governo. Mas o fato concreto é que nós temos uma sociedade, um país que está pedindo socorro — desemprego, inflação, falência do poder público, saúde que não funciona. Nós estamos diante de um caos com dimensão jamais vista neste País, uma das maiores crises econômicas e políticas que já vivenciamos. Isso não condiz com o discurso da base do Governo segundo o qual o BNDES foi



responsável pela grande propulsão da economia brasileira. O que vemos é completamente distinto dessa realidade fantasiosa.

O BNDES foi utilizado como instrumento para promover as chamadas pedaladas fiscais. Mais de 500 bilhões de reais do Tesouro Nacional foram emprestados a juros altos, para o BNDES emprestar, a juros baixos, às empresas, sobretudo às empresas companheiras, às empresas amigas, às chamadas campeãs nacionais, e esse modelo fracassou.

Srs. Deputados, talvez a maioria ainda não tenha visto, mas acaba de ser mais uma vez rebaixada a nota de investimentos do Brasil, pela terceira agência. Agora a Moody's soma-se à Fitch e à Standard & Poor's, dizendo que o Brasil não é confiável, que o Brasil não merece confiança porque está desajustado do ponto de vista fiscal, porque tem uma crise política interminável, já que a Presidente não consegue liderar nada.

Senhores, isso é resultado da má utilização de um instrumento importante para o desenvolvimento do Brasil, como é o caso do BNDES. O BNDES foi mal utilizado. O BNDES foi utilizado para favorecer amigos em detrimento da economia real, daquele cidadão, do empresário que produz de verdade, que precisa do recurso público, que precisa de financiamentos em condições mais favoráveis para tocar o seu negócio. E o que nós estamos vendo é um banco que foi utilizado para promover pedalada fiscal, para concentrar economia na mão de poucos, e que jorrou dinheiro barato para muita gente que talvez não tivesse necessidade de recorrer a recursos públicos, porque poderia recorrer ao sistema bancário privado.

Esse é um fato que nós precisamos registrar, porque, do ponto de vista econômico, definitivamente, o BNDES, que foi alardeado como um instrumento de desenvolvimento, infelizmente foi utilizado para deixar a economia nessa situação de absoluta degradação.

Além disso, Sr. Presidente, é bom dizer que houve aqui relatos feitos por Diretores do BNDES, em seguida documentos e posteriormente pronunciamento de órgãos de fiscalização, como o Tribunal de Contas da União. Aliás, mais um registro lamentável: esta CPI impediu que o órgão auxiliar desta Casa viesse aqui se pronunciar. A base do Governo não permitiu que um Procurador do Tribunal de Contas viesse aqui dizer o que eles estão investigando, o que estão apurando, o que



estão encontrando nos contratos que foram feitos com essas empresas. É inconcebível e incompreensível, Sr. Presidente, ver que o órgão de auxílio, que tem competência técnica, que está estudando e se debruçando sobre os contratos, não pôde vir aqui à CPI para fazer um relato. Do que o Governo tem medo? Do que a base do Governo teve medo para impedir que alguém viesse aqui fazer um registro para o debate? Não é o dono da verdade absoluta, mas viria aqui trazer fatos, elementos, documentos, comprovações, considerações para ser contestados, para ser afirmados ou não. E isso não foi permitido, Sr. Presidente.

E, aí, pela imprensa, tomamos conhecimento de que o Tribunal de Contas, por exemplo, no caso da JBS, constatou prejuízo ao BNDES. E aqui vem a base do Governo dizer: *“Não, o Banco está indo muito bem, não tem nenhum problema”*. Só em relação à JBS, foram quase 8 milhões de prejuízo, segundo o relatório do Tribunal de Contas, em poucos contratos. E nós aqui estamos fazendo ouvido de mercador para esse fato. Nós aqui estamos dizendo: *“Não importa o que o TCU está falando. O que importa é ter uma base majoritária que diz que não pode investigar, que não pode apurar, e ninguém pode dizer que o BNDES está sendo mal utilizado”*. Esse é o fato concreto. Houve uma ação organizada, o tempo todo, para proteger as empresas que foram escolhidas como campeãs nacionais.

Sr. Presidente, estamos chegando ao final da CPI. Talvez, se tivéssemos algum tempo a mais, nós poderíamos aprofundar o debate e chegar a outras conclusões, mas infelizmente isso não é possível. A ação do Governo prevaleceu, a ação do Governo prevaleceu. Mas aí nós vamos ter que explicar, Sras. e Srs. Deputados, por que o Ministério Público Federal está afirmando que houve tráfico de influência, que o Presidente Lula foi o ator principal no sentido de privilegiar empresas como a Odebrecht. Documentos, inclusive a que esta CPI teve acesso, chegam às mãos do Ministério Público Federal. E o Ministério Público Federal vê elementos substanciais para afirmar que tráfico de influência — nosso principal objetivo aqui era investigar tráfico de influência — está acontecendo ou aconteceu com a utilização do BNDES, sob a liderança, sob a cobertura, sob a iniciativa de um ex-Presidente da República. E nós não vamos investigar isso. Nós não vamos indiciar. Nós não vamos debater esse assunto.



O nosso objetivo central não está sendo alcançado, mas o Ministério Público Federal está dizendo: *“Houve tráfico de influência, há elementos para isso”*. E a investigação lá vai continuar. É constrangedora essa situação. É constrangedor saber da nossa incapacidade de ir adiante, porque, como eu já disse, a operação da base do Governo blindou esta CPI de maneira que não pudéssemos avançar. Então, o TCU está dizendo que há irregularidades, o Ministério Público Federal está dizendo que há irregularidades, e esta CPI está dizendo que nada aconteceu. Alguma coisa está errada, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Meu caro Relator José Rocha, num primeiro momento, acho que havia um sentimento da Oposição de que o seu relatório tinha produzido um documento interessante. Em algum momento, nós até falávamos que, se houvesse um desfecho com algumas indicações de indícios, de afirmação, de suspeição de alguns membros, de algumas pessoas que vieram aqui na CPI — e outras que não vieram, mas que estão na baila desse debate —, nós podíamos, se houvesse esse complemento, apoiar o seu relatório. Mas, diante dos fatos que eu aqui já descrevi, sobretudo em relação ao Ministério Público Federal pronunciar que há tráfico de influência, que há indícios fortes, nós ficamos em uma situação de impedimento de apoiá-lo.

Eu reconheço o seu esforço, a sua vontade e a sua dedicação. Eu sei que V.Exa. buscou um outro desfecho, e isso, evidentemente, tem que ser registrado. Mas o seu relatório se transformou, Deputado Rocha, em uma narrativa, em uma descrição do que foi a nossa fragilidade dentro desta CPI. Foi uma narrativa de frustração e, muitas vezes, de insatisfação, no sentido de afirmar que o banco não ajudava com os documentos, não tinha transparência, no sentido de dizer que faltam mais elementos, que falta apoio técnico para avançar nessa investigação. Foi um romance. V.Exa. fez um relatório romanceado, que mostra que esta CPI, apesar da boa vontade, não conseguiu produzir aquilo que o povo brasileiro esperava, que eram resultados mais firmes e concretos.

Então, eu faço este registro. Eu quero dizer que a Oposição não pode apoiar o seu relatório. Nós não podemos coadunar com esse relatório. Nós estamos manifestando um voto em separado. Vários Deputados aqui fizeram belíssimas exposições. Nós estamos apoiando integralmente o voto em separado do Deputado



Alexandre Baldy, porque ele trouxe elementos consistentes, apontando necessidade de indiciar algumas pessoas, muitas vezes, inspirado, inclusive, no seu relatório.

Dessa posição nós não podemos abrir mão, porque, senão, nós vamos de encontro aos fatos reais da vida. Não é o que interessa ao Governo. O Governo não quer que nada seja dito. Quer que se continue vendendo a ilusão de João Santana, a ilusão que foi pregada durante a campanha eleitoral, em que o povo brasileiro confiou, acreditou, e que agora está desmoronando na realidade, na vida real, porque, infelizmente, foi para esse caminho que o PT nos conduziu, foi para esse caminho que nós fomos levados. A época da bonança, do crescimento econômico, na verdade, se transformou num grande caos, porque o PT afundou o País, quebrou a Nação, quebrou a Nação. Isso é um fato. E o BNDES foi utilizado para isso, para esse tipo de situação.

Portanto, a Oposição tem que ser muito afirmativa neste instante, ao dizer que não pode apoiar o seu relatório, por mais que V.Exa. tenha tido boa intenção nesse processo de construção, porque nós temos que dizer ao povo brasileiro que não é esse o desfecho que esperávamos.

E, para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que, independentemente do resultado, do voto que nós vamos ter que em breve pronunciar, eu estou com a consciência muito tranquila. Primeiro, nós buscamos cumprir o nosso papel, a nossa responsabilidade de homens públicos, de buscar transparência. Votamos requerimentos para investigar o Governo do PSDB de São Paulo, votamos. Então, não tivemos problema nenhum de fazer o debate político.

Agora, vamos finalizar. Provavelmente, o relatório de V.Exa. não atenda às expectativas, mas eu tenho certeza de que os órgãos públicos, os órgãos de fiscalização que estão ativos, que estão apurando, que estão investigando, vão levar adiante esse processo que nós não conseguimos aqui concluir. O Ministério Público, o Tribunal de Contas, as instituições republicanas vão cumprir o seu papel, e eu queria que, entre elas, estivesse a Câmara dos Deputados, ajudando nesse caminhar desse novo Brasil que nós queremos, que é um Brasil livre das influências que, muitas vezes, nos levaram para essa situação de degradação dentro da política e que nos estão levando para esse caminho de caos que o Brasil vive neste instante.



Por isso, eu queria concluir, agradecendo aos pares, sobretudo parabenizando a bancada do PSDB, que sempre esteve aqui presente, contribuindo com o debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu lhe agradeço, Deputado Betinho Gomes. E lembro que V.Exa. tem também a designação para utilizar o tempo de Líder. Está sobre a mesa da CPI requerimento assinado pelo Deputado Antonio Imbassahy, Líder do seu partido. Então V.Exa. tem esse tempo para utilizar assim que desejar.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Só o utilizarei se for necessário, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O próximo orador inscrito é o Deputado Carlos Zarattini, a quem concedo a palavra pelo tempo de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, eu queria cumprimentá-lo, pela condução dos trabalhos, e também o nosso Relator, o Deputado José Rocha.

Bom, eu gostaria de lembrar que tivemos aqui uma CPI com duração de 203 dias, se ela se concluir hoje; 41 reuniões de audiências; mais de 10 milhões de páginas e documentos fornecidos pelo BNDES — todas as informações requeridas chegaram aqui, exceto quando a CPI deixou de observar os critérios de transferência de sigilo bancário; várias quebras de sigilo — entre elas, operações do Grupo JBS e da São Fernando foram realizadas. Então, nós tivemos aqui fartas condições de investigação. Não houve aqui, por parte nem do BNDES nem do Governo, nenhuma atitude no sentido de evitar que chegassem a esta CPI os elementos para que pudessem ser feitas as investigações.

Nós estranhamos, então, o posicionamento aqui da bancada do PSDB, que apresentou voto em separado, propondo o indiciamento de várias pessoas. O indiciamento deve apresentar provas de autoria e materialidade e individualizar a conduta dos investigados, o que não feito. O Supremo Tribunal Federal entende que o indiciamento deve individualizar as condutas de cada investigado. As acusações feitas buscam criminalizar igualmente a conduta de diversos funcionários e dirigentes do BNDES em ações de diferentes operações.



Além disso, o mesmo STF entende que o indiciamento não pode ser um ato infundado ou arbitrário, sob pena de ser considerado abusivo e configurar constrangimento ilegal. O indiciamento por improbidade administrativa, com base no art. 10 da Lei nº 8.429, de 1992, depende da comprovação de lesão ao Erário. Ocorre que as operações mencionadas nos votos em separados encontram-se adimplentes perante o BNDES, tornando evidente a inexistência de qualquer tipo de perda ou dano.

Quanto a eventual proposta de indiciamento de dirigente e funcionários do BNDES, cumpre reiterar que o crime de gestão temerária é aquele feito sem a prudência ordinária ou assumindo risco em transações perigosas ou inescrupulosamente arriscando dinheiro alheio. As operações aprovadas pelo BNDES passaram por todos os processos habituais de análise e avaliação de risco, sendo constituídas as garantias necessárias, o que se revela no atual quadro de adimplência.

Fica evidente que as propostas de indiciamento não merecem ser acolhidas por tratarem-se de indiciamento político.

A bancada do PSDB veio a esta CPI, e outros colegas da Oposição, com uma tese, a da influência política e dos desvios do BNDES, só que a tese não foi comprovada. Nós tivemos aqui 203 dias para que fossem comprovadas essas teses. Não foram. Agora, a bancada da Oposição vem então falar: *“Não, nós não comprovamos, mas, do mesmo jeito, vamos apresentar o indiciamento”*. E apresentam um voto em separado que é uma verdadeira vergonha. Desculpem-me! Vergonha no sentido político, porque é necessário ter elementos para se indiciar, e não existem esses elementos.

Aqui, a Oposição quer fazer um factóide político para poder dizer à imprensa e ao seu eleitorado, talvez, que cumpriu o seu papel de acusar o Governo em qualquer circunstância. A Oposição não tem meias medidas. Ela quer ser eternamente a justiceira, sem levar em conta provas, sem levar em conta elementos.

Ora, querer propor aqui o indiciamento do Sr. Bumlai por coisas que não estão no escopo desta CPI nós não podemos aceitar. Propor o indiciamento do Presidente Lula é só mais uma tentativa de atingir a imagem do ex-Presidente da República que é considerado o melhor Presidente da história deste País. Ora, o



Presidente Lula conseguiu levar este País a um ciclo de desenvolvimento que incorporou benefícios na vida das pessoas, porque aquelas casas — nelas as pessoas estão morando — conseguidas com o Programa Minha Casa, Minha Vida, aqueles veículos que foram comprados, aquelas bolsas de estudos que foram concedidas e aquelas faculdades que foram criadas, isso tudo não vai sumir — não vai sumir!

Aquele jovem que fez uma faculdade com bolsa do PROUNI ou do FIES não vai deixar de ser um jovem formado e vai continuar existindo. Isso foi um benefício feito a este País que ninguém vai tirar, que nenhuma crise econômica vai tirar. Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de reiterar isso.

Eu queria dizer também que, no caso da JBS, o ganho econômico da BNDESPAR foi de 6,5 bilhões de reais. Portanto, essa é uma forma correta de atuação do Banco. Esse é um dos melhores investimentos da história da BNDESPAR e supera em muito o retorno do índice BOVESPA.

A estratégia de apoiar o setor de alimentos vem da privilegiada posição brasileira de ser um país com as condições de ser um grande fornecedor de proteínas. O apoio do BNDES ao setor possibilitou importantes avanços: evolução na governança, na transparência e na responsabilidade socioambiental; posição de destaque no mercado mundial; redução da informalidade; aumento da renda dos produtores; formalização nas relações do setor; criação de 70 mil empregos formais; acréscimo de mais 4 milhões de cabeças de gado por ano.

O próprio TCU, no Acórdão nº 3.142, de 2010, conclui que não foram constatadas evidências de irregularidades ou favorecimento às empresas frigoríficas nas operações de financiamento do BNDES.

No Processo nº 007.527 do Tribunal de Contas está escrito o seguinte:

“Observando a participação do Banco em cinco grandes empresas do setor, não é possível vislumbrar que tenha havido tratamento privilegiado para a JBS, com relação aos seus maiores concorrentes.”

Essa é uma análise do Tribunal de Contas da União!

Quanto à Usina São Fernando, os motivos que levaram o BNDES a apoiá-la foram: boa classificação de risco, suficiência de garantias e recursos para honrar a



garantia de fidelidade oferecida ao Grupo Bertin; prioridade nacional para a produção de etanol e energia; criação de mais de 4 mil empregos diretos e indiretos.

As normas do BNDES foram rigidamente observadas. Quanto às garantias, exigiu-se fiança solidária para ambos os fiadores, para que venham a responder individualmente por 100% da dívida contraída. Todas as medidas judiciais em face da São Fernando e dos garantidores foram tomadas pelo BNDES.

Vale informar que o BNDES já recebeu, desde a contratação da operação, em 2008, pagamentos da São Fernando que somam o valor de 252 milhões de reais, o que corresponde a 64% da dívida. O BNDES atualmente possui garantias reais para fazer frente à recuperação do restante da dívida.

Não houve perdas financeiras. Portanto, querer aqui imputar qualquer responsabilidade ao Presidente do Banco ou aos seus funcionários é um absurdo, porque não existe nenhuma prova contra eles, nenhuma prova contra eles.

O BNDES encaminhou a esta CPI todos os contratos e esclarecimentos solicitados referentes a operações do Grupo X, e não há nada que comprove qualquer acusação contra o Banco em relação a esse grupo.

Em relação à Venezuela, as informações do relatório tomaram por base o Processo nº 012.641 do TCU, objeto do Requerimento nº 86 da CPI. O mencionado processo ainda está em curso, em fase de instrução — portanto, inconcluso —, o que não recomenda qualquer deliberação sobre os autos no âmbito da CPI.

O TCU acabou de concluir auditoria com o escopo de irregularidade das operações de comércio exterior do BNDES. O relatório preliminar aponta que não há qualquer evidência de irregularidade nessas operações. Segundo o relatório, verifica-se que, de maneira geral, a atuação dos departamentos se mostra compatível com a realidade dos mercadores exportadores dos bens e serviços de engenharia, tendo em vista vários aspectos.

Eu quero concluir dizendo o seguinte: nós temos luta política neste Brasil. Essa luta política aparece todo santo dia aqui nesta Câmara dos Deputados. E a luta política é normal, mas nós não podemos falsear a realidade.

Fale, Presidente... Desculpe-me, pensei que eram 4 minutos; eu estou vendo 5 lá.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. continua enxergando muito bem, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - A luta política não pode falsear a realidade. A luta política tem que ser em cima de ideias, de propostas, de soluções para os problemas do País. O Brasil é um país que durante muitos anos viveu no atraso. Nós somos um país de industrialização recente. Fomos o último país a acabar com a escravidão. Somos um país que se propôs, na Constituição de 1988, a implantar o Sistema Único de Saúde para atender à totalidade da população. Poucos países no mundo fizeram isso. Nos Estados Unidos, a maior potência mundial, só agora o Presidente Obama conseguiu, a duras penas, aprovar um sistema parecido.

Nós queremos construir uma grande nação. Nós construímos uma indústria petroleira baseada numa estatal chamada PETROBRAS, que hoje produz um dos petróleos mais baratos do mundo, e por isso é alvo da cobiça internacional. E aqui se tenta condenar o BNDES, porque todos sabem o papel do Banco no incentivo à indústria petroleira, no incentivo ao fornecimento de equipamentos à PETROBRAS e ao próprio financiamento da PETROBRAS, à política de conteúdo nacional, à política de desenvolvimento.

Mas o que quer a Oposição? Quebrar o monopólio da PETROBRAS. A Oposição quer que esse petróleo barato seja destinado às multinacionais. E é por isso que hoje, no Senado, se tenta votar o projeto do Senador José Serra, que inicia com a proposta de desmonte do regime de partilha.

Colegas Deputados e Deputadas, nós, aqui nesta CPI, enfrentamos, isso, sim, foi a sanha da Oposição ao querer desmontar o modelo de desenvolvimento que deu muito certo no Brasil. A Oposição quer transformá-lo em coisa negativa, quer transformar o que foi conquistado pelo povo deste País numa coisa negativa. Estão pintando um quadro neste País que, absolutamente, não é a realidade. Como eu falei aqui, no início, ninguém vai tirar do povo aquilo que foi conquistado. Nenhuma crise econômica vai reduzir o patrimônio do povo brasileiro que foi conquistado nesta última década. E nós queremos continuar esse modelo.

Existem correções a serem feitas? Sem sombra de dúvida, porque a realidade econômica mundial mudou. Nós temos que nos adaptar à nova realidade mundial,



mas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, que cumpre um papel fundamental, tem que continuar existindo.

Eu estava aqui discutindo com os colegas sobre a questão das micros, pequenas e médias empresas — e nós tanto reivindicamos que haja crédito para elas, e o Partido dos Trabalhadores é um dos que mais reivindicam isso. O BNDES atingiu mais de 95% do número de operações com as micros, pequenas e médias empresas. Um terço dos desembolsos é para as micros, pequenas e médias empresas. E, se nós excluirmos projetos de infraestrutura que são realizados por Governos Estaduais, Prefeituras e pelo Governo Federal, isso chega a 50% do desembolso. Aqui esteve o Presidente do Banco, Luciano Coutinho, que falou: “*O objetivo do Banco é aumentar o crédito para as micros, pequenas e médias empresas*”.

Portanto, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós tratamos aqui de um projeto de desenvolvimento que a Oposição quer acabar. A Oposição quer entregar aos bancos comerciais, aos bancos privados o investimento que é feito pelo BNDES, e os fundos, como o Fundo de Garantia. Já houve proposta aqui do PSDB de entregar o Fundo de Garantia aos bancos privados. É isso que eles querem. Eles querem que a TJLP deixe de existir exatamente para que os bancos privados aumentem a sua fatia no crédito, para que possam cobrar quanto querem. É disso que se trata.

Nós queremos manter um sistema de desenvolvimento. O Banco foi importante para o crescimento brasileiro ao longo da história deste País, desde que foi fundado. Nós temos que continuar com esse projeto. O Banco Nacional de Desenvolvimento não pode ser destruído com base em falácias que são feitas aqui. Foi demonstrado, por todos aqueles que vieram aqui depor, e a Oposição não conseguiu extrair uma linha em sentido contrário, que existem critérios dentro do Banco. Esses critérios são exercidos. Não existe nenhuma prova, nenhum indício de corrupção contra qualquer pessoa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES. Isso eu quero reiterar aqui, porque a Oposição quer, tentou e não conseguiu fazer nesta CPI qualquer comprovação de desvio no BNDES.



Portanto, Deputado José Rocha, V.Exa. faz muito bem em não apresentar nenhum indício no seu documento, porque não existe elementos para isso. E querer aceitar qualquer questão dessas que a Oposição apresenta é falsear a realidade.

Eles querem prender o Lula. É evidente, o objetivo da Oposição é prender o Lula. Por quê? Porque aí a Oposição não vai ter nenhum adversário à vista. Mas ela se engana, porque uma prisão do Presidente Lula será ao arrepio da legalidade, da lei neste País — é querer prender sem nenhuma prova, sem nenhuma comprovação.

Nós vamos voltar a debater esse assunto. Eu agradeço o tempo, a tolerância, Sr. Presidente. Eu acredito que nós aqui fizemos um bom trabalho. Esse trabalho está consolidado no relatório do Deputado José Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Carlos Zarattini, Vice-Presidente desta CPI.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, só para esclarecer. Nós não queremos prender o Lula, não. Nós queremos que ele seja investigado. Se for inocentado, ele vai continuar livre. Se for culpado, ele vai para a cadeia. É simples. Ninguém quer prender alguém que é inocente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Deputado Caio, o senhor pensa que alguém aqui é bobo?

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - No meu caso, eu digo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O próximo orador inscrito é o Deputado Mauro Pereira, a quem concedo a palavra pelo tempo de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, todos os membros da Mesa, primeiramente eu quero me reportar às palavras daquele que foi o primeiro orador nesta reunião, o Deputado Davidson Magalhães, no momento em que comentou sobre matérias que saíram no jornal *O Estado de S.Paulo* e na *Folha*.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que a imprensa — vivemos num regime democrático, e nós, nesta Casa, somos o defensor número 1 da liberdade de imprensa — expressou a opinião dela: “*Esta CPI não vai dar em nada*”.



Agora, eu quero dizer a todos os meus colegas presentes nesta CPI, Deputados e Deputadas, que, considerando todo o curso desta Comissão, a primeira pessoa que se colocou à disposição para vir falar nesta Casa foi o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que trouxe aqui quase toda a diretoria, junto com ele. Colocou-se à disposição desta Comissão para que nós pudéssemos fazer perguntas e sanar dúvidas, e, ao mesmo tempo, ele mostrou todo o plano de atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Eu quero dizer que eu me sinto feliz, Deputado José Rocha, de saber que o nosso relatório não está pedindo o indiciamento de ninguém. Eu quero respeitar a cada um dos Deputados e Deputadas desta Casa.

A sociedade já nos nivelou por baixo. Hoje ser político é sinônimo de coisa que não presta, e não é bem assim. Há nesta Casa centenas de Deputados que merecem o respeito da sociedade. E não é porque não houve indiciamento nenhum que a CPI errou. Não. Que bom que a CPI, ao longo do tempo, ao longo do processo, chegou a um relatório que faz indicações, que sugere algumas medidas para o Presidente e para a Diretoria do BNDES.

Mas uma coisa é certa: eu fico muito triste, muito chateado quando acontece o que aconteceu em 2015. Nós estamos hoje com um índice de desemprego altíssimo, chegando a 9,7% no Estado do Rio Grande do Sul, especialmente na Capital, Porto Alegre, e também na cidade de Caxias do Sul. E todo esse desemprego aconteceu por quê? Um dos motivos foi a não disponibilidade do BNDES em 2015. Se formos analisar o BNDES em 2015, veremos que ficou um banco quase apático, a bem dizer. Esse foi o maior problema que aconteceu, na minha opinião, nos últimos anos, especialmente nesse ano de crise.

E dessa atitude do BNDES eu sou prova. Eu sou de Caxias do Sul, uma região industrial onde o setor metal-mecânico é muito forte. Lá temos indústrias como Marcopolo, Randon, Guerra Implementos Rodoviários, Agrale e outras. Essas empresas são motivo de orgulho não só para a minha cidade e para o nosso Estado, mas para o nosso País. Lá há indústrias de cinco países do mundo. E essas indústrias sentiram na pele o que é a paralisia do BNDES.

Ao longo dos 64 anos do BNDES... Eu assumi como Deputado Federal em fevereiro de 2015, sou suplente, mas sempre fui da área técnica, mecânica e de



comércio, e acompanhei nos últimos anos o desenvolvimento do nosso País. Hoje nós temos, sim, uma indústria preparada para disputar, de igual para igual, com qualquer indústria do mundo. A tecnologia que as nossas empresas possuem é muito grande. A qualidade da nossa mão de obra é fantástica. Agora temos, sim, que levar em consideração o que o BNDES já fez ao longo dos anos.

Somente em 2014, nós tivemos 1 milhão, 130 mil operações. Foi 1 milhão, 130 mil contratos de financiamentos, de renegociação de dívidas. Isso é o mais importante.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, peço silêncio para ouvirmos o orador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Peço gentilmente às senhoras e aos senhores compreensão. Há um orador na tribuna.

Com a palavra o Deputado Mauro Pereira.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - E é isto, Deputado Marcos Rotta, que é muito importante: a presença do BNDES, com juros subsidiados, com prazo para pagar, com linhas de crédito para micro, pequena e média empresa.

É muito importante deixar claro que o BNDES é um banco nosso. O BNDES, ao longo desses 64 anos, já passou por diversos Presidentes da República. O BNDES faz parte, sim, da história do nosso País.

Todo mundo sabe, na minha cidade, que nunca votei no Partido dos Trabalhadores, nunca! Sempre fui oposição. O Estado do Rio Grande do Sul, o PMDB do Rio Grande do Sul sempre foi protagonista da Oposição. Agora, nós estamos falando aqui de um banco que merece todo o nosso respeito. E as pessoas do Banco? Nós estamos falando aqui de servidores públicos concursados, de uma diretoria com técnicos de muita responsabilidade. Nós temos mais é que proteger o BNDES. Temos que pedir ao Ministro Nelson Barbosa para que faça o contrário do que o Ministro Levy fez.

O Ministro Levy só via banqueiro na frente dele. Ele passou o tempo todo pegando o dinheiro de impostos, pagando juros da dívida e dizendo “não” para os Ministérios e para o BNDES. Ele não liberou linha de crédito; não liberou renegociação de dívidas; não liberou financiamentos para capital de giro — e não é isso o que esperamos do Ministro Nelson Barbosa.



Agora, nós, Deputados, temos que dar a sustentação que o BNDES precisa, para que essas indústrias e empresas que neste exato momento estão sem dinheiro para pagar a folha de pagamento possam honrar seus compromissos. É nessa hora que o BNDES tem que fazer o papel dele.

Nós temos a Caixa Econômica Federal, que tem uma visão social, mas, infelizmente, o Banco do Brasil — que é um banco misto, privado e público ao mesmo tempo — não vem fazendo a parte dele como deveria. Os nossos empreendedores estão fazendo uma peregrinação em busca de recursos, e a nossa salvação está nas mãos do BNDES.

Então, meus colegas Deputados, eu quero dizer à imprensa, que tem um papel fundamental no dia a dia da sociedade, que o País tem uma sociedade dinâmica, boa, mas também tem os maus-caracteres. Nós temos empresários que não condizem com a maioria do povo brasileiro, que são os corruptores, e temos também políticos corruptos. Só que nós não temos o poder de indiciar ninguém na CPI do BNDES. Esse é um trabalho que eu faço com muita tranquilidade. Quero parabenizar a Polícia Federal e o Ministério Público Federal.

O Deputado Marcos Rotta preside esta Comissão com maestria, com respeito aos colegas, permitindo a liberdade de expressão de todos aqui. Ninguém pode dizer que não conseguiu falar o que pensava. Todo mundo aqui teve direito a voz. Quero dizer que nós temos a Polícia Federal, que está fazendo o papel dela, e temos o Ministério Público Federal. Quem tiver problemas com a Justiça, porque roubou ou causou alguma mazela, vai ser pego pela Polícia Federal. Aquele japonês está aí pronto para pegar essas pessoas. De uma hora para outra, as coisas vão acontecer.

Então, cada coisa no seu lugar. Quero dizer, com toda a tranquilidade, que a minha preocupação hoje é com o desemprego que está acontecendo no nosso País, um desemprego absurdo. É uma coisa muito triste o que está acontecendo. Nós temos que trabalhar muito para que haja tranquilidade no mercado financeiro. E não será deste Deputado que vão ouvir o “quanto pior, melhor”. Não, eu quero e espero que as coisas aconteçam no nosso País.

Nós temos, sim, eleições democráticas. Nessas eleições, vamos separar o joio do trigo. Hoje, estamos falando de um banco público, um banco estatal, um



banco que tem compromisso com a sociedade. Precisamos dar toda a força que ele precisa.

Precisamos convencer os Ministros da base, aqueles que aconselham a Presidente Dilma Rousseff, como Jaques Wagner, Berzoini, Nelson Barbosa, o Presidente do Banco Central, Giles Azevedo, enfim, eles têm que se dar sustentação a quem tem o poder de ajudar a sociedade. E não há nada mais importante hoje do que os bancos públicos apoiarem e ajudarem os nossos empreendedores a manter os empregos e a gerar mais empregos. É isso o que precisa acontecer urgentemente. Senão, daqui a pouco, ninguém terá um CPF ou um CNPJ hábil para receber recursos de qualquer banco que seja, caso continue o crédito trancado da forma que está.

Então, Sr. Presidente, eu acompanho o Relator. Eu quero dizer com toda tranquilidade que, nas sete reuniões que eu tive com o BNDES, nunca faltou respeito e compreensão por parte dos diretores e dos técnicos.

Não consegui nada do BNDES durante 2015. De todas as demandas que nós levamos dos empresários da minha cidade e do meu Estado para o BNDES nada foi resolvido, mas não por falta de vontade deles, foi por culpa, em minha opinião, do Ministro Levy, que foi muitas vezes bajulado por muitas pessoas aqui, e foi um homem insensível, coração de pedra e olho de vidro, que nunca se sensibilizou com nada. Agora nós esperamos que as coisas aconteçam, porque, caso contrário, daqui a uns dias nós Deputados não vamos poder mais voltar para casa, porque toda essa culpa está caindo em cima dos Deputados. Somos nós que colocamos a cara na rua, somos nós que vamos conversar com as pessoas, e a coisa está muito difícil.

Então, eu quero dizer especialmente para nossa a imprensa: se não sair o resultado que vocês queriam, será porque os Deputados desta Casa, a nossa Mesa Diretora e quem fez o relatório não encontrou indícios.

Quem tem poder de fiscalizar, de prender e de indiciar é a Polícia Federal e o Ministério Público Federal. Nós vamos cumprir a nossa parte mostrando os erros e os equívocos. Agora, temos que fazer de tudo para fortalecer o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Mauro Pereira e a gentileza também de suas palavras.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado João Gualberto, pelo tempo de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, caros colegas, é com muita tristeza que encerramos esta CPI do BNDES. A população brasileira e a imprensa hoje já não acreditam nas CPIs — e não é por acaso. Aqui, como também lá no plenário, nós somos apenas Oposição, apenas 20% do total de Deputados. Passamos um pouco mais de 100 Deputados de Oposição. Então, as pessoas sabem a dificuldade que tem a Oposição em trabalhar, em defender as suas ideias e em investigar. Aqui mesmo, o grupo de Deputados de Oposição fez milagre para conseguir trazer duas ou três pessoas importantes que deveriam ser ouvidas aqui nesta CPI. Porém, as pessoas do Governo e seus aliados falam que não conseguimos provar nada. Claro que a gente sabia das dificuldades, mas lutamos tanto que, talvez, em função disso, a nossa CPI não foi prorrogada. A CPI dos Fundos de Pensão foi prorrogada mais de uma vez — agora conseguiu mais 60 dias —, e não por acaso a nossa não foi prorrogada. Acredito que não foi por falta de empenho do nosso Presidente Marcos Rotta, mas por interesse do Governo em não ser prorrogada, para que não pudesse apurar nada.

Ouvi nesse instante aqui o Deputado Carlos Zarattini, do PT, falando que, na luta política, a Oposição muitas vezes quer falsear a realidade e que a Oposição quer desmontar o sistema de desenvolvimento do Brasil.

Quero dizer a V.Exa., Sr. Zarattini, que a Oposição quer desmontar o sistema corrupto que o PT e os seus aliados implantaram no Brasil. Isso é que nós queremos desmontar. Para isso é que estamos trabalhando. A Oposição — repito — com um pouco mais de 100 Deputados não consegue aprovar nada — e V.Exas. sabem disso. Mas V.Exas. falam isso para mentir para o povo brasileiro. A população nos colocou na Oposição para investigar e para denunciar. Não conseguimos aprovar nada. V.Exas. são mais de 400 Deputados. Conseguiram formar essa gigantesca bancada de Governo à custa do dinheiro público. E não é novidade a existência dos mensalões. E agora também Deputados foram presos no escândalo do petróleo; Deputados que recebiam mesadas de até 100 mil por mês de empreiteiros que



prestavam serviços à PETROBRAS. E para quê? Para se manterem no Governo, para votar as matérias que interessam ao Governo, não ao povo brasileiro. Isso é o que está acontecendo no Brasil. Eu não sei em que país do mundo vivem esses Deputados do PT e seus aliados quando falam que nós queremos desmontar o sistema de desenvolvimento implantado pelo PT no Brasil — talvez o sistema que fez com que, no ano passado, em 2015, mais de 1,5 milhão de pais e mães de família perdessem o seu emprego. E não perderam o seu emprego por incapacidade, não; perderam em razão da crise que vive o Brasil. E o BNDES foi usado para isso, foi usado para comprar, para cooptar, assim como a PETROBRAS, assim como vários órgãos do Governo que o PT pensa que são dele — pensa que o BNDES é dele, pensa que a PETROBRAS é dele. Por isso é que tem horror de privatizar alguma coisa, porque, se privatizar, ele não vai ter esse dinheiro para comprar a sua base aliada, não vai ter essas empresas para empregar os seus apadrinhados. O PT tem horror à privatização. Eu pergunto ao povo brasileiro: qual o benefício que ele tem com essas estatais que o Governo só usa para apadrinhar os seus afilhados? E o Governo usa o dinheiro dessas estatais para comprar a sua base aliada. Há Deputado que fica chateado comigo quando eu faço essas denúncias, mas têm que ser feitas. Eu vivo num Brasil diferente: eu vivo num Brasil em que as pessoas estão perdendo o emprego, eu vivo num Brasil em que os pequenos empresários estão fechando as suas portas. Não sei onde vocês vivem. No meu Estado está sendo assim, com essa crise. Será que, no Estado de vocês, vocês não estão percebendo essa crise? Isso tudo em função da política de desenvolvimento que vocês tanto defendem.

O caro Deputado que falou há poucos minutos relatou que levou uma bancada de Deputados do seu Estado para tratar no BNDES de interesses legítimos dos empresários, mas lá não foram atendidos. Você sabe por que não foram atendidos? Porque não foi o Presidente Lula que pediu. Se fosse o Presidente Lula, eu tenho certeza de que eles seriam atendidos. Onde já se viu? Eu não estou falando aqui de técnicos do BNDES ou do Banco do Brasil. Não queiram confundir a cabeça das pessoas. Não é disso que estamos tratando; estamos tratando das pessoas que têm o poder de influenciar. Onde já se viu pessoas e empresas receberem 700 milhões, 600 milhões em empréstimos já com pedido de falência na



rua? E o BNDES fez isso. Isso foi provado aqui. E foram empresas do Bumlai e de outros amigos dele. Que política é essa de campeões? Que política é essa que teve mais perdedores que ganhadores? Aqui veio um representante de frigorífico falar conosco; e em depoimentos ele disse que quebrou em função da política de campeões do BNDES. Será que vocês não escutaram isso? Será que vocês não perceberam isso? Então, não existiu política de campeões; existiu política de fazer empréstimos e de ter participações em empresas de pessoas que agradam vocês. Não foi à toa que o JBS ofereceu mais de 300 milhões para a campanha do PT e seus aliados na última eleição. Será que alguém doa mais de 300 milhões só porque é amigo? Claro que não! Ninguém é bobo. As pessoas não entendem isso. Todo mundo sabe disso.

Por que não conseguimos aqui convocar Diretores do JBS? Por que o Lula não veio aqui responder nossas perguntas? O Governo não deixou aprovar requerimento de convocação do Presidente Lula, porque ele não pode falar em lugar nenhum, nem para o Ministério Público. Em relação àquele apartamento, alguém tem dúvida de que aquele apartamento no Guarujá é dele? Alguém tem essa dúvida? Será que o brasileiro tem dúvida? Alguém tem dúvida de que aquele sítio de Atibaia é dele? Mesmo assim ele não pode depor e não pode lá explicar e dizer: “*É meu.*” Acabou. “*É de meus amigos.*” O Ministério Público quer que ele fale isso apenas.

Ele levou 37 caixas de bebida quando saiu aqui de Brasília, quando deixou o seu mandato e foi para o sítio de Atibaia. Mas ele não pode depor? Ora, ele deveria ir lá, deveria vir aqui, enfim, deveria se oferecer. Refiro-me a esse grande Presidente, como fala o PT, que deixou o Brasil nessa condição.

Essa é a condição que o Brasil vive hoje. Vamos acordar para a realidade! O País do qual o marqueteiro — que está preso hoje — fala é um País diferente do que o povo vive. Eu vivo num País completamente diferente. Quando se fala que o Presidente Lula ou o PT universalizou, como foi falado aqui pelo Zarattini, a saúde pública e que Obama quer copiá-lo... Imagine! Que besteira que fala um Deputado!

Quando o Presidente Lula e a Presidente Dilma querem ter um atendimento de saúde, vão para onde? Vão para o Sírio Libanês. Eles não vão a hospitais públicos, não.



Na minha cidade, se uma pessoa necessitar da regulação implantada pelo Governo do PT na Bahia, ela morre!

E eu vou confessar aqui a vocês a resposta a uma pergunta que fiz recentemente a um Secretário da Saúde do PT. Perguntei por que ele não atua melhor naquela regulação e por que a regulação não funciona. E ele me respondeu que a regulação não pode funcionar porque, se obedecermos ao critério correto, vamos ter gente precisando de UTI, mas só haverá vaga para daqui a 1 ano e meio. É assim que está funcionando a saúde? Esta é a saúde que o PT está dizendo que é uma maravilha?

Acho que devemos acordar para a realidade. Nós vivemos no Brasil, somos brasileiros e queremos o bem deste País.

Esteve aqui nesta CPI — e com muito custo conseguimos aprovar o requerimento —, por exemplo, o sobrinho da primeira esposa do Presidente Lula. Ele prestava serviços para a Odebrecht, em Angola. Ele não era nada antes; era um vidraceiro. E sabe como é que ele abriu a empresa? Ele falou aqui. Eu perguntei como ele integralizou o capital — que era de 50% da empresa —; e ele disse que não sabia como integralizou... Não foi dinheiro dele. Vocês ainda têm dúvida disso? Vocês têm alguma dúvida de que foi tráfico de influência, de que ele foi considerado por ser sobrinho do Presidente Lula e que por isso conseguia algumas obras? Eu não tenho.

Nas visitas oficiais, ele andava por Cuba com o Lulinha. Ele disse aqui que alugou o carro para passear com o filho do ex-Presidente Lula. Ninguém mais tem dúvida sobre isso.

O que a Oposição faz e quer é investigar e denunciar. Não temos o poder para aprovar nada. Não adianta falar que queremos privatizar a PETROBRAS, que queremos mudar o sistema de exploração do pré-sal; queremos, sim, mas quem aprova são vocês, porque vocês são maioria. Nós apenas indicamos o caminho.

Então, meus amigos e minhas amigas, caros Deputados, é com muita tristeza que encerramos aqui. O relatório do meu conterrâneo José Rocha foi elogiado por alguns, mas cadê o indiciamento, caro colega? Onde está o indiciamento das pessoas? Nós temos documentos, temos provas. Não conseguimos ouvi-los aqui, mas temos prova, porque eles são culpados. Eles vão responder na Justiça.



Um nobre Deputado falou que nós não temos poder para indiciá-los; temos, sim. Nós podemos indiciá-los. Eles vão se defender na Justiça. Eles vão ter prazo para se defenderem. Eles vão ter tempo. Eles vão ter advogados contratados com o dinheiro do povo para defendê-los. Então podemos, sim, e devemos indiciá-los.

Eu acho que o povo brasileiro acordou para a realidade do Brasil, menos os Deputados do PT e da base aliada. E vejam como a população acordou: nos últimos anos, até 2014, as maiores preocupações do povo brasileiro sempre foram emprego, segurança, saúde e educação; a partir de 2015, a maior preocupação do povo brasileiro é com a corrupção, porque ele entendeu que é a corrupção que tira seu emprego, que tira sua saúde de qualidade e sua educação. E isso ocorre exatamente em função da corrupção.

Estranhava-me muito que, nos anos políticos, esse debate sobre corrupção não vinha à tona, que ninguém a discutia. Isso ocorria porque o povo brasileiro não estava preocupado com a corrupção, mas, quando ele percebeu que é a corrupção que tira seu emprego, aí sim ela se tornou a maior preocupação.

E continuam o PT e seus aliados — muitos deles, não todos — sendo beneficiados por esse sistema de corrupção cruel. E eles continuam defendendo que não existe corrupção. E a culpa é de quem? O PT coloca a culpa na imprensa, coloca a culpa na Oposição. Nunca a culpa é deles.

Então, é impossível resolver os graves problemas do Brasil enquanto o PT estiver governando, porque ele não reconhece os seus erros. Os erros sempre são dos outros, sempre é da Oposição, sempre é da imprensa — imprensa essa de quem ele gostava quando era Oposição.

Hoje, apenas por mostrar a realidade do Brasil, por mostrar as corrupções diárias — porque é assim todos os dias —, por mostrar que o brasileiro não aguenta mais, eles culpam a imprensa.

Por isso, brasileiros e brasileiras, dia 13 de março está chegando. Eu acho que as pessoas não devem ir às ruas somente pelo *impeachment*, elas têm que ir às ruas pelas condições em que o PT nos colocou — refiro-me à corrupção, ao desemprego, à inflação e à falta de perspectiva para o povo brasileiro.

E é para essa falta de perspectiva que eu chamo a atenção dos Deputados, principalmente os do PT e seus aliados: vocês vivem no Brasil, vocês têm filhos,



vocês têm filhos, vocês têm parentes e vocês têm amigos; é este é o Brasil que querem para vocês, para os seus amigos, para os seus filhos, para os filhos dos seus filhos? É esse Brasil da cultura da corrupção que vocês querem? Eu penso que não.

Ponham a mão na consciência! Vocês estão votando muito coisa — principalmente agora eu falo dos aliados do PT — por interesse no cargo de vocês, por interesse de alguns, infelizmente, em propina, por interesse em ser reeleito. Mas vocês estão criando um País — e tenho certeza absoluta disso — que não é o que vocês querem para os seus filhos.

Então, pensem nisso. Eu falo principalmente aos aliados, porque eu penso que o PT não tem mais jeito. Mas os aliados são a grande maioria nesta Casa e a eles peço que pensem nisso. Peço que vocês pensem no Brasil do futuro, pensem no Brasil dos seus filhos e dos filhos dos seus filhos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, rapidinho.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu fui citado...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vamos continuar com a ordem da inscrição, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Não, mas eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu vou conceder a V.Exa. 2 minutos.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Só um pedido, Sr. Presidente, antes da fala do Deputado Carlos Zarattini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini; na sequência, o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O Deputado João Gualberto gosta de me ofender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas o Deputado João Gualberto foi extremamente elegante hoje. *(Risos.)*



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - É, mas ele disse que eu falei besteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Justiça seja feita: o Deputado João Gualberto hoje foi extremamente elegante.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Não, não, porque ele disse que eu falei besteira aqui.

Eu quero lembrar que eu não falei aqui — e podem pegar as notas taquigráficas — que foi o PT que criou o Sistema Único de Saúde; eu disse que foi a Constituição de 1988. Naquela época o PT era pequeno nesta Casa, certo? E inclusive foi o partido de V.Exa., Deputado João Gualberto, que ajudou a aprovar o SUS, o seu partido ajudou a aprová-lo — e ele é uma coisa muito boa para o povo.

Não quero dizer aqui que o sistema funciona maravilhosamente bem, pois todos sabem que não funciona, mas todos nós, brasileiros, estamos fazendo esforço para que ele funcione bem, inclusive os Governos do PSDB fazem esse esforço.

Eu quis dizer, Deputado João Gualberto, que o Presidente Obama teve que se esforçar muito para fazer uma coisa parecida, porque lá nos Estados Unidos ele quase não conseguiu aprovar.

Então, o Brasil é um País que se impõe desafios de crescimento, de atendimento de qualidade para o povo. Isso não é uma ideia do PT, não; isso é uma ideia desta Nação brasileira, do País, do Brasil. E é nisso que nós queremos ajudar.

Então, ouça melhor o que eu digo para me criticar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Só quero fazer uma correção histórica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Na Constituição de 1988, quando se designou a condição do SUS, o PT votou contra, assim como fez o ex-Presidente Lula. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, é rápido: estamos com o horário adiantado e muitos estão com fome; portanto, eu queria saber se V.Exa. poderia encomendar uns acarajés para matarmos a nossa fome? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vou pedir ao pessoal da Bahia para providenciar.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - V.Exa. pode pedir merenda escolar lá de São Paulo também. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Mas temos que tomar cuidado com o tipo de acarajé — não é Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Próximo orador inscrito, Deputado...

O SR. DEPUTADO BEBETO - Devemos ter mais respeito ao acarajé como símbolo da identidade de um povo, de uma relação de uma matriz africana respeitosa, que negativamente foi utilizada para denotar uma condição da corrupção. E, portanto, essa não é uma condição que nós devemos reproduzir, porque ela afeta a identidade de um povo e do território baiano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É verdade, Deputado Beбето. Parabéns!

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Realmente, o acarajé é muito melhor do que o problema que nós estamos vivendo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, eu vou fazer o meu voto em separado oralmente e gostaria que constasse das notas taquigráficas esse voto oral que vou fazer agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. será atendido, Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Estou iniciando meu voto com a citação do art. 288, para ser aplicado ao José Carlos Bumlai, ao Taiguara Rodrigues dos Santos, ao ex-Ministro Guido Mantega. Também para esses aí, além do art. 288, Sr. Presidente, também os arts. 316 e 317.



Então, eu vou explicar os artigos. O art. 288 prevê o crime de formação de quadrilha ou bando para cometer crimes. O art. 316 é o crime de concussão, quando o funcionário público na função exige determinada vantagem. O art. 317 é a corrupção passiva. O art. 333 é a corrupção ativa, que existe quando se exige a vantagem. Quem oferece pega a passiva. Então, essas pessoas...

Posso continuar, ou a Ordem do Dia vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pode continuar, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vou repetir: sugiro o enquadramento do Luiz Inácio Lula da Silva nesses artigos; assim como o José Carlos Bumlai, o Eike Batista e o Taiguara Rodrigues dos Santos. Os artigos são esses.

O presente instrumento de investigações Parlamentares foi instaurado para apuração dos desvios e crimes cometidos contra o Banco Nacional do Desenvolvimento — BNDES entre os anos de 2002 e 2010 — se eu não me engano.

A materialidade está comprovada em todo o material que foi requisitado ao banco, que está juntado ao relatório do Deputado José Rocha. Gostaria de aproveitar as notas transcritas daquele relatório, como também aproveitar as notas transcritas do voto em separado do Alexandre Baldy para fundamentar todo esse arcabouço probatório que há nesses autos.

Nos depoimentos tomados aqui durante os trabalhos ficou comprovado que pessoas que trabalharam antes, nos crimes aqui cometidos, não recebiam mais do que 3 mil reais, de repente a pessoa se aprofundou volumosamente e conseguiu um patrimônio até acima e gozou de benesses até a ponto de fumar charuto cubano, com é o caso de Taiguara. E isso foi até perguntado aqui há época.

Então, toda essa prova carregada para os autos investigatórios fundamenta a conduta de cada um, conforme preceitua o art. 13 do Código Penal. Quanto ao liame, a ligação do crime, este restou comprovado por toda essa prova documental e também a prova testemunhal que foi dada por aqui. Infelizmente, talvez tenham faltado algumas acareações que não foram feitas, para que também pudéssemos tirar algumas dúvidas.

Então, Sr. Presidente, gostaria que constasse neste voto em separado, que é conciso, curto e grosso, que toda a prova já está nos autos. E gostaria que esse



relatório fosse encaminhado para o Ministério público, para que aquele órgão analisasse com mais profundidade e que amiúde ele analisasse cada detalhe de toda a documentação, que é a prova material de todos os crimes que foram aqui praticados. Poderíamos nos aprofundar muito mais na investigação, mas essas pessoas, para mim, já se enquadram nos crimes cometidos, que foram as verbas desviadas.

Então, Sr. Presidente, este é o meu relato, sob censura, que faço nesta CPI em voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Delegado Edson. Não tenha dúvida de que V.Exa. será atendido na plenitude em sua solicitação.

O próximo orador inscrito é o Deputado Edio Lopes, pelo tempo de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós não poderíamos iniciar a nossa fala sem antes rendermos justas homenagens a V.Exa. pela impecável condução dos trabalhos desta Comissão.

Nós sabemos o quão difícil é presidir um colegiado onde há conflitos de interesse, mas V.Exa., sempre pautado no bom-senso, sempre pautado no Regimento, está nos levando aos últimos instantes desta CPI com impecável segurança e com notável senso de democrata.

Aqui todos falaram, todos se expressaram. E V.Exa., com a urbanidade que lhe é característica, sempre soube suportar, em algumas oportunidades, até uma retórica não compatível com o trabalho de um Parlamentar, em especial sob sua direção.

Quero igualmente referendar e homenagear aqui o trabalho do nosso Relator, Deputado José Rocha, que durante todo esse período soube filtrar aquilo que de concreto existiu nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e traduzir, não à força da palavra, da vontade ou da coloração político-partidária, em seu relatório aquilo em que, de fato, há sustentação. Porque uma coisa é pautarmos a nossa vida parlamentar pelo sofisma; outra coisa é pautarmos a nossa atividade por aquilo que realmente é visível, demonstrável e concretamente apresentado.



Mas eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, de antemão, que não sou admirador do PT, não sou admirador da Presidente Dilma. Aliás, durante todo o período em que estou aqui e ela como Presidente, não estive no mesmo ambiente que a Presidente Dilma mais que duas vezes. Não troquei com a Presidente Dilma sequer uma frase. Portanto, não me move aqui o espírito de qualquer vínculo, nem pessoal, nem de animosidade com a Presidente e com o Partido dos Trabalhadores.

Mas, contra fatos, nós não podemos argumentar; contra números, não podemos questionar, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Quanto à questão do JBS, de que tanto falaram aqui, o TCU na verdade analisou parte da operação do JBS num dado momento em que aquela parte estava em queda livre na Bolsa de Valores e chegou à conclusão óbvia. Mas o que ninguém quer admitir aqui é que o BNDES fez uma operação com o JBS com ações adquiridas a 7 reais e 4 centavos, e grande parte dessas ações já foram transacionadas com outras instituições a preços superiores a 14 reais — portanto, mais que o dobro.

Hoje, se alguém aqui se deu o trabalho de entrar no *site* da Bolsa, essa mesma ação adquirida pelo BNDES está sendo vendida ou transacionada a 11 reais e 14 centavos, Deputado Carlos Zarattini.

Portanto, operação de longo prazo de banco, seja ele de desenvolvimento ou banco privado, não é coisa que se possa analisar da noite para o dia.

O ganho da BNDESPAR — o Deputado Zarattini já trouxe aqui, eu não vi ninguém questionar — foi 6,5 bilhões de reais de lucro nessa operação.

Quero dizer também que, quando eu ouço falar em seletividade, que o BNDES financia os amigos do rei, causa-me espécie, porque os números apontam em sentido absolutamente contrário. Em 2007, o BNDES transacionou com 44 mil empresas. Em 2014, esse número saltou para 277 mil empresas, das quais 96% são médias, pequenas e microempresas. O BNDES fez operações com 91 das 100 maiores empresas, com 406 das 500 maiores empresas brasileiras, com 783 das mil maiores empresas e fez operação, Deputado José Rocha, em 5.457 Municípios brasileiros de um total de 5.570. Esses números falam por si sós! Não há o que se possa questionar nesses números! E nós não podemos pautar o nosso trabalho aqui por achismos.



Com relação a financiamentos externos, o BNDES financiou serviços e bens nacionais a 45 países. Eu vi aqui muita falácia sobre a operação, sobretudo com a Venezuela e Cuba. Esquecem-se de que 42% do volume de financiamentos de bens e serviços do BNDES são feitos aos Estados Unidos. *“Ah, mas para os Estados Unidos ninguém quer questionar”*. Então, o total dos feitos com Cuba, Angola e Venezuela não ultrapassa os 6 bilhões de reais nos últimos 10 anos.

A exportação de bens e serviços tem número aqui também questionável. Nos últimos 10 anos, a exportação de bens e serviços teve o envolvimento de 3.528 empresas brasileiras, das quais 2.745 são pequenas, médias e microempresas, que produziram bens e serviços, fornecidos a essas obras e exportados.

Outra falácia — e eu, particularmente, acreditava nisso quando cheguei a esta CPI — é que o BNDES pegava e mandava para o exterior dinheiro nacional. Na verdade, Sr. Presidente, o que ninguém quer falar aqui, especialmente os Deputados da bancada de oposição, é que o BNDES não manda um único centavo para o exterior. O BNDES financia projetos de bens e serviços a empresas nacionais aqui dentro. Mais ainda: o BNDES financiou projetos com o dólar a 2 reais, até a menos de 2 reais, e as parcelas que estão vencendo hoje estão sendo pagas a 4 dólares o real emprestado. Ninguém quer falar isso. Por quê? Será porque os números são bons ou porque os números representam a realidade?

Em 2014, o BNDES financiou projetos da ordem de 188 bilhões de reais, dos quais apenas 3 bilhões foram objeto de exportação de bens e serviços; 185 bilhões foram para financiar projetos dentro do Brasil. Isso significa, Sr. Presidente, menos de 1,6% do volume financiado pelo BNDES. O que nós não queremos dizer é que, em 2002, 18,2% dos financiamentos do BNDES foram feitos no exterior. Aí, sim, era dar prioridade a projetos externos. Também nesse período, 0% de inadimplência com financiamentos externos.

Mas eu vejo aqui muitos quererem, ou quererem, crucificar o Presidente do BNDES e toda a Diretoria. E aqui trago números, que, por si sós, ao invés de nos levar a indiciar o Presidente do BNDES, deveriam, sim, dar-nos a humildade de render homenagens ao Presidente de um banco que traz a esta CPI — e não vi ninguém questionar isso — os seguintes números: o banco estatal alemão teve, em 2014, 0,13% do volume emprestado ou financiado como inadimplência, o que



significa 13 vezes mais do que o BNDES; o BNDES, em 2014, teve uma inadimplência de 0,01%; o Banco da China teve uma inadimplência, no mesmo período, de 0,48%, portanto 48 vezes a inadimplência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; o Japão, 2,98% de inadimplência, portanto, 298 vezes a inadimplência do banco brasileiro.

Ora, se o Presidente do banco — e muitos aqui querem vê-lo na cadeia, indiciado, crucificado —, porque teve, ao final do exercício, 1,01% de inadimplência, imaginem o que a rigorosa cultura japonesa faria com o Presidente do banco de desenvolvimento do Japão, que teve 298 vezes a inadimplência do Brasil? E o que dizer da Coreia? A Coreia teve, no mesmo período, 3,1% de inadimplência. Significa 310 vezes a inadimplência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social!

Portanto, eu chego ao final desta CPI assistindo a algumas situações. Eu vi aqui a Oposição buscar atalhos para trazer toda a lama da PETROBRAS e da Lava-Jato, mesmo que não trouxesse nenhum elo de ligação para dentro desta CPI. Felizmente não conseguiram. Vi também tempo, horas... porque definitivamente, dentre um número muito reduzido de Deputados, eu sou o que mais esteve sentado no banco desta CPI durante esses duzentos e tantos dias. Eu vi muito tempo ser gasto em querer trazer o Governador de Minas — e eu não o conheço, não sei quem é, porque eu o vejo na televisão — para dentro desta CPI, mesmo que não apresentasse nenhum vínculo — nenhum vínculo! E agora vejo a busca final, a busca pelo indiciamento do Presidente Coutinho.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, durante os últimos anos, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, a CGU, o COAF, esta CPI, a Justiça, quer seja o Juiz Moro, quer seja o STF ou outras instituições do sistema, trabalharam incessantemente na busca de comprovação da corrupção neste País. Mas todos eles, inclusive nós, não apresentaram até hoje um único telefonema suspeito. V.Exas. já imaginaram quantos mil telefones a Polícia Federal tem grampeados neste País no momento? Milhares. Milhares! E, até agora, nenhum único telefonema, nenhuma única conversa suspeita foi apresentada, nenhum *e-mail*, nenhuma conta que trouxesse qualquer suspeita, por menor que fosse, em relação ao Presidente do BNDES. Delação premiada. Nós sabemos que centenas de



peessoas foram denunciadas nessas delações, e às vezes — e talvez a história haverá de mostrar — há vestígios de coloração política em algumas dessas delações. Mas nenhum delator, mesmo que *en passant*, falou o nome do Presidente ou de qualquer operação do BNDES.

Portanto, com esses números, com esse resultado, eu não posso ter posição outra que não o apoio integral ao relatório do Deputado José Rocha, que, quer queiram quer não, representa o que vimos aqui. Nós não podemos fazer relatórios baseados em sofismas, baseados em retóricas, baseados no que “eu acho”. Nós temos que finalizar uma CPI baseados no que se produziu aqui. E, definitivamente, aqui não se produziu uma única prova de má conduta do BNDES, quer seja da pessoa do seu Presidente, quer seja dos seus diretores.

Concluindo: “*Ah, mas tem a operação A ou X que deu prejuízo*”. Sim! Sim! Quem transaciona 277 mil operações em 1 ano... Será que os diretores têm uma bola de cristal que vai identificar uma única ou algumas operações que deram prejuízo? O que não há são indícios de má conduta do Presidente e dos seus diretores. E o que existe de fato é que, apesar de prejuízos em uma ou outra operação, nós temos um banco que rendeu, no ano passado, 6,5 bilhões de reais de lucro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Edio, e faço, também por dever de justiça e de ofício, registrar o comportamento sempre retilíneo de V.Exa. mesmo diante das adversidades. V.Exa. engrandeceu muito esta Comissão e o seu partido, o nosso PMDB.

O próximo orador inscrito é o Deputado Paulo Magalhães. Na sequência, o Deputado Paulão e a Deputada Cristiane Brasil.

Com a palavra o Deputado Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, cabe-me ressaltar a firmeza, o equilíbrio e a imparcialidade com que V.Exa. conduziu os trabalhos nesta Casa.

Sr. Relator, meu conterrâneo, amigo, Deputado José Rocha, que, no seu relatório, foi fidedigno ao que ocorreu nesta Comissão. V.Exa. foi preciso, pontual e não se deixou levar pela emoção de alguns, que, tentando atacar a honra de



peçoas inocentes, fizeram de tudo para que V.Exa. colocasse seus nomes no relatório.

Deputado Miguel Haddad, que teve uma atuação destacada na Vice-Presidência, Sras. e Srs. Deputados, não se indícia sem prova. É assim, Sr. Presidente, que quero começar a minha fala: exaltando o trabalho dos meus pares, mas, em contrapartida, fazendo questão de lembrar que os próprios Deputados, até os que apresentaram aqui relatório em separado, fizeram colocações que dão ao Relator isenção total.

Aqui esteve o Deputado Caio Narcio, que, na sua peregrinação, esse grande e lutador Deputado fez questão de dizer que não poderia nem incriminar nem absolver. Ora, se um Deputado do naipe de Caio Narcio coloca essa expressão, temos nós, Sr. Relator, a convicção de que V.Exa. acertou em cheio. V.Exa. não poderia indiciar sem prova. V.Exa. não está aqui para cometer esse equívoco e incriminar inocentes. E aí estão as provas, as provas de que o BNDES é o banco de menor inadimplência do País e da América Latina. Ora, Sras. e Srs. Deputados, se um banco tem a menor inadimplência do Brasil e da América Latina fomentando o desenvolvimento, como é que se pode atribuir a esse banco, ao seu Presidente e à sua diretoria malversação de recursos?

Ora, Srs. Deputados, nós não podemos nos deixar levar pelo entusiasmo de alguns, que querem atingir objetivos e até a honra alheia esquecendo que nós temos aqui a obrigação de retratar a verdade. Temos, sim, Sr. Presidente, a tranquilidade de dizer que alguns requerimentos foram atingidos. E um me deixou pasmo, quando aprovado o entusiasmo da Oposição, convicta de que aqui seria uma derrocada: quando se aprovou — e aí eu peço a atenção de todos os senhores — a presença aqui do Sr. Eike Batista. Aprovamos, e ele aqui veio. E, Sras. e Srs. Deputados, Eike Batista deu um *show* aqui nesta Comissão. Inquirido que foi pelos Deputados membros, pelos Deputados que fazem oposição ao Governo e oposição a tudo de bom que se faz neste País pelo Governo, Eike Batista deu um *show*. Por fim, levou até algumas perguntas no blague, como quem diz: “V.Exa. deveria se informar melhor, porque aqui está o retrato e o espelho das minhas operações”.

Estou à vontade, porque nem conheço nem quero conhecer o Sr. Eike Batista. Mas aqui V.Exa. retratou a verdade. V.Exa., no seu relatório, retratou a



verdade quando não indiciou Eike Batista. E esse é um exemplo. Esse é um exemplo. Como eles convencionam dizer que os campeões... Esse é um dos campeões, e deu um *show* aqui, mostrando inclusive a maledicência das perguntas, a importunidade das perguntas, o desconhecimento das perguntas. É assim que nós temos a tranquilidade de dizer ao Presidente desta Comissão e aos nossos pares que vamos votar no seu relatório, porque esse é o relatório da verdade e de tudo aquilo que se passou nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente e muitos obrigados aos meus pares pela atenção com que me ouviram. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - ... como eu fui citado pelo nobre Parlamentar, queria me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Concedo 2 minutos a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Primeiro, quero agradecer as palavras do Deputado Paulo Magalhães, com quem tive, e tenho, a honra de conviver e de aprender muito, principalmente dentro desta CPI. Agradeço as palavras dele de deferência, mas não gostaria que as minhas palavras fossem interpretadas fora de contexto.

Quando eu disse aqui, e contextualizei, que a CPI estava acabando de forma prematura, que no momento não era possível condenar nem absolver o banco e que isso não era bom nem para o País, nem para a Oposição, nem para a Situação, quis dizer que temos muitas suspeitas e muitos documentos que ainda não foram avaliados. Eu quis dizer que, ao não avaliá-los, não posso fazer juízo de valor condenando ou absolvendo, o que não exime o banco de culpas e não torna o nosso trabalho pronto. Essa é a primeira coisa.

Em segundo lugar, com todo o respeito ao Deputado Paulo Magalhães, eu não assisti a *show* nenhum do companheiro Eike Batista. Eu vi aqui, por diversas vezes, inclusive, ele não saber explicar questões difíceis, por exemplo, a questão do



avião que ele emprestou ao Governador Cabral. E, depois, ele disse que para de emprestar aviões a políticos, porque ele acha que é errado e a sociedade não interpreta isso bem. E eu perguntei: “*Por quê?*” Ele disse: “*Porque as pessoas acham que eles nos ajudam politicamente*”. Eu perguntei: “*E não ajudaram?*” Ele falou assim: “*Não*”. Depois, todos nós sabemos o volume de negócios que o Eike Batista tem com o Estado do Rio de Janeiro. Se ajudaram ou não, é uma interpretação que precisa ser aprofundada.

Na realidade, eu não assisti a nenhum *show* de ninguém que tenha sentado nesta mesa para ser inquirido, como ele foi. Acho que, em muitos momentos, faltaram documentações para que pudéssemos fazer um trabalho mais efetivo. Mas não assisti a *show* nenhum, em lugar nenhum, principalmente nas perguntas, e especialmente no caso do Sr. Eike Batista, que veio dizer que pagou um cheque do maior imposto para cima de nós... O que eu sei é que ele foi um dos grandes beneficiados com o dinheiro da TJLP do BNDES. Essa é a verdade. Isso não é *show* para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Caio Narcio.

Por permuta com o Deputado Paulão, concedo a palavra à Deputada Cristiane Brasil.

Com a palavra o Deputado Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Citado que fui pelo eminente Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Peço que V.Exa. não o cite novamente. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Em deferência à sua inteligência, eu não o citarei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Veja, V.Exa., que, com a participação ilustre do Deputado, ele ratifica tudo o que eu disse. Mais uma vez, V.Exa. reforça o meu argumento. (*Risos.*) V.Exa. dá consistência a tudo aquilo que eu disse. Parabéns, Deputado José Rocha! Mais uma vez, o seu relatório está aprovado, por nós e por ele.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Paulo.

Com a palavra a Deputada Cristiane Brasil, brilhante Sub-Relatora desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Obrigada, Sr. Presidente, meu queridíssimo Relator, Deputado José Rocha, que me fez uma deferência muito especial no seu relatório, acolhendo boa parte, grande parte, do meu sub-relatório no seu relatório final. E sinto-me muito lisonjeada pelo trabalho que V.Exa. fez.

Entendo e avalio o seu relatório final como muito técnico, muito importante e importante para o futuro da instituição, sim. Porém, é claro que sempre podemos aperfeiçoar e modificar as coisas, dada a mudança dos fatos. Sabemos que o progresso das investigações e que o fato de alguns personagens que aqui estiveram estarem presos fazem com que nós pensemos se realmente não valeria a pena pensar num indiciamento de pelo menos algumas figuras emblemáticas, no caso, por exemplo, do Sr. Bumlai, que veio a ser preso ao longo desta CPI, inclusive numa situação um tanto quanto esquisita, pois ele viria na condição em que ele teria que falar a verdade. Depois, ele veio sem ter que falar nada e ficou aqui o tempo todo dizendo que não precisava falar nada. E as evidências, as provas, que levaram o juiz a decretar a prisão do Sr. Bumlai por si sós poderiam convencer V.Exa., se assim achar importante e correto, a indiciá-lo nesse seu relatório final.

Portanto, eu apenas questiono V.Exa., meu Relator, assim como o outro laranja do ex-Presidente Lula, o Taiguara, se não haveria também da sua parte uma predisposição para avaliar isso com carinho e se nós não poderíamos, atendendo inclusive aos pleitos da Oposição, fechar um acordo aqui para abrilhantar ainda mais o trabalho que todos nós tentamos fazer, com todas as dificuldades que nós tivemos, com todos os boicotes que sofremos. E seria, assim, muito legal para todos os membros que pudéssemos fechar esse acordo com esses personagens emblemáticos, a quem sugiro a V.Exa. fazer o indiciamento aqui neste relatório final da CPI.

Com relação ao meu sub-relatório, gostaria de deixar claro mais uma vez — e agradeço a todos os Deputados que o leram, que se referiram também ao meu sub-relatório —, que é evidente que a instituição é importantíssima para o País, fundamental. Ela só não pode realmente funcionar como Robin Hood às avessas.



Ela só não pode realmente continuar com práticas corporativas, práticas de governança tais que prejudiquem quem trabalha, quem rala, quem está ali todo dia saindo de casa de madrugada e voltando para tentar sustentar a sua família. Não pode o banco remunerar o FAT da maneira que faz em detrimento do trabalhador, para realmente ajudar e favorecer as maiores empresas brasileiras. Não dá. Isso é Robin Hood às avessas, porque quem está pagando realmente é o pobre no lugar do empresário archi-multibilionário, que poderia pegar, sim, empréstimos no mercado e não pega, porque vai ao banco de desenvolvimento e tem condições melhores. Isso causa — nós vimos e apontamos isso no nosso relatório — uma falha de mercado, que, claro, prejudica a parte mais fraca.

Portanto, as medidas que sugerimos seriam de muita valia. Espero que os órgãos competentes, as autoridades competentes, continuem avançando nas suas investigações, para que possamos comprovar que o rei João, aquele ex-Presidente, realmente teve a sua participação, infelizmente. Nenhum de nós gostaria que isso tivesse acontecido, mas é quase que evidente que o nosso ex-Presidente praticou tráfico de influência, sim, utilizando-se da boa-fé da instituição para ajudar nos seus interesses com as empresas multi-archibilionárias, no caso, as campeãs nacionais.

Portanto, Sr. Presidente, parabéns pela sua condução! Queria também parabenizar o Robson e as meninas, que também compuseram conosco a Comissão. Meu Relator, quero dizer que tenho orgulho do seu relatório final, de qualquer maneira. E realmente apenas faço um pleito a V.Exa., em nome do dia final, da unidade do nosso trabalho: de que, se V.Exa. assim entender, nós pudéssemos dar essa resposta à sociedade. É só isso, querido. Só isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputada Cristiane, e a parabenizo também pelo empenho na confecção inclusive de um relatório que foi tão amplo e tão produtivo, que foi utilizado quase na sua inteireza pelo nosso querido e sensível Relator, o Deputado José Rocha.

O próximo orador inscrito é o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar V.Exa. pela prudência e pela relação cordata, mesmo em momentos de muito tensionamento, na condução da CPI. Quero parabenizar o Relator, o



Deputado José Rocha, que teve a capacidade aqui também de fazer uma coleta, que não é fácil, durante esse período.

E, para não me aprofundar muito e não ser repetitivo, fiquei muito atento ao conteúdo da fala do Deputado Edio, quando ele argumenta aqui, do ponto de vista técnico, sobre a importância que tem esse banco para o Brasil — e eu não diria só para o Brasil, mas principalmente para a importante região da América do Sul — nesse processo capitalista, onde se tem uma disputa muito desigual. Então, só queria entrar aqui no mérito da situação do relatório.

Primeiro, quero concordar com o relatório, Deputado José Rocha. V.Exa. aqui tem o nosso apoio pela sua maneira fidalga, serena, firme de estabelecer um processo com forma e conteúdo, o que não é fácil. Mas a questão basilar que percebemos da parte da Oposição é a de tentar trazer um conteúdo em relação a outros fatos que estão ocorrendo nesta Casa, a exemplo da Operação Lava-Jato, pois foi criada uma CPI com um fato, determinando começo, meio e fim. Então, aqui nós não podemos fazer um teletransporte, no sentido de absolver esse processo.

A outra questão, que nós não valorizamos, é a importância do Estado Democrático de Direito, porque há o direito à ampla defesa e ao contraditório, mas há a questão das provas. E o relatório apresentado pelo Deputado José Rocha foi contundente, mesmo com a Oposição apresentando relatório paralelo, o que é normal, faz parte internamente do debate nesta Casa, mas não teve consistência, não teve substância, para ser recepcionado, mesmo que alguns insistam em querer apresentar no relatório indiciamentos de personalidades, e não só do Presidente daquela casa, o BNDES, o economista Luciano Coutinho, um brasileiro que tem um trabalho não só na Região Nordeste, a partir do seu Estado de Pernambuco, em toda a região, mas que também tem reconhecimento nacional e internacional.

Com relação ao próprio banco, que eu não vou repetir, os números apresentados pelo Deputado Edio são mais fortes do que qualquer discurso e apresentam diferenças substantivas de economias fortes, a exemplo da do Japão e da China, diferenças fundamentais para diferenciar o processo de inadimplência que esse banco tem em relação aos seus credores e a importância para a economia. E verificamos aqui algumas ações, inclusive da oradora que me antecedeu quando faz um questionamento sobre o uso do FGTS, que é válido. Agora, esse debate não é



adequado aqui. Se tiver que fazer mudança, teremos que fazer no plenário da Casa, nas Comissões específicas, fazendo questionamentos ao próprio Governo, levantando uma nova pauta na economia do uso em relação ao FGTS. Mas não é o papel específico, não é o fato determinante desta CPI. E a população brasileira consegue compreender.

Poderia haver mais prazo? Dependendo muito do processo e da anuência do Presidente, poderia ter. Agora, uma questão prática: concedendo mais prazo, de 15 dias, o que é que se iria alterar em relação a esse relatório? Eu acredito que quase nada. Então, Relator, Deputado José Rocha, parabéns pelo trabalho, a nós todos, inclusive à Oposição.

Quero lamentar o fato de que aqui, muitas vezes, temos um debate de baixo nível com Deputados que não conseguem conviver com a democracia, que ainda ficam, infelizmente, com ranço daquele processo antigo que vem desde o Descobrimento do Brasil, que é o comportamento de capitão do mato, achando que todo mundo aqui tem um processo hierárquico. Eles dão esse tratamento de capitão do mato, ainda daquele famoso livro do sociólogo Gilberto Freyre *Casa-Grande e Senzala*. Algumas pessoas aqui não conseguiram ainda absorver essa democracia, essa visão coletiva, essa visão importante da Oposição, fazendo o bom debate e o bom combate, mas, ao mesmo tempo, respeitando o Estado Democrático de Direito. E o Estado Democrático de Direito tem como base, no Direito Penal, principalmente as provas.

Voto com o relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Paulão.

O próximo orador inscrito é o Deputado Miguel Haddad, o Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu quero inicialmente, Presidente Marcos Rotta, cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos, pela firmeza, pela seriedade com que conduziu aí todos os trabalhos no decorrer desses últimos meses. Quero cumprimentar o Relator, o Deputado José Rocha. Embora discorde do relatório, reconheço o seu



trabalho. De fato, eu discordo da conclusão, mas reconheço o trabalho, o envolvimento, a seriedade com que S.Exa. desenvolveu o seu relatório.

Quero confessar uma coisa: se eu não conhecesse o seu relatório — ouvi atentamente as falas de todos os Deputados aqui —, recearia que, ao final, houvesse um indiciado, o PSDB. Por tudo aquilo que ouvi, a conclusão a que chego é de que o PSDB e a oposição devem ser indiciados, porque foi um erro a forma como se conduziu a própria CPI, a aprovação da CPI, os requerimentos propostos, os depoimentos. Sinceramente eu receei, em alguns momentos, Deputado Edio Lopes, que se chegasse a essa conclusão. Felizmente me parece que vamos chegar a um bom termo, pelo menos em relação a isso.

As CPIs, Sr. Presidente, têm que ser repensadas — nós temos que repensar as CPIs. A instauração de uma CPI que tem seríssimas dificuldades para a sua aprovação no Plenário tem uma estrutura que dificilmente lhe permita o avanço. Faltam alguns embasamentos, falta o suporte técnico para que nós possamos chegar a um bom resultado. O nosso formato hoje tem que ser repensado. Instaurar simplesmente uma CPI, sem os suportes, sem o assessoramento, sem o apoio técnico, faz com que ela pouco avance.

É indiscutível que há um embate político — há um embate político. Isso é indiscutível. O Governo detém a grande maioria, a custo de Ministérios. Entregam-se Ministérios e tem-se o apoio tanto em Plenário quanto nas CPIs. Recentemente se entregaram quatro, cinco Ministérios. É uma troca que faz um Governo que se sente inseguro, que realiza uma péssima gestão, incapaz, mas que atua bem no campo político. Nesse campo ele atua de forma competente, e só nesse campo. E os embates nas CPIs ficam praticamente infrutíferos. Não há como avançar.

A CPI do BNDES foi instaurada para que nós pudéssemos, de fato, investigar, aprofundar e, aí sim, chegar a uma conclusão. Era uma CPI manca. E termina sem de fato ouvirmos todas as pessoas suspeitas. Embora a suspeição não substitua a verdade, há fortes indícios de tráfico de influência, há algumas empresas emblemáticas.

Quando se iniciou a CPI do BNDES, uma das empresas de que todos nós brasileiros falávamos e contra a qual havia uma série de fortíssimas suspeições foi a JBS. Toda vez que se apresentou um requerimento para ter informações ou para



haver o depoimento da diretoria da JBS, a CPI rejeitou, sem muitas explicações, até porque a Casa, neste momento, na CPI, é um jogo de voto: quem tem mais leva. E nós somos minoria. Não conseguimos a aprovação nem as informações necessárias em relação à JBS. Não conseguimos sequer uma oitiva com o Procurador do TCU. Desconheço as razões. Não houve grandes argumentações. Novamente foi por voto. A composição desta CPI faz com que o Governo tenha maioria. E os resultados são pífios.

Embora se argumente que não houve nenhuma prova, nenhum depoimento, a verdade é que isso aconteceu porque nós não conseguimos as convocações necessárias, não conseguimos o tempo necessário. Não é uma questão apenas de mais 15 dias, ou menos 15 dias, mas de termos as informações importantes para podermos, na verdade, instruir a CPI: ouvirmos, termos o testemunho, as oitivas, as informações de pessoas envolvidas ou sob suspeita neste processo.

A grande verdade é que, no Governo do Ministro Mantega, o BNDES foi um grande instrumento político, foi um instrumento importante naquela oportunidade. Foram enviados, através de títulos da dívida, mais de 455 milhões, quase meio bilhão, ao BNDES, são 20%, 21% de todos os recursos disponibilizados em empréstimos naquela oportunidade. A grande maioria desses recursos, desses 455 milhões, foi destinada para poucas empresas. Mais de 70% dos recursos internacionais foram para uma única empresa, a Odebrecht. E se fez, de fato, como afirmou a Deputada, uma inversão: nós tínhamos o Bolsa Família, só que inverso, em que se tira recurso do trabalhador para dar às grandes empresas, para dar aos ricos. Tira-se dos pobres para dar aos ricos.

O ex-Presidente Lula foi, indiscutivelmente, o maior banqueiro deste País. Ele detinha 21% dos recursos, de créditos disponibilizados no País. Essa é a nossa realidade.

Há uma série de suspeições, recursos destinados apenas para alguns; um quadro econômico difícil no qual nos encontramos; a perda de empregos por uma política adotada de forma equivocada, que foram as empresas campeãs. Nós assistimos na Casa a depoimentos dizendo que diminuíram, que fecharam postos de trabalho em função desta política, uma política, de fato, equivocada. E o resultado



de todos esses equívocos dessas gestões, de forma incompetente, resulta nesta crise.

Quando nós falamos em crise, estamos falando de uma palavra que significa, na realidade, o sofrimento de grande parte dos brasileiros, que estão sem emprego, com uma inflação em mais de um dígito, com problemas seríssimos. Há uma expectativa de que, nos próximos meses, nós teremos mais de 3 milhões de pessoas desempregadas, com o PIB em decréscimo. Este é o nosso quadro hoje.

Quando se tenta apurar eventuais erros, eventuais desvios, há uma blindagem, que se mostrou, desde o primeiro dia até agora, eficiente, em que a grande maioria, o PT e os partidos de sustentação, deu ao Governo Federal.

De fato, quando se vê a imprensa criticar, quando se vê a população desacreditar a classe política, é difícil fazer a defesa, falar o contrário. É ao que nós assistimos hoje nesta CPI, durante todos esses 200 dias. Poderiam ser 300 dias, 400 dias, 500 dias; a questão não é de tempo, mas é de forma, de vontade política, de decisão. Aqui, desde o primeiro dia, houve uma decisão: não se convocam determinadas pessoas; blindam-se alguns, ou melhor, blindam-se muitos; não se pedem informações; não se tem suporte técnico para fazer as análises. Enfim, o objetivo era uma peça publicitária, e é a isso que nós assistimos aqui, sem eficiência, sem nenhum resultado.

E mais: invertem-se os valores. Esse resultado pífilo — eu concordo com todos que falaram — se deve ao formato que foi dado a esta CPI, não à realidade, aos fatos, às informações. Deve-se ao formato que se deu a ela. Há uma blindagem e esse desfecho melancólico.

Eu, todos nós nos sentimos, na verdade, engessados, sem possibilidade de avançar em relação à CPI. Mas, ao seu término, há o sentimento claro de que houve, sim, tráfico de influência; houve favorecimentos; houve vantagens; houve perdas por parte de algumas empresas. Esse é o sentimento de todos nós.

Então, eu queria, Sr. Presidente, deixar aqui pelo menos a nossa posição. O nosso voto, na verdade, tenta ir ao encontro do sentimento e das informações que obtivemos em todos esses meses de atuação frente à CPI.

A CPI nos dá um sinal muito claro. Embora nós não consigamos uma conclusão, um desfecho, ela nos dá a certeza de que esses temas deverão ser



aprofundados. Se nós não temos instrumentos hoje na Casa que possam realizá-lo, o Ministério Público o fará, assim como outras instituições.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Miguel Haddad, Vice-Presidente desta Comissão.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Diego Andrade.

O SR. DEPUTADO DIEGO ANDRADE - Boa tarde a todos.

Ouvi atentamente a explanação de cada um. Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente pela condução dos trabalhos e de cumprimentar todos os colegas Deputados. O Deputado Relator está aqui ao meu lado. Que bom, ele voltou.

Realmente, nós tivemos 200 dias para ser apresentada alguma prova concreta, alguma questão, e ouvimos atentamente as apresentações, a maior parte dos depoimentos. Coloco aqui o que foi dito pelo Deputado Edio Lopes, que, com uma inadimplência de 0,01%, se demonstra que todos os empréstimos, ou a maior parte deles, foram pagos, e pagos com juros. Se eu pudesse colocar um ponto de melhoria no relatório seria, e o Relator poderia sair aplaudido desse processo, apontar caminhos para o BNDES.

Vimos de forma muito clara que não foi só de 2002 para cá que houve essas ações que incomodam a sociedade brasileira. Por exemplo, antes de 2002, houve financiamentos para empresas de fora para se comprar empresas na época das privatizações. Agora, houve o contrário: financiaram megaempresas brasileiras para fazer investimentos lá fora. E isso vai contra, pelo menos, o que aprendi. Eu gosto de citar muito o meu avô, uma pessoa que é referência para mim. E ele falava: *“Meu filho, nós não podemos emprestar aquilo de que precisamos”*.

Eu queria citar o Deputado Davidson Magalhães, que colocou de forma muito clara que é preciso fomentar as empresas lá fora. Quando uma Alemanha faz isso, com o seu serviço de saúde estruturado, com a infraestrutura do país em dia, realmente ela parte para poder apoiar as suas empresas lá fora. Mas, hoje, o nosso foco tem que ser para dentro. E, nesse ponto, eu queria citar o Deputado Carlos Zarattini. Nós termos 95% das operações para pequenas e microempresas é importante demais. Mas tivemos apenas 30% dos recursos. Talvez não



precisássemos ter 95% dos recursos para 95% desses contratos? Esse recurso não tem que estar voltado para ajudar o Brasil a sair da crise?

Nós estamos num momento de crise. Lá fora, quando visitamos os Municípios, vemos que o brasileiro que acorda cedo, que trabalha para sustentar toda essa máquina, para sustentar esse Judiciário pesado, esse Legislativo pesado, não aguenta mais. Talvez essa inadimplência mais baixa do que a do Japão poderia ser maior se o recurso estivesse voltado para o pequeno empresário. Será que o BNDES não pode arriscar um pouco mais, apoiando o pequeno, facilitando, colocando mais recursos para o pequeno empreendedor?

Outro ponto a ser discutido: quero citar um setor importante da economia, o setor de transporte. Milhares e milhares de caminhoneiros estão aí pelo Brasil, passando por um momento de extrema dificuldade, porque este é um setor diretamente atingido pela crise. Eles não estão dando conta de pagar suas prestações. Nós estamos vendo o desemprego só crescer. Deveria haver uma atuação imediata na renegociação desses contratos, que são vários, junto ao BNDES, com uma prorrogação, uma ação emergencial agora. Nós vamos esperar o sujeito perder o seu caminhão, ir para a lista e para a estatística do desemprego? Ou nós vamos atuar, ajudando a prorrogar, com um pacote de ações, para orientar o trabalho do BNDES?

Antes do início da CPI, em maio de 2015, apresentei o Projeto de Lei Complementar nº 70, no dia 7 de maio de 2015 — gostaria de encaminhar uma cópia ao Relator —, que cria barreiras para empréstimos de recursos de bancos públicos nacionais ao exterior. Nós precisamos criar essas barreiras. Eu sei como é importante financiar as empresas nacionais. Fui diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais na gestão de Aécio Neves. E diversos contratos com o BNDES mudaram a história de muitas cidades. Poderia ser o Governo Federal com Lula, ou o Governo Estadual da oposição, mas o BNDES cumpriu o seu papel. Agora, de 200, eram aprovadas 10 propostas, 20 propostas. Talvez, se o recurso fosse direcionado para ali...

Conseguimos fazer o tratamento de esgoto em Itajubá, Lavras, Alfenas, Araxá, cidades que havia anos não tinham investimentos em infraestrutura e saneamento. Mas poderíamos ter atendido muito mais, se o recurso estivesse



direcionado, o grosso do recurso, para as empresas nacionais que efetivamente investem no Brasil. E, principalmente, direcionado para os pequenos e microempreendedores.

Este é o meu pedido ao Relator, que reforce no relatório esses pontos, que reforce essa questão da atuação, que direcione nesse sentido o trabalho do BNDES. Desejamos que qualquer gestor que entre no BNDES, seja em um Governo do PT, seja do PSDB, seja de qualquer outro partido, tenha como obrigação colocar a maior parte dos recursos para os pequenos e microempreendedores. Sabem o que está acontecendo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ilustre Deputado Diego Andrade, essas suas preocupações estão contempladas no nosso relatório.

O SR. DEPUTADO DIEGO ANDRADE - Que coisa boa! Porque isso é importante demais.

Hoje se conversa com jovens nas universidades, às vezes jovens brilhantes, os melhores da classe, e nenhum deles, quase nenhum está com o projeto de empreender no Brasil. Desse jeito, nós nunca vamos ter um Steve Jobs, um Bill Gates, que comece sua empresinha na garagem e a transforme numa megaempresa. Todos querem fazer concurso público, porque no concurso público o sujeito tem a estabilidade, a maldita estabilidade, produzindo ou não, ele está trabalhando. Há funcionário público que merecia ganhar duas, três, quatro vezes mais; mas há funcionário que, de graça, é caro, porque ele está ali atrapalhando e se fazendo valer dessa estabilidade que, na época da ditadura, foi importante, mas que hoje em dia nós não podemos mais admitir. Temos que trazer para esta Casa essa discussão.

O BNDES, objeto desta CPI, é ferramenta fundamental para que nós consigamos vencer essa crise pela qual estamos passando. Essa ferramenta é fundamental!

As exigências são tantas, que as pequenas e microempresas já são excluídas no processo de seleção, porque um jovem pobre, que acabou de se formar e tem um projeto muito bom, ele não tem, às vezes, as garantias necessárias. Mas nós também pulverizamos o risco. Talvez valha a pena termos uma inadimplência maior se o recurso estiver focando o pequeno empreendedor. E, como nós vimos aqui,



isso tem melhorado nos últimos anos? Tem, mas só 30% dos recursos do BNDES estão sendo direcionado à maioria absoluta das empresas deste País, que são os pequenos e microempresários. Nós tivemos 1 milhão de MEI, de Microempreendedor Individual, que saíram do Bolsa Família. Nós tivemos 1 milhão, recentemente. É necessária uma linha de crédito pronta, de bate-pronto para eles empreenderem, seguirem adiante, desmamarem do Governo e poderem produzir.

Nós estamos criando neste País a cultura de não trabalhar, ao proibir crianças e jovens de trabalharem. Ninguém quer ver criança em forno de carvão, carregando caminhão, mas, gente, isso faz parte da educação e da formação! Há a expressão “serviço de menino”. Qual o problema de o filho ajudar o pai a jogar uma semente na lavoura, se ele estiver estudando no horário certo? Qual o problema de o filho ajudar um pequeno comerciante? Isso forma o caráter. Peguem todos os homens de sucesso deste País: todos começaram a trabalhar cedo! Isso hoje virou crime. Nós temos que mudar a forma de ver este País.

E, aqui, nesta CPI, eu acho que o Relator está tomando a decisão certa: sem prova consistente, não dá para indiciar. Temos que ter responsabilidade. A opinião pública, infelizmente, nem sempre tem razão. Se tivesse razão, quando da crucificação de Jesus, teriam crucificado Barrabás.

Dada a crise econômica, dado o desespero das ruas, querem fuzilar todos os políticos. E não estão errados, não! Mas nós temos que ter responsabilidade de apresentar um relatório e indiciar o que realmente for comprovado. E, nesses 200 dias, eu não vi aqui comprovação clara.

Por isso, parabéns ao Relator pelo relatório que fez. E, se não incluiu, eu peço que coloque. Vamos tentar, juntos, dar mais regras ao BNDES. Obrigá-lo a fazer o investimento, o grosso do investimento, em nosso País. E, no momento de recessão e de crise em que estamos, é preciso proibir os investimentos lá fora, salvo em casos extremamente relevantes e que sejam discutidos nesta Casa. É isso que diz este projeto. Não sei se V.Exa. teve acesso a quem está com a relatoria. Ele está parado na relatoria há 1 ano. Peço ao Relator, o Deputado Manoel Junior, do PMDB, que, na Comissão de Finanças e Tributação, agilize o projeto para nós, para que possamos, efetivamente, chegar a uma discussão nesta Casa, seja em um CPI, seja em relação a algum assunto em que o BNDES estiver atuando.



Mas precisamos fazer, realmente, com que 90%, 95% dos recursos estejam investidos em quem trabalha, no pequeno e no médio, porque aí não há espaço para a corrupção. O volume de recursos é menor, é para as pessoas que efetivamente precisam. A corrupção está é nos grandes contratos. A corrupção está atrás é dessas articulações para liberação. E não se iludam, não: nós não achamos aqui... O que acreditamos que acontece no BNDES, não só neste Governo, mas em todos eles? Aprova-se o regramento, o sujeito vai lá e cumpre todas as exigências. Mas isso não é garantia de que se vai liberar o recurso. E, para liberar o recurso, há o “pedágio”, que é onde está a sacanagem do negócio — isso não foi dito aqui. O sujeito cumpriu tudo direitinho, mas ninguém libera o dele. Às vezes está há 1 ano parado lá, porque ele vai fazer um investimento. Mas, se ele tem um contato...

É atrás disso que nós temos que ir. Para isso há o trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público, para continuar, seja de qual partido for, identificando o câncer que corrói a economia brasileira, que é a corrupção.

A fim de encerrar e concluir, eu quero dizer que temos que seguir firmes, acompanhando e fiscalizando o trabalho não só do BNDES, mas de todas as instituições do nosso País, com responsabilidade, para também não sermos levianos e injustos.

Acho que todos tiveram a oportunidade de falar nesta Comissão, todos tiveram a oportunidade de apresentar, de fazer os seus requerimentos. E nós sabemos que não foi apresentada de forma clara nenhuma prova para que pudéssemos indiciar alguém. Os contratos que aqui foram questionados, muitos deles já haviam sido quitados, e alguns, em andamento, com as parcelas em dia.

Todos nós, seja oposição, seja situação, devemos ter responsabilidade. E um relatório que aponte os caminhos para o BNDES ter o foco certo, porque ele é um banco de fomento, será aprovado, acredito, por ampla maioria desta CPI.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Diego Andrade.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, só quero uma informação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Salvo melhor juízo, com o início da Ordem do Dia, como V.Exa. imagina que deveremos agir na questão da votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu imagino que V.Exa. esteja com fome.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A nossa intenção aqui, comungando com o Relator, é prosseguir. Nós temos mais quatro oradores inscritos. Depois faríamos a réplica do Relator, que tem 20 minutos, suspenderíamos a sessão e voltaríamos para deliberar tão somente sobre a votação do relatório final, após a Ordem do Dia de hoje.

Essa é a nossa intenção.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - De hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Aí depende do Relator.

Eu queria enxugar a lista de inscrição. Depois vamos discutir com o Relator, para ver se ele quer fazer a réplica já na sequência ou, em seguida, quando suspendermos a sessão.

O próximo orador inscrito é o Deputado Bebeto, a quem concedo a palavra pelo tempo de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, inicialmente quero saudá-lo e dizer que V.Exa., na condição de Presidente desta Comissão, desincumbiu-se de modo competente, com a responsabilidade que lhe é característica, na condução dos nossos trabalhos. V.Exa., sempre zeloso, procurou garantir aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas as suas intervenções, respeitando as condições regimentais.

De igual forma se conduziu o nosso querido Relator, o Deputado José Rocha. De maneira muito gentil, respeitando as contradições que eventualmente estabelecemos, inclusive nas próprias oitivas realizadas nesta Casa, o Relator foi absolutamente aberto, facilitando o debate e acolhendo sugestões. E com a mesma postura tivemos um conjunto de sub-relatorias, que ajudou a consolidar a trajetória do voto e do relatório proferido por V.Exa. Nós devemos enaltecer o trabalho de V.Exa. e dos Sub-Relatores, que contribuíram decisivamente para a formação do



relatório. De forma substantiva, enaltecemos o voto proferido por V.Exa. no relatório apresentado a esta Comissão.

Obviamente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós, ao iniciarmos o trabalho desta CPI, tínhamos um objetivo delineado: investigar as condições de empréstimos e financiamentos patrocinados pelo BNDES; verificar a sua relação com o tráfico de influência ou o beneficiamento de uma ou de outra empresa, em função de uma relação direta com financiamentos de campanha.

Foram apresentados requerimentos e realizamos várias oitivas. Mas posso afirmar que talvez — isso é próprio e natural do debate político — tenhamos elevado de modo muito intenso a expectativa da própria sociedade e a nossa expectativa em relação ao resultado. Isso porque, se é para investigar, nós não poderíamos, *a priori*, fazer uma inferência do resultado que iríamos buscar a partir dessas investigações realizadas para chegar ou não ao indiciamento. E nós partimos de uma premissa que elevou a nossa expectativa. Tomamos como base os dados produzidos por parte da imprensa relativamente aos financiamentos realizados no Porto de Mariel, em Cuba; ou no metrô de Caracas, na Venezuela; ou mesmo nas empresas campeãs brasileiras.

É óbvio que, no transcorrer do processo de oitivas que nós aqui realizamos, os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas tiveram a possibilidade de, na inquirição feita, analisar objetivamente o conteúdo das falas e formar seu juízo em relação à posição das empresas.

No entanto, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, durante esse período alguns aspectos me chamaram a atenção. É claro que esta é uma Comissão naturalmente política, com a disputa política entre os partidos e os Deputados que a compõem. No processo de debate, nós vimos alguns Deputados e Deputadas que se perfilaram num campo, não digo buscando proteger uma ou outra empresa, mas evitando trazê-la a esta Comissão, como foi o caso da JBS.

Em uma fase do processo, quando chegamos a uma formação de juízo, se todos os problemas e críticas verbalizados pelos Deputados tinham como endereço o papel da JBS, que recebeu milhões de investimentos e de financiamento público, para desvelar a sua relação incestuosa com o banco, ou mesmo com os partidos que ela financiou, seria importante trazê-la aqui.



Tenho que lamentar o desacerto do PT, e aí preciso afirmar, num acordo patrocinado inclusive por membros relacionados ou membros vinculados à bancada do Presidente Eduardo Cunha. Numa inversão de pauta, propôs-se votar o nosso requerimento, que foi o de minha autoria, em que nós fizemos, patrocinamos um acordo para votar no dia seguinte e aprovar a vinda da JBS, e o requerimento em relação ao ex-cunhado do Presidente Lula. Fez-se um acordo, patrocinou-se um acordo, um procedimento que não permitiria nem vir a JBS, nem o ex-cunhado do Presidente Lula.

O resultado foi que, na minha opinião, se tentou uma blindagem de parte a parte, o que foi um equívoco, um erro. Poderíamos ter aprofundado melhor o debate, desvelado essa realidade, esses contratos, os financiamentos entre a JBS e o BNDES. O próprio Tribunal de Contas da União tem deixado claro o resultado desse contrato, o que significou o enquadramento, a análise e a aprovação de uma operação de grande porte, que, segundo o próprio Tribunal, reputou complexa e de alto risco e em tempo considerado inferior àquele indicado pelo próprio BNDES.

Nós tínhamos dados que sobejamente apontavam para essa necessidade de ouvir a JBS, porque o aporte de capital com o risco de investimento do BNDES e o custo financeiro zero para a JBS, num valor acima do necessário, iria na contramão, inclusive dar salvaguardas, como disse o Presidente Coutinho, às regras de *compliance*, à política corporativa da própria empresa, que não permitia fazer um financiamento sem observar esse alto risco que estava inerente ao próprio valor do financiamento. E, contrariamente a toda avaliação da equipe de análise do próprio BNDES, foi patrocinado o investimento. Portanto, tínhamos a oportunidade.

Lamentavelmente, tenho que dizer, Deputado Carlos Zarattini e companheiros, ali foi um equívoco, não era para brindar. Se for para passar a limpo, se for uma necessidade, uma exigência da sociedade, essa seria uma oportunidade que teríamos. Mas, lamentavelmente, não houve. Aí, com a permissão da BNDESPAR, por meio de sucessivos aditivos, vimos, inclusive, mais de 615 milhões aportados à JBS especificamente para a aquisição, por exemplo, da National Beef, que é, portanto, uma aquisição desnecessária, contrária aos interesses nacionais.



Sr. Presidente, temos que lamentar, porque no curso, na trajetória das oitivas, dos debates, dos requerimentos, aqui sofremos essa obstaculização, por interesses não tão republicanos, os quais temos a lamentar nesta fase final da nossa CPI.

Mas quero também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas esclarecer um dos pontos desse relatório, a respeito da conclusão, meu caro Deputado José Rocha. Claro que entre a trajetória do relatório e a elaboração do voto final há uma distância. Objetivamente pelo acerto, pela capacidade técnica, pelos dados substantivos que V.Exa. aportou, incluiu no relatório, temos que parabenizá-lo, louvar sua ação. Mas, no voto final, na trajetória da produção do relatório, talvez tenha havido um descompasso, não para incriminar sem provas — não é isto —, mas para ir em uma direção mais abrangente, a fim de sugerir medidas outras que eu quero propor a V.Exa. e que nós poderíamos adotar.

Por isso, eu quero dizer a V.Exa. e às Sras. e aos Srs. Deputados, apenas para esclarecer um ponto a respeito da conclusão a que deve chegar esta CPI, se nós concluirmos que há dúvidas sobre a ocorrência de irregularidades na concessão dos empréstimos do BNDES. Eu ouvi, ao acompanhar a discussão do relatório do Deputado José Rocha, a afirmação segundo a qual ele desperta inúmeras dúvidas a respeito de irregularidades na atuação do BNDES. Isto é verdade. O trabalho do Relator sumariza bastante bem várias situações, entre elas as citadas inclusive pelo Deputado Carlos Melles quanto aos empréstimos concedidos ao Grupo JBS e ao Metrô de Caracas.

Essas e outras ocorrências, meu caro Deputado, realmente colocam interrogações na concessão desses empréstimos para o nosso principal banco de fomento, o BNDES. Ocorre que o mesmo relatório conclui pela desnecessidade de indiciar quaisquer sujeitos. E V.Exa. , com a responsabilidade que tem, jamais faria um indiciamento sem uma prova robusta ou apenas para criminalizar um ou outro. Isso eu reconheço, e V.Exa. como excelente Parlamentar, jamais se permitiria, no seu voto, cometer uma injustiça.

Portanto, essas ocorrências no relatório e na conclusão, sustentando-se na afirmação de que não há uma certeza absoluta, é isto mesmo que V.Exa. fez quanto à participação deles ou da exata definição das irregularidades. E aí há uma convergência. Eu acho que há uma convergência, e o próprio convívio com V.Exa.,



nessa avaliação: não podemos incriminar se não há uma prova robusta, se não há uma exata definição de irregularidades. Mas aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu chego ao ponto do desejo de esclarecer.

A nossa CPI atua no momento pré-processual, antes da formalização de uma denúncia que abriria efetivamente um processo penal. Nós não estamos aqui julgando situações com vistas à imposição de penas a eventuais culpados. Não é a fase desta nossa Comissão, não é o papel dela nesta fase, portanto, imputar penas a eventuais culpados.

Nós estamos, sim — e fizemos esse trabalho durante esse período —, colhendo elementos que pudessem, no futuro, após todo o trabalho realizado, e o trabalho de outros órgãos, em especial, indicar ao Ministério Público, ao Poder Judiciário para levar, para oferecer denúncia, ainda mais frente à condenação de alguém. Se, na fase final, nós recomendássemos para uma fase processual, aí, sim, haver, portanto, a denúncia e o julgamento.

Nesta fase, então, que nós nos encontramos — e aí são as minhas preocupações —, neste momento pré-processual da nossa Comissão, meu caro Presidente, portanto, não há o que se falar, como alguns aqui falaram, de modo algum — e aí, Deputado Carlos Zarattini, V.Exa. mesmo disse isso —, no adágio *in dubio pro reo*. Ora, tal princípio é num processo penal, é próprio da fase efetivamente processual, da análise das provas, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. Se falar em *in dubio pro reo* nos casos em que oferecida a denúncia, é produzir as provas perante o juiz. Nós não estamos nessa fase aqui. Portanto, quando se falou em relação à condição do BNDES, da dúvida em relação ao BNDES, nós não estamos ainda nessa fase, não alcançamos a certeza quanto à responsabilidade deste denunciado.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, preocupa-me. Na fase em que nós estamos a cuidar, portanto, nesta fase, a fase processual em que o adágio próprio diz que é o *in dubio pro societate*, pelo qual se afirma que, havendo indícios de irregularidades, suspeitas, dúvidas, a apuração deve prosseguir, como esta CPI está encaminhando aos órgãos competentes os elementos que encontrou, indicando os possíveis indiciados.



Assim, eu queria sugerir, até para que o resultado dela não seja o resultado como muitos dizem e afirmam que é de uma *pizza* geral — eu não sou nenhum *pizzaiolo*, portanto, não participo e sei que a maioria dos Deputados aqui não participam desse esforço — talvez seja o mais razoável, Deputados da base do Governo, e o PSB tem independência para falar isso, talvez seja o mais razoável, por essas razões, adotarmos ou apoiarmos a iniciativa do Deputado Melles, para que possamos interromper os trabalhos brevemente. E aí, na suspensão, nós vamos trabalhar conjuntamente com o Relator a reformulação da conclusão do seu parecer, no sentido de fazer com que o trabalho da CPI subsidie os órgãos encarregados para prosseguirem na investigação de fatos que efetivamente foram encontrados. Aqui não estamos criminalizando, mas propondo um caminho para investigar empresas e, eventualmente, um ou outro servidor que cometeu ilícito.

Talvez seja o momento apropriado para, a partir do trabalho minucioso, dedicado, consistente e tecnicamente perfeito que o nosso Relator realizou, nós — tanto os Deputados da base do Governo, quanto os do PSB, como partido independente, quanto os próprios Deputados de oposição — tenhamos a possibilidade de encontrar um ponto de equilíbrio, uma convergência mínima, para que o relatório não sofra com o que ele se propôs a realizar. E é um relatório robusto, um relatório rico, um relatório que nos daria ao término um encaminhamento, a partir de uma modificação consensual ou não, mas com a possibilidade de ser aprovado majoritariamente, com a consciência e com a vontade de todos, inclusive a minha, de termos um relatório que finalmente aponte para outro caminho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Bebeto.

O próximo orador inscrito é o Deputado Givaldo Vieira.

O SR. DEPUTADO GIVALDO VIEIRA - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, inicialmente quero cumprimentá-lo pelo trabalho desempenhado até aqui. Reconheço que é uma tarefa espinhosa. Acho que V.Exa. se portou de maneira firme e, ao mesmo tempo, respeitosa, pelo menos nas oportunidades que acompanhei aqui nesta Casa.



Cumprimento o Relator, Deputado José Rocha, especialmente pela sua dedicação a este trabalho, trabalho difícil, presente em todos os momentos, estudioso, atencioso, procurou observar os demais sub-relatórios e trouxe um relatório extenso, detalhado, com muitas informações. Acho que V.Exa. trouxe as conclusões possíveis, corretas, diante de tudo o que se colocou.

Nós estamos chegando ao final de uma CPI destinada a apurar possíveis irregularidades no BNDES. Fato é que, após os mais de 200 dias de trabalho, mais de 40 depoentes, das diversas quebras de sigilo, das pilhas de material e de documentos encaminhados a esta CPI, do apoio do TCU, não se chegou a nenhum elemento de prova que permita fazer o que deseja a Oposição, ou parte dela, que é indiciar pessoas.

Nós até temos no Brasil hoje em voga a figura da prisão preventiva, muito utilizada até de forma exagerada nesta Operação Lava-Jato, porque, muitas vezes, se prende primeiro, para depois forçar uma delação e se investigar. Aqui, nós não podemos ter a figura do indiciamento preventivo. Não há elementos. Nós não podemos fazer o indiciamento de pessoas contra as quais não há elementos e provas, nem fatos concretos a se descrever.

Ouvi alguém da Oposição dizer que está com a consciência tranquila para votar um relatório à parte, propondo o indiciamento de pessoas. Eu estou com a minha consciência tranquila, porque vou votar com o seu relatório, consciente de que, não havendo provas, não há por que se falar em indiciamento. Na verdade, o que nós verificamos aqui é que esta CPI se transformou em mais um palco da luta política hoje travada no País, uma dura luta entre a Oposição, liderada pelo PSDB e seus aliados, e o Governo, que foram os protagonistas dessa disputa política.

Aliás, Presidente, eu acho que nós perdemos a oportunidade neste momento, porque se esta CPI, cujo foco sempre foi atingir o Presidente Lula, atingir o PT, atingir o Governo, até na sua definição, colocando o seu tempo de 2003 a 2015, tivesse tido a oportunidade de verificar o que aconteceu antes de 2003, quando a Oposição, aqui representada pelo PSDB, governou este País, nós iríamos ver aqui um grande choque entre as realidades deste banco antes e, agora, neste Governo.

A Oposição está estarrecida, porque esperava aqui um banco enlameado, um banco cheio de problemas, para que pudesse, sobre esses problemas, fazer o seu



palanque, palanque este que não se interessa pela situação da nossa população. Lembro aquela figura de Nero ao incendiar Roma, querem incendiar o Brasil!

Se aumenta um pouquinho o desemprego, há uma festa aqui em alguns setores! Se há rebaixamento do País, comemora-se. E muitos esperavam aqui ver um banco cheio de problemas. Até porque, se olharmos como trataram este banco no passado, e aqui já foi dito pelo Deputado Diego, usaram, sim, este banco para financiar a “privataria” tucana neste País!

Em moeda podre, entregaram o nosso patrimônio: a Vale e tantas outras empresas públicas a preço de banana! E, em vez de financiar o País, a Pátria, o seu desenvolvimento, usaram o banco para esse propósito, como desejam, agora, na trilha do embate da questão da PETROBRAS: um projeto do Senador José Serra com a intenção de entregar também patrimônios como este à iniciativa privada.

É da concepção dos tucanos não acreditar no êxito daquilo que é público, de trabalhar o entreguismo do nosso patrimônio ao capital internacional! Mas eu, se este desfecho deixa a Oposição — parte da Oposição — aqui, entristecida, frustrada, eu, como brasileiro, fico feliz ao ver que o banco, ao final de todo esse teste, de inúmeros depoimentos, de todo tipo de documentação e inquirições, de quebras de sigilo, nós concluímos que é um banco com as mais baixas inadimplências do mundo, um dos mais eficientes; um banco que está financiando o desenvolvimento nacional, um banco que caminhou para distribuir e pulverizar esses recursos para as micro e pequenas empresas.

Então, se há neles uma frustração, a mim, como brasileiro, como cidadão, eu me encho de orgulho, porque eu desejei este desfecho, que neste banco não houvesse problemas, porque se há algo com o que nós não podemos compactuar é com a corrupção, com irregularidades, com irregularidades graves, com o descaminho do dinheiro público, com favorecimentos.

Se aqui houvesse irregularidades, nós não poderíamos ter outro comportamento que não o de encaminhá-las às sanções necessárias, encaminhá-las para o indiciamento dos responsáveis, mas fico feliz por isso não ter acontecido. Fico feliz por ser um banco exitoso, e acho que nós podemos...

Não houve motivos para esta CPI acontecer, mas aconteceu, houve um gasto enorme do nosso tempo, houve um gasto enorme de recursos aqui da Câmara —



com pessoal, técnicos qualificados, passagens de depoentes, de técnicos do TCU, enfim —, mas ela aconteceu.

Se para algo ela pode servir de bom, precisamos, então, olhar para esse banco e, aí, sim, os seus encaminhamentos, ilustre Relator, vão nesse sentido: não quer dizer que o banco, como está, esteja excelente, não. É preciso, então, aproveitar toda esta oportunidade e enxergar o banco por dentro para fazer os apontamentos para que ele seja melhor, porque ele pode ser melhor.

O caminho para ampliar o atendimento ao pequeno e ao micro empresário no Brasil, ao pequeno empreendedor, é um caminho que, a meu ver, o banco deve continuar trilhando, deve avançar para sustentar a economia neste momento de crise.

O BNDES é nosso instrumento de desenvolvimento econômico e um instrumento anticrise. Ele foi usado, nesses anos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, como um instrumento anticrise. O BNDES puxou a alavancagem do financiamento de empréstimos do Brasil, foi o vetor público para garantir os empréstimos, porque o crédito estava sendo atacado com a crise nos Estados Unidos, o coração do capitalismo. Foi uma crise de confiança, atacou o crédito, e nós precisamos de crédito a baixo custo, justo e de interesse nacional para o nosso desenvolvimento.

Sr. Presidente, eu já ouvi várias opiniões aqui. Boas análises foram feitas até por membros que não são ligados ao Governo, ao PT, como o Deputado Edio Lopes, que fez uma análise muito sensata e me dou por satisfeito com essas análises.

Portanto, aponto aqui que, com meu voto, devo acompanhar o relatório de V.Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu é que agradeço, Deputado Givaldo Vieira.

Passo a palavra ao Deputado Bilac Pinto.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta; Deputado Miguel Haddad, que já não se encontra mais aqui conosco; Deputado



José Rocha, eu quero, neste primeiro momento, parabenizá-los pelo trabalho extraordinário que fizeram no decorrer desta CPI.

Quero também elogiar o seu relatório, Deputado José Rocha, ainda que possa dele discordar em alguns pontos que aqui irei enumerar. Mas o seu relatório consiste num trabalho arduo, com mérito, com inteligência, cuja conclusão já nos foi apresentada. Espero que possamos ainda dar uma contribuição para que V.Exa. também reveja algumas sugestões e quem sabe até incorporá-las.

Quero cumprimentar toda a nossa assessoria, que trabalhou conosco durante todo esse período e fez um esforço enorme para que pudéssemos chegar às nossas conclusões. A Comissão Parlamentar de Inquérito foi aberta para avaliar supostas irregularidades no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social, entre 2003 e 2015, relacionadas principalmente a esses empréstimos suspeitos que feriram e muito o nosso povo.

Eu quero fazer aqui, Sr. Presidente, algumas considerações que julgo relevantes. O Brasil passa por uma crise enorme, uma crise de valores, e cabe a esta Casa, ao Congresso Nacional efetivamente, dar uma resposta à nossa sociedade. Nunca houve tamanho escândalo de corrupção envolvendo, ao lado e dentro do Governo como o que estamos vendo atualmente. Esta CPI, com todo o trabalho que foi feito, realizou um trabalho hercúleo.

Em primeiro lugar, nós identificamos vários obstáculos com somas elevadas de recursos públicos financiando empresas — a meu ver, duvidosas — que foram beneficiadas com o apoio do crédito do BNDES, firmando-se dentro do mercado, principalmente, focando-se em empresas menores. Muitas delas chegaram até à falência. São empresas que, de certa forma, poderiam estar dando hoje grande contribuição, gerando emprego, pagando impostos em nosso País.

Projetos mal feitos, e aqui eu gosto de citar exemplos, como a Refinaria Abreu e Lima e a Usina São Fernando. Todos nós sabemos o desfecho dos empréstimos que foram para essas duas pessoas jurídicas que, de certa forma, deixaram muito a sociedade brasileira à margem daquilo que deveria ser objeto do seu funcionamento e, principalmente, com a utilização dos recursos públicos.

Quero aqui chamar atenção também para os financiamentos aos países ideologicamente alinhados com este Governo. Aqui quero citar pontualmente a



Venezuela, que recebeu 4,3 bilhões de dólares para fazer obras com empresa nossas naquele país, que vem estatizando todas as suas empresas, vem fazendo com que as empresas estrangeiras lá instaladas, que acreditaram naquele governo também, sejam estatizadas. E, com isso, trouxe um reverso no sistema econômico naquele país, e o Brasil vem apoiando com financiamentos e recursos do nosso BNDES.

Infelizmente, não tivemos, nesta CPI, tempo suficiente para fazer uma avaliação correta de todos os documentos que nos foram encaminhados. Isso nos deixa um pouco mancos para fazer a conclusão de nossos trabalhos, Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta.

Eu quero fazer aqui uma reflexão em relação a alguns depoimentos feitos aqui: uns concordando, outros discordando. O Deputado Edio Lopes, com muita presteza, disse do lucro e da rentabilidade do BNDES no último período, quando foi fechado o balanço. Citou o lucro e a rentabilidade das ações de algumas empresas por ele financiadas.

Ora, eu particularmente fico muito feliz com o fato de que o banco tenha tido bom desempenho, o que não quer dizer que não tenha havido tráfico de influência para determinados financiamentos que o banco fez, ou que o banco tenha aportado recursos públicos. Uma coisa é o banco efetivamente ter rentabilidade, as empresas que ele financiou e para as quais emprestou recursos públicos terem se valorizado na Bolsa, outra coisa é nós termos detectado, como aqui foi detectado por diversos depoimentos, o tráfico de influência para financiar grandes empresas em detrimento do financiamento de pequenas e médias empresas neste País.

Deputado José Rocha, há nesse caso uma inversão de valores e, no relatório de V.Exa., espero que esteja efetivamente contemplada uma mudança da política institucionalizada por parte do BNDES. Que possamos, diante dessa política de financiar grandes empresas, denominada com o jargão de campeãs nacionais, promover uma inversão disso, fazendo com que as pequenas e médias empresas dos diversos segmentos da economia brasileira possam também ser financiadas.

Eu concluiria a minha fala fazendo essas sugestões de mudanças institucionais e elogiando efetivamente o papel do BNDES na economia brasileira. Essa política de fortalecimento e de criação de campeãs nacionais é, a meu ver,



uma política fracassada, comprovadamente com tráfico de influência. E eu peço que as concessões de empréstimo do BNDES sejam reavaliadas.

E solicito também a V.Exa. — tenho certeza de que isso constará em seu relatório — que as conclusões feitas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito sejam encaminhadas, a fim de que possam dar continuidade, ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União.

Finalizo parabenizando V.Exa. pelo trabalho na relatoria, Deputado José Rocha, apesar de achar também, na condição de membro desta CPI, que nós teríamos condições, sim, de fazer alguns indiciamentos. No mais, eu quero cumprimentá-lo e parabenizo V.Exas., que conduziram esse brilhante trabalho na CPI do BNDES.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Permita-me dizer, ilustre Deputado Bilac Pinto, que em nosso relatório eu procuro homenagear V.Exa. em um segmento no qual tem muita intimidade. Eu recomendo o estabelecimento de linhas de financiamento para projetos em ciência, tecnologia e inovação que estimulem pesquisas em regiões carentes de desenvolvimento, a exemplo do Semiárido brasileiro, priorizando médios e pequenos empreendedores.

Sei que V.Exa. tem estreita intimidade com esse tema, visto que foi Secretário nessa área por duas vezes em seu Estado.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Eu tive a honra, ilustre Relator, de ser Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no Governo Aécio Neves. Então, é uma área com que convivemos, que conhecemos. É carente e necessita — e muito — de financiamentos por parte dos órgãos públicos e dos bancos de fomento para pesquisas.

Muito obrigado pela deferência de V.Exa. ao meu nome no seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Caio Narcio) - Parabéns pelas palavras, Deputado Bilac Pinto, meu conterrâneo de Minas Gerais.

Com a palavra o também meu conterrâneo de Minas Gerais, Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Obrigado, Sr. Presidente.



Para nós é uma honra ter V.Exa. presidindo esta sessão. Quero cumprimentar o Relator, Deputado José Rocha, o nosso Presidente, Deputado Marcos Rotta, os colegas Deputados, o Deputado Aelton Freitas, e o meu conterrâneo Deputado Bilac Pinto.

Primeiro, acho que o BNDES cumpriu um papel, cumpriu uma missão nesses últimos anos. Mesmo a política das campeãs nacionais deu e teve um resultado do ponto de vista de geração de novas oportunidades, de novos empregos e também projetou alguns setores importantes da economia brasileira. E aqui é bom destacar que isso não foi uma invenção do meu Governo, do Governo do Presidente Lula ou da Presidenta Dilma. Isso começou no Governo anterior, no Governo Fernando Henrique Cardoso, com Mendonça de Barros, que também sinalizava que havia setores importantes, em especial, o agronegócio, o setor de carnes, que precisava ser mais organizado e precisava de uma política específica.

Afinal, é bom destacar aqui que todos os brasileiros deveriam ter orgulho do BNDES. Agora, a disputa aqui talvez seja qual é o papel que o BNDES deve desenvolver neste momento da economia brasileira, em especial na conjuntura atual. É evidente que poderia aqui defender o PSI, defender as ações de Guido Mantega, porque, no final de 2008 a 2014, nós geramos 10 milhões de novos empregos. Os aportes do BNDES cumpriram seu papel, até porque a inadimplência foi muito pequena. Mas é evidente que, ao olhar para frente, e baseado na conjuntura nacional e internacional, é uma ilusão, tanto do Governo quanto da Oposição, achar que a nossa saída para a crise econômica vai cair do céu ou virá de outro País. A realidade é que a nossa saída está aqui dentro do Brasil: é continuar de fato ampliando e distribuindo melhor a renda, é continuar ampliando o mercado interno, é continuar empoderando os trabalhadores brasileiros. Para isso, é verdade — nós temos de admitir, e o próprio Relator sinaliza isso no seu relatório —, se fazem necessárias algumas recomendações, como a de um reposicionamento das principais ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o que é extremamente importante. É importante do ponto de vista das ações para os entes da Federação, para os Estados e para os Municípios e, em especial, para os Municípios brasileiros. Nós estamos enfrentando a epidemia do zika e da microcefalia como consequência, que sinalizam, do ponto de vista da política da



prevenção, um forte esforço do atual Governo de criar uma política de investimento e saneamento sanitário, de tratamento de água e esgoto, mas muito aquém do que precisam os nossos Municípios. Os Municípios, às vezes, não têm condição nem de elaborar o projeto executivo e, menos ainda, de executar a obra. É evidente que precisamos pensar. Só existe uma saída para retomar a geração de empregos e retomar a possibilidade de crescimento: é radicalizarmos o fortalecimento do mercado interno brasileiro, um mercado muito grande, um mercado importante, que tem de ser mais empoderado, e aí, o BNDES entra com um papel fundamental, com políticas públicas, com investimentos nos Municípios, às vezes, em pequenas obras. Obras em pequena empresas geram muita mão de obra, programas como o Minha Casa, Minha Vida, que a Presidenta ainda não anunciou, ou melhor, já anunciou, mas até agora não alocou recursos para a terceira fase, geram mão de obra não tão qualificada, mas importante para uma parcela da população brasileira e gera um efeito imediato. As obras, do ponto de vista do saneamento. É uma vergonha para este País e para todos nós, para todos os agentes da política, dizer que é em 2060 que nós temos uma possibilidade de universalizar o saneamento para o povo brasileiro. Também do ponto de vista de um setor, que, em qualquer situação, seja de crescimento ou de retração, mantém uma relação mais direta com os seus funcionários, com os seus colaboradores, surge essa experiência extraordinária do microempreendedor individual, e já são 5 milhões no Brasil, e de vários setores que hoje se organizam como pessoa jurídica e não só melhoram o seu acesso ao crédito, mas também melhoram a situação com seu colaborador, porque garantem um novo sistema tributário para aquele que compõe o investimento, porque mesmo sendo micro é um empreendedor. O brasileiro é muito criativo, já superou muitas crises.

De outro lado, há uma perspectiva extraordinária quando estudamos a empregabilidade no Brasil e quem de fato mantém os postos, as ocupações, que não são as grandes corporações, que não são as grandes empresas. Concordo que alguém tem sempre que pagar a conta, mas elas são muito vulneráveis às crises internacionais e, geralmente, muito dependentes dos grandes empréstimos dos bancos de fomento no Brasil. Isto é verdade. Não que isso no passado não tenha



sido importante, mas, de fato, tem pouco sentimento, vamos dizer assim, porque geralmente o capital não tem nação, não tem coração, não tem pátria.

Então, com essa perspectiva, nós podemos fazer outro arranjo econômico para o País. Em vez de matar a nossa galinha dos ovos de ouro, o BNDES, um banco estratégico, nós podemos buscar outro direcionamento. Inclusive o BNDES já deu uma sinalização dessa nova conduta, dessa postura, na retomada do nosso Conselho, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, nessa perspectiva.

De fato, eu acho que não dá para julgar no pessimismo, não dá para ficar apostando no quanto pior melhor. Eu acho que todos nós, Governo e Oposição, temos uma responsabilidade. A sociedade espera que façamos aqui os enfrentamentos e que cada um tenha as suas convicções. Mas uma convicção o povo brasileiro espera de todos nós: que tanto o Governo, que tem mais responsabilidade, quanto a Oposição possam trazer novas ideias.

Acredito que o relatório apontou nessa direção, Deputado José Rocha, porque sinaliza e reconhece que não tem como fazer indiciamento, fazer algum tipo de encaminhamento, condenar ex-diretores do banco, porque, de fato, seria meramente uma perseguição política e seria uma atitude injusta, porque não temos provas robustas para tal.

Então, essa perspectiva vale muito mais, porque, às vezes, nós que somos membros de uma CPI achamos que o mérito é a quantidade de pessoas indiciadas. Talvez a mídia tenha responsabilidade nessa conduta, porque ela geralmente trata tudo de maneira superficial. A mídia compreende pouco os temas, tem pouquíssima consistência e suas matérias são muito malfeitas. E hoje, pior ainda, nós estamos vivendo com uma mídia extremamente seletiva e algumas de suas matérias realmente não se sustentam.

Nesse sentido, é evidente que podemos ser questionados nessa direção, por acharem que o melhor encaminhamento seria cometer injustiça e jogar para a torcida, até porque a CPI não faz indiciamento, mas encaminha o indiciamento. Então, nessa perspectiva, eu acho que está muito mais correto o relatório que aponta algumas recomendações e novas formas de governança.

Portanto, eu quero aqui dizer que o meu voto é favorável. Com certeza o BNDES sai mais forte desse processo, desta CPI. E, ao sair mais forte, evidente



com a sensibilidade dos diretores e do seu corpo técnico, extremamente competentes, e com a nova realidade econômica brasileira e do mundo, poderá ter um novo papel.

Espero que o BNDES passe a compreender essa nova conjuntura e, de fato, como vários colegas da Oposição aqui defenderam; que tenha um olhar para as pequenas e médias obras; que seja um braço mais forte — menos burocrático — dos entes federativos, em especial dos Municípios, que dependem tanto e tanto de novos investimentos; que haja uma política de médio e longo prazo; que haja taxas subsidiadas; e que seja também sempre muito seguro do ponto de vista do retorno.

Se hoje a inadimplência no BNDES é baixa, que venha uma política para financiar as obras, gerar mais oportunidades e resolver problemas históricos do Brasil e também trazer uma garantia, porque, se os entes federados recebem tributos, esse seria um empréstimo sem nenhum risco.

Também é preciso que o BNDES ouse um pouco mais na perspectiva de fortalecer esse setor da economia brasileira que é muito democrático, que não concentra renda, que gera oportunidade ao povo brasileiro e que é extremamente estratégico neste momento de restrição internacional e nesta crise que vive o capitalismo mundial.

Nunca se concentrou tanta renda no mundo — 64 famílias do mundo concentram 50% do PIB internacional. Esse próprio modelo é insustentável. Para ele crescer terá que distribuir. Eu tenho dito que o mundo precisa mais de distribuição do que de crescimento. A população mundial está diminuindo, a população brasileira também está envelhecendo e vai diminuir. Portanto, um novo modelo econômico é imperativo e fundamental para que possamos continuar gerando oportunidade para as pessoas.

Nesse sentido, Deputado José Rocha, quero dizer que ser Relator é uma missão, é fazer escolhas. A escolha que V.Exa. fez foi a de ser justo e, a partir da contribuição de todos, de sintetizar em melhorias reais e concretas para o funcionamento do BNDES e, em especial, para a melhoria do País.

Eu quero parabenizá-lo e também parabenizar o Deputado Marcos Rotta, porque presidir não é fácil, inclusive presidir a todos nós, que temos vários olhares, e às vezes podemos ser mal interpretados por achar que temos uma tendência para



um olhar ou outro. Mas eu quero dizer que V.Exa. se manteve sempre bem imparcial e, com certeza, cumpriu a missão de presidir esta CPI. Recém-chegado a esta Casa, com um mandato, V.Exa. tem feito um trabalho brilhante. Eu tenho certeza que o povo do seu Estado saberá reconhecer isso.

Parabéns, Deputado Marcos Rotta!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Muito obrigado, Deputado Reginaldo Lopes, pela elegância das palavras de V.Exa.

Sras. e Srs. Parlamentares, nós já vencemos algumas etapas. A primeira etapa foi a leitura do relatório. Nós finalizamos, neste momento, a discussão. Eu vou passar agora a palavra para o Relator, que fará a réplica, a fim de ele possa fazer as suas considerações a respeito dos posicionamentos e dos comentários que foram a ele dirigidos com relação à concepção do relatório final. O Relator terá 20 minutos.

Nós estamos abrindo o espaço para que o Relator possa inclusive informar a esta Casa, aos seus membros, a esta Comissão alterações que possivelmente possam ter sido feitas no relatório final.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado José Rocha, para a réplica.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente Marcos Rotta, Sr. Primeiro Vice-Presidente Miguel Haddad, Sr. Segundo Vice-Presidente Carlos Zarattini, Sr. Terceiro Vice-Presidente Marcelo Squassoni, Srs. Sub-Relatores Alexandre Baldy, André Fufuca, Andre Moura e Cristiane Brasil, quero cumprimentá-los, assim como cumprimentar a imprensa, que durante todo esse tempo nos acompanhou aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sras. e Srs. Parlamentares, eis que chega ao fim a nossa jornada, depois de percorrermos mais de 200 dias de trabalho — mais de 14 milhões de páginas de documentos chegaram a esta Comissão —, jornada destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES, um dos três maiores bancos de fomento do mundo.

Faço questão de aqui ressaltar que o requerimento da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI tem a finalidade de investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, e não investigar irregularidades. Supostas irregularidades! Chamo bastante atenção para isso, para a finalização realmente do meu relatório.



Ao longo dos últimos meses, enfrentamos grandes e importantes desafios, mergulhando na análise de aspectos da atuação de um banco de desenvolvimento. E foi feito isso com muita serenidade, com muita firmeza e, sobretudo, com muita responsabilidade.

Durante esse período, foram consideráveis as dificuldades com que nos deparamos: a não contratação de empresa de auditoria, a escassez de tempo, a quantidade colossal de documentos que nos foram enviados, entre outros. Concordo com várias colocações de vários Sub-Relatores a esse respeito. Elas foram incorporadas ao texto final que apresentei a V.Exas., assim como foram incorporadas declarações de membros desta Comissão que fizeram referências aos empecilhos dos nossos trabalhos. Apesar disso, conseguimos avançar e apresentar respostas à sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, tratamos, no relatório apresentado a esta Comissão, de analisar detalhes complexos de operações de apoio financeiro realizadas pelo BNDES e reunir elementos que nos levaram a recomendar o envio do relatório para que o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União, em suas esferas de competência, prossigam com investigações, sem as amarras de tempo, típicas de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dessa maneira, optamos por encaminhar o relatório final e os documentos produzidos por esta CPI ao Ministério Público Federal, em vez de sugerir indiciamentos. E aqui faço um parêntese: por que não sugeri indiciamentos? Nós entendemos que começamos uma investigação a partir do zero, diferentemente do que ocorreu com a CPI do petrolão, que se iniciou a partir de inquérito policial de investigação feita pelo Ministério Público, já com processos bastante avançados na área da Justiça. E nós começamos sem ter elementos que pudessem nos basear, a não ser aquelas notícias de jornais da imprensa e os documentos que nós recebemos a partir dos requerimentos aprovados nesta Comissão. Consideramos a via eleita tão efetiva quanto a outra, com a vantagem de ser mais ponderada.

Ainda mais, eu cometeria ato de injustiça ou mesmo de parcialidade se pudesse aqui indicar indiciamento de pessoas que não foram ouvidas nesta Comissão, que não tiveram a oportunidade de se defender, e apenas pedir o indiciamento ouvindo apenas um lado da acusação.



Além de propor a continuidade de investigações, buscamos traçar um panorama geral para a disciplina de políticas públicas de direcionamento de créditos executados pelo BNDES; dedicamos atenção a temas como análise de efetividade, governança, regulação, controle e aspectos fiscais do financiamento de tal entidade.

Alguns desses tópicos que vou ter oportunidade de ler à frente, nunca haviam recebido a devida atenção por parte do Congresso Nacional, apesar de sua relevância inquestionável.

À luz de tal panorama, Sr. Presidente, sugerimos diversas reformas voltadas não apenas ao aprimoramento da atuação do BNDES, mas também a evitar que as suspeitas levantadas recentemente voltem a atormentar o País, ao menos no futuro próximo.

Por dever de justiça, destaco que diversas dessas reformas institucionais foram sugeridas pelos Sub-Relatores. Cuidamos da necessidade de transparência dos processos e decisões do BNDES, na Câmara de Comércio Exterior, no seu Comitê de Financiamento de Garantia das Exportações e da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias.

Tratamos da necessidade de isolamento político do BNDES, especialmente de sua diretoria. Procuramos identificar e conceber soluções para possíveis focos de conflitos de interesse que possam prejudicar a concepção e a execução de políticas públicas.

Advogamos o acesso dos órgãos de controle a todas as informações manejadas pelo BNDES — alcance talvez muito maior do que simples indicações de indiciamento.

Recomendamos a realização de análise de efetividade das operações firmadas pelo Banco de Desenvolvimento e apuração mais rigorosa dos custos dos projetos financiados.

Debruçamo-nos sobre aspectos fiscais relativos ao BNDES e também apresentamos propostas a esse respeito, com o fim de tutelar as contas públicas e a transparências sobre despesas e endividamento.

Diversos trechos dos Sub-Relatores foram incorporados ao relatório. Agradeço muito a todos aqueles que contribuíram para o enriquecimento do nosso



relatório, a exemplo dos relatórios dos Sub-Relatores que acolhemos em sua maioria no nosso relatório.

Enfim, Sr. Presidente, tanto quanto possível, procuramos fazer com que a relatoria refletisse os debates travados nas reuniões desta Comissão e as valorosas contribuições dos seus Sub-Relatores e de todos os seus membros.

Quero aqui enumerar algumas dessas recomendações:

Determinar que as metas para as operações do BNDES devem estar à disposição dos órgãos de controle.

Estabelecer linhas de financiamento para projetos em ciência, tecnologia e inovação que estimulem pesquisa em regiões carentes de desenvolvimento, a exemplo do Semiárido brasileiro, priorizando médios e pequenos empreendedores, meu caro Deputado Bilac Pinto.

Considerar a possibilidade de reserva de parte dos recursos disponíveis para o BNDES para que tais análises sejam produzidas, ainda que por órgãos que não estejam compreendidos na estrutura do banco estatal.

O estabelecimento de alguns impedimentos à concessão de crédito pelo BNDES, de modo a evitar dúvidas ou suspeitas sobre a sua moralidade, também é uma medida a ser considerada. Cogita-se a viabilidade de se vedar a concessão de crédito pelo BNDES a empresas que, em determinado período anterior à apresentação de carta-consulta ao banco estatal, hajam contratado consultorias integradas por membros de partidos políticos, conselheiros ou diretores do banco ou por seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

O BNDES e outros órgãos e entidades com capacidade institucional para análise de temas financeiros devem ter à sua disposição vias para debater fundamentalmente o acerto e diretrizes políticas estabelecidas por Ministérios, pela CAMEX e pelo próprio Conselho de Administração da instituição financeira estatal, propondo alternativas mais adequadas ao alcance dos fins pretendidos pelo Estado.

Na autonomia dos executores de políticas públicas, governança e regulação, dentre tantas recomendações, eu aqui ressalto que o BNDES deve implementar programa de cooperação técnica anual com a CGU e o TCU, em torno de temas específicos e relevantes para as políticas públicas, principalmente aquelas



associadas a modelagens de financiamento de projetos de infraestrutura e em temas associados a monitoramento e avaliação de economicidade e efetividade.

Recomenda-se ao BNDES fortalecer seu plano de trabalho de efetividade, inclusive com a contratação de avaliadores externos, auditorias e consultorias independentes, de notório reconhecimento, para o monitoramento e acompanhamento de resultados de projeto que permitam a aferição do êxito das ações em relação às políticas públicas, a prestação de contas e, principalmente, o aprendizado interno para aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela instituição ao País.

A estrutura administrativa do BNDES, hoje dividida entre Rio de Janeiro e Brasília, deve ser transferida para a capital do País, de modo a facilitar a coordenação das atividades operacionais do banco às estratégias definidas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e pelo Ministério da Fazenda, a exemplos da bem-sucedida experiência com os demais bancos públicos federais.

Recomenda-se ao BNDES a abertura de conta específica para recebimento de recursos originários de operações que dizem respeito a cada projeto ou contrato financiado com dinheiro público. Isto objetiva aprimorar a transparência, permitindo a investigação e o rastreamento da aplicação desses recursos.

Recomendam-se modificações nos processos de governança do banco, de modo a permitir a perfeita aferição da conveniência do investimento de recursos públicos em cada empreendimento — sugestão da Deputada Cristiane Brasil.

Recomenda-se a adoção de práticas institucionais de avaliação da efetividade do financiamento dos empreendimentos no que concerne ao atingimento dos alvos traçados com sua concessão, bem como das externalidades (positivas e negativas) decorrentes da atuação do banco — também sugestão da Deputada Cristiane Brasil.

Recomenda-se ao BNDES que os projetos financiados com recursos referenciados em TJLP sejam destinados a programas do setor público. Vejam o alcance dessa recomendação.

Que as atas de suas reuniões devem ser publicadas, com supressão de informações sigilosas.



Decisões relativas à alocação de recursos públicos devem ser fundamentadas com a indicação dos seus objetivos, de modo a permitir a avaliação periódica dos resultados alcançados pela instituição financeira.

A capacitação técnica dos conselheiros — também uma sugestão importante entre tantas — deve ser compatível com as funções a serem por eles exercidas. Os conselheiros do BNDES devem estar sujeitos a todas as exigências previstas na Resolução CMN nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, inclusive a aprovação de seu nome pelo Banco Central, que atestará o preenchimento dos requisitos considerados necessários para a posse e o exercício de cargos em órgãos estatutários.

Assim, o Conselho do BNDES deve:

Reforçar atividades que assegurem a construção sólida de planos de trabalho;

Orientar que a administração do BNDES dê ampla visibilidade de suas prioridades e políticas operacionais assim como os procedimentos de avaliação de projetos;

Fortalecer suas atividades de monitoramento e acompanhamento dos planos de trabalho;

Acompanhar com atenção a utilização de recursos públicos do BNDES para assegurar sua economicidade e efetividade;

O Poder Executivo, no marco de suas competências, deve indicar para o Conselho de Administração do BNDES pessoas de reputação ilibada, comprovada competência e conhecimento de assuntos relacionados ao financiamento do desenvolvimento, que não mantenham relacionamentos com potenciais clientes ou mutuários privados que possam configurar conflito de interesse;

A aplicação de recursos do BNDES demanda atenção de seu Conselho de Administração. No marco de suas atribuições, definidas pela Lei das Sociedades Anônimas, este órgão deve assegurar que a alocação de recursos e os projetos aprovados pela diretoria seguem, estritamente, as diretrizes estratégicas da instituição, as políticas operacionais e os limites das políticas de risco de crédito.

Em relação à diretoria, devem ser adotados instrumentos de isolamento político para os diretores e suas decisões. Atualmente, nos termos do Estatuto do



BNDES, os diretores são nomeados pelo Presidente da República e podem ser exonerados livremente a qualquer tempo.

A possibilidade de revisão de decisões da diretoria pelo Conselho de Administração, prevista no Estatuto, deve ser repensada. Em possível novo modelo, o Conselho de Administração poderia anular decisões da diretoria, mas não decidir em seu lugar. A anulação das decisões dependeria de fundamentação que indicasse a desconformidade da ação dos administradores da instituição com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho.

Dessa maneira, a diretoria deveria retomar a análise da matéria, enfrentando os argumentos apresentando órgão de deliberação superior.

Em relação à BNDESPAR, consideramos recomendável a realização de auditoria de natureza operacional pelo TCU para avaliar a governança das operações realizadas pela BNDESPAR.

Sendo seu principal instrumento de investimento de risco, em renda variável, a BNDESPAR deve assegurar: a explicitação clara e transparente de suas prioridades; as externalidades esperadas dos investimentos em renda variável; o monitoramento e avaliação dos resultados de suas aplicações.

A BNDESPAR deve explicitar uma política de conselheiros que contribua para fortalecer a governança em suas empresas investidas e as externalidades esperadas em seus critérios de aplicação de recursos.

A política de renda variável do BNDES deve explicitar, de modo inequívoco, as externalidades esperadas de seus investimentos. A instituição deve monitorar e avaliar os impactos destes investimentos para aferir o êxito de suas ações, a prestação de contas e, principalmente, o aprendizado interno para aumentar a eficiência e a qualidade dos investimentos em renda variável e sua contribuição aos objetivos estratégicos do BNDES.

Com relação à CAMEX, consideramos recomendável a realização de auditoria de natureza operacional pelo TCU, para avaliar a governança de políticas públicas relativas ao comércio exterior desenvolvidas no âmbito da CAMEX.

Destaco outras recomendações com relação à CAMEX:

O BNDES deve escolher o Brasil como fórum para dirimir desavenças em projetos de exportação, aqui tanto colocado pelos ilustres membros da Oposição. No



mínimo, o BNDES deve negociar com os clientes importadores, sejam eles entidades privadas ou públicas, a eleição de um terceiro fórum e que este seja amplamente reconhecido como fórum neutro e eficaz.

Em relação à ABGF.

A Agência Brasileira de Fundos Garantidores e Garantias e os fundos por ela administrados devem estar submetidos a regras prudenciais e/ou atuariais tão rigorosas quanto aquelas aplicáveis a agentes econômicos que, assim como eles, estão expostos a risco de crédito. Tal medida é importante para evitar exposição exagerada do Tesouro Nacional, o que pode comprometer as contas públicas e a estabilidade econômica nacional.

O Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações — COFIG, sendo o órgão que define parâmetros para a execução de financiamentos à exportação pelo BNDES e de garantias do FGE, deve nortear-se pelas melhores práticas de seus congêneres internacionais e implementar ações que assegurem a agilidade, a eficiência e a efetividade de seus instrumentos de apoio.

Controle e transparência.

Dentre tantas enumeradas, permitam-me destacar:

O BNDES deve acordar com a CGU procedimentos de transferência de sigilo e implementar um plano de cooperação técnica proativo e preventivo que antecipe e indique caminhos para o efetivo financiamento do desenvolvimento brasileiro.

Em relação à análise detalhada de custo de projetos financiados, maior atenção deve ser despendida para a análise de custos dos projetos financiados pelo BNDES. As rubricas apresentadas pelos candidatos a tomar crédito, por exemplo, serviços, devem ter seus componentes discriminados, de modo a possibilitar avaliações internas do BNDES e o trabalho dos órgãos de controle. A definição de procedimentos quanto a este ponto pode ser feita em conjunto por BNDES e TCU.

Órgãos do sistema financeiro de relacionamento com BNDES e aspectos fiscais.

Entre as várias recomendações, permitam-me destacar:

Com efeito, o custo financeiro correspondente a diferença entre as taxas de captação do tesouro nacional e a TJLP que remunera os empréstimos feitos ao BNDES é de aferição fácil e direta. Esses custos tenderão a cair à medida que a



taxa SELIC possa vir a ser reduzida no futuro em função da queda esperada da inflação — e aqui temos dois projetos de lei apresentados por Deputados da Oposição que haveremos de atender.

Encaminhamento ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União.

Acredito que essas medidas se superam.

Peço a compreensão dos Deputados que aqui elogiaram o conteúdo do nosso trabalho — agradeço a todos eles, Deputado Caio Narcio, Deputado Betinho Gomes, Deputado Alexandre Baldy, Deputado Miguel Haddad e todos os outros — e que, na conclusão, discordam pelo não pedido de indiciamento de determinadas pessoas.

Imaginem os senhores se eu fosse aqui pedir indiciamento de três, quatro, cinco, seis pessoas, iam criticar porque não pedi indiciamento das outras dez, vinte, trinta pessoas que poderiam ser indiciadas. Jamais iria contentar aqueles que tanto bateram na tecla do pedido de indiciamentos. Mas fomos firmes e criteriosos no encaminhamento ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União.

Passo a ler as alterações que foram feitas para conhecimentos dos Srs. Parlamentares.

No encaminhamento ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União, quero ressaltar que as análises realizadas por esta CPI revelaram circunstâncias a que órgãos estatais de controle podem dedicar atenção, livres das limitações temporais impostas a esse trabalho.

Em vista das constatações apresentadas acima, votamos pelo encaminhamento do presente relatório, com as observações nele constantes para subsidiar os trabalhos de análise e investigação que já estão em curso, assim como disponibilizar os respectivos documentos relacionados a tais investigações que estejam em poder desta CPI para os órgãos citados acima, TCU, MPU e CGU, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União e Controladoria-Geral da União, com ressalva, naturalmente, em relação aos documentos protegidos em lei pelo sigilo.

Recomendamos ainda que seja dada prioridade à tramitação do Projeto de Lei nº 3.466, de 2015, de autoria do Deputado Alexandre Baldy, que prevê a vedação de operações de financiamento realizadas pelo BNDES, quando o tomador



de crédito seja país considerado condescendente com o tráfico de drogas, de armas ou de pessoas; conivente com a lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; sujeito a regimes ditatoriais, não democráticos ou antidemocráticos; provedor de abrigo às operações terroristas internacionais; desrespeitador dos direitos humanos e mantenedor de presos políticos; praticante de tributação favorecida ou de regime fiscal diferenciado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Quero agradecer ao Sr. Relator, Deputado José Rocha, pela acolhida ao relatório final do nosso projeto de lei, para que dê encaminhamento à Mesa Diretora da nossa Casa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Isso será feito, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Agradeço a V.Exa. pela sensibilidade e pela atuação no relatório final. Solicito a V.Exa. que estenda essa acolhida às outras demandas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Com relação ao cálculo da TJLP, recomendamos seja dada prioridade à tramitação do Projeto de Lei nº 3.189, de 2015, de autoria do Deputado Alexandre Baldy, que prevê que, se a TJLP for inferior a 90%, a meta da taxa SELIC em vigor, no último dia do trimestre imediatamente anterior ao da vigência da TJLP, essa taxa seja fixada em 90% da taxa SELIC.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Agradeço a V.Exa. também pela acolhida desse importante projeto de lei.

A nossa intenção não é inviabilizar a TJLP para que ela se eleve à SELIC, mas, sim, sensibilizar o Banco Central para que reduza essa taxa, para que o subsídio que existe hoje, por parte do banco, na compensação entre o custo de captação do Tesouro Nacional e o desembolso feito pela TJLP realmente possa ser minimizado ou até suprimido. Então, essa é a nossa preocupação, assim como os empréstimos a países que têm essas atitudes questionáveis.

Aqui na Câmara dos Deputados ainda discutiremos projetos de lei que serão tratados com regimes diferenciados, para que nós possamos implementar essa política entre o Brasil, através do BNDES, e países que realmente respeitem a democracia, respeitem as atividades empreendedoras e, obviamente, as relações humanas.

Muito obrigado, Sr. Relator, Deputado José Rocha.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, após termos apresentado as nossas recomendações de encaminhamentos aos órgãos de controle do País e acolhido sugestões de encaminhamentos por parte de Deputados que falaram aqui da conclusão do nosso relatório, espero que ele tenha dado a sua colaboração, que se some a tantos outros e que seja aprovado.

Cumprimento todos os membros desta Comissão por seu trabalho e seu espírito público. Faço votos de que nossos esforços possam contribuir para que a atuação dessa importantíssima entidade brasileira, o BNDES, seja aprimorada.

Meus ilustres pares, era o que tinha a apresentar a V.Exas., reiterando os agradecimentos e o apelo aos Srs. Parlamentares para que possam caminhar na direção da aprovação deste relatório da CPI do BNDES.

Como disse inicialmente, ela foi requerida pelos ilustres Deputados Rubens Bueno, Carlos Sampaio e Mendonça Filho no sentido de apurar, de investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, e não no sentido de investigar irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao eminente Relator, Deputado José Rocha.

Vencida a etapa da leitura, da discussão do relatório e da réplica do Relator, passemos, agora, à votação simbólica.

Indago a V.Exas. se nós podemos suprimir o encaminhamento da votação e ir diretamente para a orientação dos partidos.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu queria utilizar o tempo de Líder.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, vamos encerrar e vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Peço que se manifeste um de cada vez, por gentileza.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Nós temos pouquíssimo tempo para votar.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu gostaria de dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós estamos aproveitando este momento, em que o Plenário não está deliberando. Uma vez iniciada a Ordem do Dia, nós vamos ter que suspender a nossa deliberação.

Então, indago a V.Exas. se nós podemos suprimir o encaminhamento da votação e irmos diretamente para a orientação dos partidos.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O PMDB concorda, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não podemos, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não há acordo?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não há acordo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Não, Sr. Presidente. Quero utilizar o tempo de Liderança.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Na realidade, Sr. Presidente, eu queria...

O SR. DEPUTADO BEBETO - Coloque o relatório em votação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Na verdade, Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, não há acordo, nós vamos ter que seguir o Regimento.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. quer falar já contrariamente à matéria?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, eu estou falando sobre a proposta de acordo.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Solicito o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, V.Exa. já disse que declinou do acordo. Então, não há acordo.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Se não há acordo, coloque o relatório em votação.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Mas, Sr. Presidente, agora não é para falar contra ou a favor; agora é para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - São dois a favor e dois contra. Quem deseja falar se manifeste.



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, gostaria de usar o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Na sequência, Deputado Betinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu me inscrevo para falar contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Foi iniciada a Ordem do Dia. Consulto a Secretaria da Mesa se, iniciada a Ordem do Dia, o Deputado Betinho pode usar o tempo de Liderança. *(Pausa.)*

V.Exa. tem a palavra por 8 minutos.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, nós gostaríamos de aqui tecer algumas considerações, em função da tréplica do Relator, e dizer que muito embora ele tenha feito o esforço de agregar ao seu relatório final algumas sugestões que partiram da própria Oposição, como o exemplo de propostas de lei que foram apresentadas pelo Deputado Alexandre Baldy, nós ainda consideramos que o relatório carece de uma conclusão mais efetiva.

Ouvi aqui, durante toda a manhã, a base do Governo afirmar que não há elementos ou indícios para indiciar quem quer que seja, e falei que órgãos de fiscalização, como o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União, apontam irregularidades. Evidentemente, esta CPI poderia ter dado essa contribuição de apontar as necessidades de investigar determinadas figuras que tenham a relação direta com o banco — uma decisão política —, seja os membros da diretoria, os que governaram o País durante muito tempo, seja aqueles empresários que eventualmente tenham se beneficiado desse favor, dessa gentileza governamental de ter privilégios, de ter seus processos, seus contratos sendo analisados, muitas vezes em tempo recorde.

Então, eu acho que era importante sinalizar para a sociedade que nós queremos um aperfeiçoamento da governança — e foi essa a grande preocupação do seu relatório. Mas nós queremos também dizer que há indícios que apontam para a necessidade de que determinadas figuras, determinados representantes do banco, alguns empresários pudessem ser observados com mais atenção. Acho que não vai haver esse desfecho.



E aqui não é nada de querer ter uma atitude radical, não é a intenção de ver o circo pegar fogo; é apenas a necessidade de mostrar que a CPI aponta um caminho de aprofundamento da investigação. Se o Relatório faz algumas sugestões, pode ser acatado ou não pelos órgãos que serão encaminhados, mas evidentemente nós queremos que esta orientação já seja dada.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Tem a mesma força do pedido de indiciamento, a mesma força.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Acho que seria importante que pudéssemos apontar essa posição da CPI, que nós tivéssemos já indicação de que são essas figuras que mereceriam uma apuração, um aprofundamento nas investigações.

Então, eu acho que a Oposição, melhor dizendo, tenho certeza de que a Oposição não tem condição de votar favoravelmente a este relatório, porque ele infelizmente deixa de fechar um ciclo, ele deixa de conectar algumas posições que seriam fundamentais.

Por isso, eu acho que devemos ter aqui um consenso dos nossos companheiros do PSDB e provavelmente dos Deputados da Oposição no sentido de votar pela rejeição do relatório, apoiando os votos em separado — sobretudo o do Deputado Alexandre Baldy e o do Deputado Sérgio Vidigal —, apoiando aqueles que buscam ir além de apenas fazer recomendações, por mais importantes e significativas que elas sejam, por mais bem-intencionadas que sejam, mas acho que seria preciso que nós tivéssemos essa posição mais afirmativa.

Nós estamos comprometidos com o BNDES forte. A Oposição não veio aqui para jogar lama no nome desse banco, dessa instituição fundamental. Nós viemos aqui foi para alertar sobre a má utilização do banco em relação à política econômica do País. Falei já pela manhã que o Brasil mais uma vez teve a sua nota de risco rebaixada, isso muito em função do reajuste fiscal. Infelizmente, o BNDES foi utilizado de maneira incorreta, para promover uma política econômica que nos levou à falência praticamente. Evidentemente, não se pode aqui imaginar que o que está acontecendo no Brasil não tem nada a ver com esse tipo de prática de utilização do banco nacional de desenvolvimento.



Nesse sentido, Sr. Presidente, caro Relator, caros companheiros de CPI, nós gostaríamos ainda de fazer, em tempo, apelo ao Deputado Rocha para que, antes da votação, pudesse considerar essa necessidade — até era um desejo de V.Exa. mesmo. Nas conversas que tivemos, V.Exa. desejava que o Relator pudesse apontar caminhos para indiciar algumas pessoas. Evidentemente, a base do Governo atuou fortemente aqui. Como eu disse, desde o início atuou para blindar pessoas, para impedir investigação, para impedir apuração, para impedir que pessoas fossem convocadas.

Eu ouvi aqui Deputados falarem: “*Nós quebramos centenas de sigilo bancário e fiscal!*” Quebramos pouquíssimos. Praticamente não foi possível fazer isso, e só o conseguimos porque houve um acordo, do qual depois se tentou voltar atrás. Então, não houve esse desejo que aqui foi propalado de tentar se investigar ou se apurar qualquer coisa que seja. Sempre houve um movimento de tergiversar, de sair pela tangente, de dizer que não tem nada a ver, que o banco está respondendo. Os documentos chegam aqui sob sigilo, e é uma celeuma para abrir o sigilo desses documentos.

Enfim, é toda uma série de dificuldades que nós vivenciamos nesta CPI, porque principalmente não tivemos o suporte técnico necessário para nos aprofundar. Nós, infelizmente, reafirmo, não temos condição de apoiar este relatório. Vamos encaminhar o voto contrário ao relatório do Deputado José Rocha e pedir que a nossa bancada apoie os votos em separado, apresentados pelos Deputados de oposição, sobretudo o do Deputado Alexandre Baldy.

Com isso, eu encerro as minhas palavras e agradeço mais uma vez a todos os que participaram de maneira efetiva dos trabalhos. Alguns nem tanto, alguns vieram só para dar opinião, que é a opinião do Governo, mas não acompanharam a CPI de perto e, portanto, falaram muito mais de ouvir dizer, porque o Governo os orientou a dizer essas posições. Mas o fato é que quem acompanhou de perto esta CPI sabe que a dificuldade para aprofundar a investigação foi enorme e que o Governo atuou o tempo todo para impedir qualquer tipo de esclarecimento que envolvesse o BNDES.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Betinho Gomes.

Antes de passar a palavra ao Relator, que tem prioridade nas suas explanações, informo a V.Exas. o início da Ordem do Dia. Então, a deliberação que nós pretendíamos, no momento, está prejudicada.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, porque eu estou falando sobre o assunto. Só quero dizer — não foi possível explanar meu posicionamento, porque foi dada a palavra na condição de Líder ao Deputado Betinho Gomes — que nós queremos votar o relatório hoje, de qualquer maneira. Mesmo que nós tenhamos que ficar aqui até a meia noite, até as 2 horas da manhã, nós queremos, a Oposição quer votar hoje o relatório, seja para ganhar, seja para perder. Queremos defender a nossa posição, o nosso ponto de vista.

O que eu iria expressar naquele momento é que eu não gostaria que, depois de 6 meses aqui trabalhando, de repente, de uma maneira obviamente inadvertida, algumas pessoas que participaram da CPI não tivessem tempo suficiente para conferir o seu voto. Era simplesmente isso. Eu acho que nós temos que terminar esta CPI com uma condição clara de que todo mundo teve a oportunidade de votar, de exercer a sua função de voto. Que vença a maioria. Essa era a única preocupação nossa.

Portanto, era isso o que eu queria manifestar. Continua aqui a posição nossa de votar o relatório hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente, nós aceitamos votar hoje, em qualquer horário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É verdade, Deputado Paulo Magalhães. É minha intenção também, é intenção do Relator, e creio que seja consensual que finalizemos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES hoje.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Chegamos a um acordo. Já é um começo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra S.Exa. o Relator.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, devo dizer a todos que li os votos em separado apresentados pelos signatários, os ilustres Deputados Miguel Haddad, Alexandre Baldy, Betinho Gomes, Caio Narcio, João Gualberto, Antonio Carlos Mendes Thame, Sérgio Vidigal, Deputado Arnaldo Jordy, que não está presente nesta reunião por missão oficial no exterior. Também apresentou voto em separado, verbalmente, o ilustre Deputado Delegado Edson Moreira. Infelizmente, lamento não poder acolhê-los no nosso relatório por todas as razões aqui explicitadas anteriormente, na nossa conclusão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator.

Sras. e Srs. Parlamentares, nós vamos suspender a presente reunião. Vamos retomá-la, para que possamos deliberar na condição do voto, logo após o término da Ordem do Dia. Se acontecer algo diferente disso, nós haveremos de comunicar a V.Exas. Nós estamos tentando, inclusive, fazer com o Presidente Eduardo Cunha uma espécie de acordo. Já que nós temos um consenso na CPI, vamos tentar fazer também com que o Presidente Eduardo Cunha seja envolvido nesse consenso e permita que tenhamos aqui meia hora, 40 minutos, para que possamos, então, votar o relatório final.

Está suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa.)